

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL – QUARTA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.**-----

----- **ATA NÚMERO VINTE E QUATRO** -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos: vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, quarta reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Nuno Miguel dos Santos Silva, Natacha Machado Amaro, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, José Roque

Alexandre, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Maria João Bernardino Correia, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira, Rodrigo Craveiro dos Reis da Costa Brito, Mário Nelson Morais Freitas, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva, Nuno Miguel Mendes Firmo e Margarida Bentes Penedo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque e Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes.-----

----- Manuel Portugal Lage (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo. -----

----- João Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira. -----

----- Raul Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale (CDS-PP). -----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rodrigo Craveiro dos Reis da Costa Brito. -----

----- Solicitou a suspensão do mandato a Deputada Municipal Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (IND), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal António Miguel Silva Avelãs, durante o período de 60 dias, com início a 29 de maio de 2018, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Salgado, Paula Marques, Miguel Gaspar, Ricardo Robles, Catarina Vaz Pinto e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Carlos Moura, Nuno Correia da Silva, Orísia Roque e Nuno da Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- “Senhores e Senhoras Deputados vamos iniciar os nossos trabalhos.” -----

----- **PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO – APRESENTADO PELA DEPUTADA MUNICIPAL MARIA HELENA DE REGO DA COSTA SALEMA ROSETA - APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO APRESENTADO PELA DEPUTADA MUNICIPAL MARIA HELENA DO REGO DA COSTA SALEMA ROSETA (IND), AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 77º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA REDAÇÃO ATUAL, E DO ART.º 7.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos começar pelo aditamento, referente à apreciação do pedido de suspensão de Mandato da Deputada Municipal Helena Roseta, como sabem, foi comunicado à Conferência de Representantes e também aqui no Plenário. -----

----- A Senhora Presidente em articulação com aquilo que combinámos na Conferência de Representantes, primeiro pediu substituição durante algum tempo para representar a Assembleia Municipal no encontro de Assembleias Municipais, cujo expediente foi distribuído. E agora veio solicitar a suspensão do Mandato por um período de sessenta dias com início em 29 de maio de 2018, ou seja, a partir de hoje. --

----- Também é claro que está expresso e que já foi comunicado, que é por exercício de funções do Mandato Parlamentar na Assembleia da República, nomeadamente com as matérias da habitação, tem que ser apreciado aqui no Plenário. -----

----- Alguém se pronuncia contra, há algum voto contra, há alguma abstenção? Como é normal também é autorizada a suspensão da Deputada, Helena Roseta.”-----

----- **O Pedido de Suspensão do Mandato – Apresentado pela Deputada Municipal Maria Helena de Rego da Costa Salema Roseta foi aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, PEV, 7IND. -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Nós termos do Art.º 79 da Lei das Autarquias Locais a vaga, durante este período da suspensão é preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista no caso presente, António Miguel Silva Avelãs que já costuma participar nos nossos trabalhos, por vezes, em substituição. -----

----- A identidade e a legitimidade para efeitos de início de funções, já foi verificada não só pelos serviços como também por mim, pelo que se vai proceder à assinatura do respetivo termo, eu já assinei, o Deputado Municipal António Avelãs, irá também assinar.-----

----- Antes de passarmos à leitura dos votos de pesar, nós temos dois votos de pesar por Júlio Pomar. O primeiro apresentado pelo PPM e pelo CDS-PP, o Voto 24/03. Temos um segundo Voto apresentado pelo PSD que o 24/0404. -----

----- Já na altura, na Sessão passada até fizemos um minuto de silêncio, por altura em que foi conhecido este falecimento. E temos também dois votos de pesar, um subscrito por Deputados Municipais Independentes e outro pelo Bloco de Esquerda relativo ao falecimento de António Loja Neves. -----

----- No que concerne a Júlio Pomar ele teve uma participação aqui, connosco, na Assembleia Municipal, naquilo que foi a conceção e a implementação do mural que está lá fora, e que se bem se lembram no Mandato passado foi deliberado, trabalhado acompanhado e depois inaugurado por esta Assembleia Municipal. E portanto, como nós temos um pequeno vídeo alusivo a esse acontecimento e em que também Júlio Pomar tem participação, entendemos nós que poderia ser uma boa maneira da Assembleia Municipal de Lisboa homenagear o Júlio Pomar, antes da leitura dos

votos e no começo dos nossos os trabalhos e, portanto, pedia aos serviços para passarem o vídeo para depois, passarmos à leitura dos votos de pesar.” -----

----- (De seguida procedeu-se à visualização do vídeo sobre Júlio Pomar.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Os agradecimentos à Luísa Jacobetty, pela boa lembrança desta homenagem ao Júlio Pomar, do trabalho conjunto que ele fez com esta Assembleia Municipal. -----

----- E vamos passar à leitura dos votos.” -----

----- **VOTO N.º 024/03 – SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PPM E DO CDS-PP – “VOTO DE PESAR JÚLIO POMAR.”**-----

----- (O Voto N.º 024/03 fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar: -----

----- “*Júlio Pomar foi autor de uma obra multifacetada, realizada em variados suportes, que marcou profundamente a sociedade portuguesa ao longo de toda a sua carreira.* -----

----- *Os seus primeiros anos de trabalho estão ligados à resistência contra o regime e à afirmação do movimento neo-realista em Portugal, um pouco à luz do que se fazia no contexto europeu.* -----

----- *Distancia-se do activismo político e do neo-realismo na segunda metade da década de 1950 e, em 1963, radica-se em Paris. Ao longo dos últimos quarenta anos abordou uma grande variedade de universos temáticos em estilos diversificados, construindo relações diferentes entre materiais muito distintos, numa procura de um universo muito pessoal.* -----

----- *Variadíssimas exposições realizadas nas últimas décadas em Portugal e no estrangeiro consagraram a sua obra, que se destaca como uma das mais significativas expressões da criação artística portuguesa contemporânea.* -----

----- *Deixou-nos o Atelier-Museu Júlio Pomar, aberto ao público em 2013, onde um magnífico acervo de cerca de mais de 400 obras de pintura, escultura, desenho, gravura, serigrafia e artes decorativas podem ser contempladas.* -----

----- *Assim os Grupos Municipais do PPM-Partido Popular Monárquico e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 29 de Maio de 2018, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família.”*-----

----- **VOTO N.º 024/04 – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD – (RETIFICADO) - “VOTO DE PESAR A OBRA E A DIMENSÃO HUMANA!”** --

----- (O Voto N.º 024/04 fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada, agora a Segunda Secretária a Deputada Municipal Virgínia Estorninho vai proceder à leitura, do voto também de pesar pelo falecimento de Júlio

Pomar, “A Obra e a Dimensão Humana,” apresentado pelo Partido Social Democrata, este voto regista uma alteração, que já vai ser incorporada na leitura pela Senhora Deputada e que é diferente na sua parte final em relação ao que tinha sido distribuído.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar:-----

----- *“Pintor e escultor, Júlio Pomar nasceu em Lisboa, em 1926 e faleceu na passada terça-feira aos 92 anos. Figura impar da nossa Cultural e um dos maiores criadores de referência da arte moderna e Contemporânea Portuguesa.*-----

----- *Aluno da Escola António Arroio e da Escola de Belas-Artes de Lisboa, que trocará, em 1944, pela do Porto. É num contexto de militância política, que participa na aventura do neorrealismo, um movimento empenhado na transformação social e na luta contra a ditadura, que o vem a prender em 1947.*-----

----- *Tornou-se um dos artistas mais conceituados do século XX Português, com uma obra marcadamente vincada por várias estéticas, desde o neorrealismo ao expressionismo, passando pelo abstracionismo, mas sempre numa profunda recriação experimental consigo si próprio e com a realidade que o rodeava.*-----

----- *Falar de Júlio Pomar, significa falar de uma dimensão muito para além da pintura. Uma parte significativa da sua obra, foi dedicada sobretudo ao desenho, mas também realizou trabalhos de gravura, escultura, ‘assemblage’, ilustração, cerâmica e vidro, tapeçaria, cenografia para teatro, decoração mural em azulejo, para além da arte pública, do ensaísmo e da poesia.*-----

----- *Pela reconhecida versatilidade e riqueza da sua obra, foram-lhe atribuídas as mais variadas distinções. Em 1993 é lhe atribuído o prémio AICA, em 2000, o prémio Celpa/Vieira da Silva e em 2003, o Grande Prémio Amadeo de Souza-Cardoso. A nível das condecorações, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da ordem de mérito e a Ordem da Liberdade, em 2004. No mesmo ano em França, tornaram-no cavaleiro da ordem das artes e das letras.*-----

----- *Pelo seu inconformismo, lutador convicto dos valores da Liberdade e por todo legado que deixou a todos nós,*-----

----- *Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão ordinária de 29 de Maio de 2018.*-----

----- *Prestar a sua homenagem à memória de Júlio Pomar, expressando o seu pesar à Família.*-----

----- *Prestar um minuto de silêncio pelo falecimento do Mestre Júlio Pomar.”*-----

----- **VOTO N.º 024/06 – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE – “VOTO DE PESAR ANTÓNIO LOJA NEVES.”**-----

----- *O Voto N.º 024/06 fica anexado à presente ata como Anexo III e dela faz parte integrante.)*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- *“Muito obrigada Senhora Deputada. Vamos passar agora à leitura dos votos de pesar relativos ao António Loja Neves.”*-----

----- Vamos primeiro ler primeiro o voto 24/06 do Bloco de Esquerda, pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia César e depois a Senhora Deputada Virgínia Estorninho lerá o voto apresentado pelos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínio Vale César,** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar: -----

----- “Nascido na Madeira, António Loja Neves era jornalista do Expresso há mais de 30 anos. Além de jornalista e escritor, trabalhou também na área do cinema, em programação, realização, e em festivais ou como júri. -----

----- Em 2001, ganhou o Prémio Revelação de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 2001, pelo livro “Barcos, íntimas marcas”. Recentemente, publicou, com Margarida Neves Pereira, o livro “Arménia: Povo e identidade”, pela Tinta-da-China. -----

----- Esteve na fundação da Federação Portuguesa de Cineclubes, da Apodoc - Associação Pelo Documentário e do Panorama - Festival do Documentário Português, foi co-organizador dos Encontros Internacionais de Cinema de Cabo Verde e comissariou mostras de filmes lusófonos em vários países. Foi diretor da revista Cinearma, passou pela Cinema Português e pelo semanário África. Realizou os documentários “Ínsula” (1993) e “O silêncio” (1999), o último com José Alves Pereira. -----

----- António Loja Neves foi ainda militante do Bloco de Esquerda e um dos fundadores do SOS Racismo, tendo sido uma das figuras centrais do movimento nos seus primeiros anos de vida. Como refere Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo: “Apaixonado por livros, cinema e Cabo Verde, Loja Neves participou em muitas das nossas atividades ao longo dos anos. Quer nas ações de formação (Tocha), quer nos debates em escolas, quer na elaboração de material didático, quer nos ciclos de cinema, quer na Agenda anual. Não apenas a participar, mas a organizar e a incentivar-nos nos momentos mais complexos (que os houve). Aprendemos muito com o seu espírito crítico e de militância solidária.” -----

----- Como escreve o semanário Expresso, num artigo de Manuela Goucha Soares: “Foi contestatário até ao fim e morreu este sábado depois de uma tarde na Feira do Livro, a autografar o recém publicado “Arménia”. Era um avô que todas as segundas-feiras tomava conta do neto e um homem de paixões, causas e empenhamentos, que queria ter música cabo-verdiana no último adeus”. -----

----- Esta terça-feira 29 de maio terá lugar, entre as 19h00 e as 21h30, uma cerimónia de amizade e homenagem na Rua das Gaivotas n.º 6, espaço do Teatro Praga, que fica na Rua das Gaivotas, n.º 6. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 29 de maio de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1. Prestar a sua homenagem à memória de António Loja Neves, expressando o seu pesar à família e fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem as deputadas e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **VOTO Nº 024/05 – SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO LOJA NEVES”**-----

----- O Voto N.º 024/05 fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada vamos passar agora à leitura do voto 24/05 Voto de Pesar “Pelo falecimento de António Loja Neves” apresentado pelos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar:-----

----- *“Ativista, jornalista, ator, realizador, crítico, cronista, poeta, madeirense, lisboeta e cidadão do mundo, António Loja Neves nasceu no Funchal em 1953. A sua paixão e alegria de viver levou-o a assumir diferentes papéis durante a vida. Foi em Cabo Verde, durante a sua juventude, que despertou para a política envolvendo-se na luta anticolonial e antirracista, onde também desenvolveu uma enorme paixão pela música e literatura africana, em particular a cabo-verdiana que o acompanhou durante toda a vida. O gosto pela agitação política e cultural continuou depois do 25 de Abril, procurando sempre não separar estes dois mundos, vendo no cinema uma forma de pôr as pessoas a discutir o mundo que as rodeia.*-----

----- *Foi colunista e jornalista no Expresso; realizou o documentário “O Silêncio” em 1998 sobre um episódio trágico de violência fascista ocorrido em 1946; foi ator nos filmes Os Canibais (1988) e O Processo do Rei (1990); Foi co-fundador da Federação Portuguesa de Cineclubes e da AporDoc, e co-organizador do PANORAMA, dos Encontros Internacionais de Cinema Documental; Comissariou festivais e mostras de filmes lusófonos; Ganhou o Prémio Revelação de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 2002; Em maio de 2018, lançou o livro “Arménia – Povo e Identidade” em coautoria com Margarida Neves Pereira.*-----

----- *António Loja Neves era, sobretudo, um ativista para quem a política e a cultura eram indissociáveis, procurando sempre instigar ideias em virtude da sua grande paixão pelo debate e pela vida. A sua morte prematura deixa esta cidade e o país, do continente às ilhas, com menos uma voz crítica e irreverente.*-----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 29 de maio de 2018, sob proposta dos Deputados Municipais signatários, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de António Loja Neves, guardando um minuto de silêncio.*-----

----- *Os Deputados Municipais Paulo Muacho e Rodrigo Brito, Miguel Graça, Teresa Craveiro, José Alberto Franco, Joana Alegre, e António Avelãs.”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado vamos passar à votação.”-----



----- O **Voto de Pesar n.º 024/03** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- O **Voto de Pesar n.º 024/04** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- O **Voto de Pesar n.º 024/05** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- O **Voto de Pesar n.º 024/06** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- (Neste momento procedeu-se a um minuto de silêncio pelos quatro votos de pesar.)-----

----- **PROPOSTA N.º2/PAML/2018 – SUBSCRITA PELA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APRECIACÃO DA PROPOSTA 2/PAML/2018 – REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE A “OPERAÇÃO INTEGRADA DE ENTRECAMPOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- A Proposta n.º 2/PAML/2018 fica anexada à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputadas ia propor-vos aqui uma ligeira alteração na Ordem de Trabalhos na votação, partindo do pressuposto que consensualizámos esta proposta em Conferência de Representantes e que ela tendo tido origem numa iniciativa do CDS, tendo por base depois uma proposta da Mesa da Assembleia que é subscrita por todos e consensualizada por todos. E partindo desse pressuposto que não há necessidade aqui de intervenções, porque até na próxima Sessão, com certeza, voltaremos a esse tema, para que os serviços comecem desde já a tratar do convite, da preparação, de todas as matérias inerentes e ganharmos aqui uma tarde. -----

----- Se nós podíamos votar sem mais, a Proposta n.º 2/PAML/2018, para a realização de uma “Audição Pública sobre a Operação Integrada de Entrecampos” nos termos da proposta, porque assim se dessemos já por aprovada no início, os serviços poderiam começar já a tratar do assunto, em vez de a deixarmos para o fim. -----

----- Há alguém que objeta que possamos fazer isto assim? Como combinámos ontem?”-----

----- A **Proposta n.º2/PAML/2018** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7IND. -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “A Proposta n.º 2/2018 é aprovada por unanimidade e assim podemos, como é preocupação de todos os Grupos Municipais e dos Deputados Independentes e também da Câmara Municipal, começarmos a tratar de modo a que esta audição pública seja coroada de sucesso naquilo que é o que todos pretendemos, que a expressão de opinião de todos os agentes e também das forças políticas representadas aqui na Assembleia Municipal, sobre este projeto estruturante para a cidade de modo a que a Assembleia Municipal depois possa votar no dia 19 de junho, aquilo que será a sua posição política de modo a que integre o relatório de ponderação da audição pública que está a correr. -----

-----**PERÍODO DE ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;**-----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar continuidade à apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Também comunicar à Câmara aquilo que estava já conversado e combinado ontem na Conferência de Representantes, ou seja, os Serviços registaram os exatos tempos que se verificavam à altura da interrupção e, portanto, estamos a retomar com isso, e ao mesmo tempo a Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho procedeu à recuperação daquilo que eram as inscrições que se verificavam à altura, também com as indicações que foram dadas ontem, aqueles que tinham tempo dos diferentes Partidos Políticos.-----

----- De todo o modo para aquilo que tem a ver com a Informação Escrita, Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho vai proceder à leitura das inscrições que tem, com a modificação que o CDS-PP fez numa dessas inscrições, e se faltar alguém farão o favor de ligar aqui para Senhora Primeira Secretária em exercício Patrocínia Vale César, de modo a que sejam acrescentadas algumas inscrições que ou não estejam ou que tenham sido referidas e que serão acrescentadas.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ficaram inscritas e não falaram na última Reunião os seguintes deputados: o Deputado Luís Newton (PSD); João Carlos Pereira (PCP); Gabriel Fernandes em substituição de Diogo Moura (CDS-PP); Fernando Correia (PCP); Paulo Muacho (IND); José Leitão (PS); Sobreda Antunes (PEV); Rui Costa (BE); Sobreda Antunes (PEV), Rui Mello Gonçalves (PSD); e Rui Costa (BE). -----

----- Não sei se falta alguém, penso que estes foram os que ficaram da última Reunião, se faltar alguém agradeço a indicação.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, o que vamos fazer de um modo prático é, se algum Deputado está inscrito que não deva estar ou que queira prescindir ou se alguém ainda tem tempo e também se quer inscrever comunica para a Senhora Primeira Secretária em Exercício Patrocínia Vale César. -----

----- Vamos ver, o primeiro quem é? É o Deputado Luís Newton, que prescinde. Bem, quem é segundo? O Senhor Deputado João Carlos Pereira do PCP, não quer falar? Não está agora. -----

----- Quem é terceiro? Também prescinde. -----

----- Quem é o quarto? Fernando Correia do PCP, muito bem, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP- Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa-tarde Senhor Presidente Substituto, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Público em geral. -----

----- Há coisas nesta Câmara que feliz ou infelizmente, resolvem-se muito rápido! Esta num mês está resolvida ou pelo menos já tem uma situação completamente diferente daquela quando inicialmente me propunha, nos proponhamos levantar esta questão aqui. -----

---- Tem a ver com o estacionamento, com o estacionamento pago na zona envolvente às Torres de Lisboa, que entretanto entrou em vigor no princípio de maio, contra a vontade dos milhares de trabalhadores que trabalham naquela zona, particularmente agora do Hospital Inglês, de vários órgãos de comunicação social que se instalaram ali recentemente, aqui há, de facto, um problema acrescido, porque, ao mesmo tempo que há uma grande pressão de estacionamento dos moradores, há uma grande pressão também de quem trabalha naquela zona e tem grandes dificuldades em estacionar. -----

----- A solução mais uma vez foi recorrer à EMEL, e ao estacionamento tarifado, só que pensamos que há aqui questões que ainda podiam e deviam ser revistas, nomeadamente a questão de uma tarifa diária para o para quem trabalha ali, a hipótese de haver bilhetes mensais ou semestrais, o reforço de meios de transportes públicos. ---

----- Estamos a falar de uma zona que não dispõe de uma rede de transportes públicos suficiente, existem poucas carreiras da Carris, duas estações de Metro localizadas a mais de um quilómetro, Laranjeiras e Alto dos Moinhos e uma estação de comboios a cerca de dois quilómetros e meio. -----

----- O Parque da EMEL tem 80 lugares ou vai ter 80 lugares e, portanto, de facto, é uma zona com uma grande carência de estacionamento. Pensamos que deve haver um reforço nos transportes públicos, nomeadamente uma carreira da Carris que possa ligar às estações do Metropolitano da zona e que o facto de existirem muitos lugares vagos nos condomínios, nós temos informação que nas Torres de Lisboa, há imensos lugares vagos, mas com valores perfeitamente proibitivos, da ordem dos 165 euros por mês. Consideramos que embora não seja uma situação fácil de resolver a Câmara

deve continuar a pressionar, nestas e noutras situações, para a que as empresas quando deslocam os seus funcionários, seus trabalhadores para determinadas zonas, disponibilizem lugares que existem nos condomínios, para que eles possam estacionar e assim se resolva em parte o problema de estacionamento. -----

----- Os parquímetros só por si não são seguramente uma solução, e acho que a Câmara deve manter em aberto a possibilidade de encontrar soluções que possam contabilizar o interesse dos moradores com o interesse de quem trabalha naquela zona. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar continuidade, vamos verificando se mantêm ou se prescindem, também já registámos novas inscrições de quem tem tempo.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho dos Independentes”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Senhor Presidente gostaria em primeiro lugar de saudar as boas notícias no setor dos transportes, em especial no que diz respeito à Carris. Um ano depois da passagem da gestão para a Câmara são já visíveis melhorias no serviço prestado, salientamos a promoção do transporte público como fator de sustentabilidade ambiental e de melhor qualidade de vida.-----

----- A aquisição de novos autocarros, muitos deles elétricos, mais motoristas e mais viagens, o que só pode ser uma boa notícia para a nossa cidade. -----

----- A expansão da rede ciclável é outra aposta do Executivo que tem sido um sucesso e de dia para dia se nota maior adesão dos lisboetas, neste âmbito saudamos a construção da ciclovía na Avenida Guerra Junqueiro e a extensão da Rede Gira ao Marquês de Pombal e à Avenida da Liberdade, esperamos que esta rede continue a expansão e avance para novas zonas da cidade, especialmente aquelas com menos alternativas de transporte público. -----

----- Também é de salientar a aposta na tecnologia como instrumento de melhoria do transporte, desde logo com a nova aplicação da Carris que facilita substancialmente o dia-a-dia dos utilizadores e a nova plataforma de condicionamentos de trânsito que permite uma maior otimização do tráfego em tempo real.-----

----- Saudamos também o segundo aniversário do programa *Study in Lisbon*, direcionada a estudantes internacionais, gostaríamos de saber que planos existem no que diz respeito a alojamento para estudantes internacionais e nacionais, tendo em conta o aumento dos custos habitação na Cidade. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, Senhora Segunda Secretária, vamos ver o próximo.-  
----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes e o Senhor Deputado Rui Costa prescindem para já.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Deputados e Deputadas presentes, Público e Comunicação Social. -----

----- Em relação aqui à Informação Escrita disponibilizada pelo Senhor Presidente e uma vez que, de facto, deu-se aqui esta circunstância de repartirmos a apreciação e exposição, há aqui pelo menos duas questões de fundo que o PAN gostaria de ver então esclarecidas e que resultam da leitura da tal Informação. -----

----- Desde logo tem a ver com o Programa Lisboa, Cidade de Todas As Idades, já tivemos oportunidade de frisar na semana anterior, mas entendemos, de facto, não foi respondido, daí vimos frisar novamente esta questão, que a Informação disponibilizada refere que a atividade tem sido desenvolvida nos passados meses de fevereiro e março, é dada aqui relevância ao lançamento do Programa Integrado de Apoio à População Idosa, através da assinatura de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Assinalamos aqui, obviamente, a importância da existência de um programa destes e, portanto, da intervenção relativamente ao envelhecimento populacional que existe no Concelho de Lisboa, no entanto, temos aqui algumas dúvidas que se prendem com as verbas investidas. Desde logo é referido um investimento na ordem dos 100 milhões de euros para a implementação do programa, assim como o calendário de execução da mesma. Por outro vem-se referir a escolha de distribuição dessa verba pelas medidas organizadas nos três eixos estratégicos.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha já dito, em última reunião em que se discutiu informação escrita, nomeadamente a 6 de março, quando apresentou, que enquanto parte fundamental das políticas de coesão social a desenvolver pelo Executivo, referia um investimento total de 100 milhões de euros nas várias respostas sociais a aplicar ao longo dos próximos quatro anos. No entanto, neste documento que aqui hoje é discutido, podemos ler na primeira página que o programa construído pela Autarquia e pela Santa Casa da Misericórdia prevê um investimento de mais de 100 milhões de euros, a executar em respostas nos próximos oito anos. Portanto, há aqui uma divergência de facto de o período temporal que gostaríamos de ver esclarecido e, portanto, cremos que não constituem estes 100 milhões de euros, a totalidade do financiamento em ações dirigidas aos idosos, mas sim programas específicos de construção e investimento em equipamentos que não existem, sendo uma parte significativa do programa, portanto, e verbas de novos programas que acrescem aqui à verba que a Câmara Municipal vai investir e gastar. -----

----- Desta forma, parece-nos assim insuficiente perante esta discrepância até do investimento temporal, dos 100 milhões de euros. Portanto, e gostaríamos de saber se, de facto, o investimento que vai ser feito é para ser aplicado em quatro ou oito anos e se, de facto, é ou não desajustado este prazo temporal, uma vez a que se para quatro anos já seria insuficiente, para oito anos muito mais e, portanto, gostaríamos aqui de salientar que em torno destes três eixos estratégicos, vida ativa, vida autónoma a vida apoiava, há de facto aqui que reorganizar a questão desta verba.-----

----- Para o Senhor Presidente, tendo em conta o que referiu na cerimónia da assinatura até do próprio protocolo, a 2 de fevereiro e na reunião de 6 de março, a vida ativa é o eixo central, porque vem potenciar as capacidades das pessoas dando grande ênfase ao apoio domiciliário ou à requalificação do espaço público, por outro lado, refere que a implementação deste programa inverte, a filosofia da intervenção social e institucionalização para um foco central da atividade de autonomia, com conforto e segurança.-----

----- Acompanhamos e saudamos, obviamente, esta alteração de estratégia face ao envelhecimento, portanto, ao reforço da vida ativa e autónoma ao invés da sua institucionalização, no entanto, a concretização do programa não parece traduzir-se na intenção política que daqui subjaz, portanto, ficamos perplexos com esta incongruência que denotamos nas palavras proferidas, e depois do esforço financeiro destinado às medidas correspondentes aos diferentes eixos estratégicos.-----

----- No segundo documento de apresentação do Programa Lisboa Cidade De Todas As Idades existentes no sítio da Santa Casa da Misericórdia, verifica-se que 50 milhões de euros, metade do valor total desta verba, estão destinados à construção de oito equipamentos como valência de estruturas residenciais para idosos e cuidados continuados, estranhamos, portanto, obviamente, que tendo em conta o ênfase que é dado aqui nos dois primeiros eixos, vida ativa e vida autónoma, e bem, no nosso entender, metade do investimento se destine depois, portanto, a uma medida de institucionalização.-----

----- Uma outra questão, que gostaríamos de facto de ver também esclarecida, tem a ver com a Polícia Florestal e com o Parque Florestal de Monsanto, ora, como sabemos, de facto, o Parque Florestal de Monsanto reveste-se de uma suma importância para a Cidade, tem sido muito falada também a questão da prevenção e da limpeza do Parque, obviamente, que não entramos aqui em medidas populacionistas ou até alarmistas relativamente à prevenção do Parque. No entanto, parece-nos que o Corpo de Guardas Florestais pode assumir, e deve aqui assumir um papel de extrema relevância na prevenção e também na fiscalização das atividades que ocorrem no Parque. No entanto, parece-nos que não resulta da Informação Escrita do Senhor Presidente clara o que é que tem sido feito, em termos de atividade, pelo Corpo da Guarda Florestal, que já está integrada desde 2011 na orgânica da Polícia Municipal de Lisboa. Sabemos apenas que é composta por 30 elementos e que tem por missão acompanhar e fiscalizar eventos, bem como colaborar com a Proteção Civil em situações de emergência, receber animais silvestres com destino ao Centro de Recuperação, neste caso o Lx CRAS, observar o cumprimento das normas relativas à

prevenção de incêndios, e à vigilância dos incêndios. No entanto, as funções que têm sido desempenhadas por este Corpo Policial, designadamente as suas atividades, não nos parecem estar transcritas na Informação Escrita do Senhor Presidente, pelo que gostaríamos de facto de obter esta informação. -----

----- Uma última nota em relação à rede de Bicicletas Gira, portanto, não vou repetir aquilo que já aqui foi referido anteriormente, mas de facto há aqui a criação de uma nova infraestrutura ciclável, nomeadamente a criação de novas estações da rede de bicicletas de uso partilhado, designadamente de 456 bicicletas utilizadas, no entanto, não é referido quantas destas bicicletas e que são elétricas, pelo que gostaríamos também ter acesso essa informação. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM”.

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente queria agradecer-lhe encarecidamente pelo convite que me dirigiu na última Sessão para não resistir e filiar-me no PS, mas infelizmente, terei de recusar!-----

----- Terei de o recusar, porque já teve efeitos nefastos, José Sócrates desfilou-se logo a seguir! Isto não há coincidências, é uma clara relação de causa e efeito, agora imagine a desgraça que não seria se eu me filiasse, o mais lógico era o número dois de José Sócrates, António Costa, sair a seguir, isto seguindo a ordem natural das coisas! Pelo que não posso delapidar o PS das suas personalidades mais ilustres!-----

----- Ainda por mais, quando agora descobri recentemente que fazem parte de uma brigada anticorrupção em Portugal! Ouça, infelizmente, vou ter que recusar o seu convite pesarosamente, mas aceito que responda à segunda parte da minha intervenção, que não respondeu. -----

----- Aqui entre nós, Senhor Presidente, nem acho muito cavalheiresco da sua parte deixar uma Senhora em suspenso, salvo seja, sem uma resposta concreta. Promete, não chega a cumprir, nem faz, não diz nada, não pode ser Senhor Presidente! Não respondeu a uma única questão que sequer. -----

----- Também descobri outra característica da sua Informação Escrita, Senhor Presidente, é que ela é tântrica, é que já dura há mais de um mês! Isto do tântrico acredito que até pode ser bastante prazeroso, pelos vistos está-lhe a dar um grande gozo, mas um dia tem que acabar e terá que responder. -----

----- Portanto, parafraseando o povo na sua infinita sabedoria vernacular “ Não pode fugir com o rabinho à seringa”, Senhor Presidente, ou se preferir “ajoelhou, vai ter

que rezar”, e portanto, posto que terá de alguma vez responder-me, deixe-me que lhe diga Senhor Presidente que sou toda, mas toda, ouvidos para si! Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. Temos mais inscrições?-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal**, Virgínia Estorninho, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, esta questão que aqui trago já foi colocada, mas como não foi respondida, voltamos a este assunto sobre trabalho sexual. -----

----- Dada a perplexidade sobre a expressão de trabalho sexual, e por termos sido surpreendidos na Reunião desta Assembleia com uma intervenção do público, em que foram atribuídos ao Senhor Vereador Ricardo Robles as seguintes afirmações: “ A Câmara Municipal de Lisboa iria adotar a denominação de trabalho sexual ao se referir à prostituição, por considerar que a mesma seria adequada”.-----

----- Perante tais afirmações, gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse a veracidade desta afirmação, nomeadamente quando e em que contexto a Câmara deliberou adotar tal expressão, se a Câmara Municipal de Lisboa está consciente de que a utilização da tal expressão indicia um caminho que viola as Convenções da ONU e que a Câmara também está ciente que a tais Convenções vinculam a República Portuguesa, se a Câmara está consciente que sendo a prostituição uma forma de violência contra mulheres, homens ou crianças ao adotar esta expressão poderá estar a legitimar, através de processos institucionais, um caminho para a sua regularização e se pretende a Câmara Municipal de Lisboa, com reconhecimento de prostituição como trabalho sexual, legitimar o proxenetismo como negócio e como consumidores de serviços aqueles que se servem dela. Boa tarde.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado Rui Costa era a última inscrição, tinha sinalizado que tinha duas, quer manter a segunda?-----

----- Nós como estamos em matéria de igualdade também não queríamos deixar de ser Deputado em suspenso, não é só uma Senhora Deputada que deve ficar em suspenso. Portanto, encerrámos as inscrições para esta ronda, que estava em curso e que era a última da Informação Escrita. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para respostas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra e no âmbito da Informação Escrita deu as seguintes respostas: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Nem sei que diga! Não sei que diga! -----



----- Vou começar pelas simples, Senhora Deputada do PCP, nós estamos conscientes, muito conscientes da tensão e das divergências que existem muito profundas relativamente à utilização da expressão, e conhecemo-las e sobre isto o que lhe posso dizer é o seguinte: em primeiro lugar, a Câmara de Lisboa não vai tomar nenhuma posição política no debate sobre a legalização da prostituição. Não tomará nenhuma posição sobre isso. -----

----- Eu segundo lugar, nós continuaremos a trabalhar com todas as instituições que estão no terreno, aliás, prosseguindo um trabalho de grande importância e de grande intensidade, e de grande parceria que a Câmara de Lisboa tem tido, com a diversidade das instituições que se dedicam ao trabalho junto das vítimas do fenómeno da prostituição, seja nas causas mais de âmbito geral, social da integração, seja em concreto nas causas e nas consequências que afligem as mulheres, homens e crianças atingidos por esta violência. E por isso, quero-lhe deixar essa palavra de compromisso e reafirmar esse compromisso, aliás, no seguimento de um trabalho, creio eu, reconhecido por parte das várias instituições das várias índoles. -----

----- Em terceiro lugar, nós não queremos que a utilização da expressão, quer dizer, nós não queremos que uma expressão possa ser diminuir ou reduzir a intensidade daquilo que importa, que é o trabalho concreto, porque nós não nos dedicamos, nós não entraremos no campo do debate, nem da semântica, nem do debate de opção política associada à semântica. O que a nós nos interessa trabalhar é no terreno com as várias instituições e entidades. E, por isso que tendo consciência da sensibilidade, o que queria responder é que esta utilização da expressão, não traduziu nenhuma afirmação da política do Município, não traduz nenhuma alteração política do Município diferente da linha que tínhamos seguido, que aliás, como a Senhora Deputada também sabe, é uma polémica que não cinge às instituições nacionais, e que nas próprias instituições internacionais há amplo debate conceptual sobre as expressões. Agora a orientação que temos no Município é passarmos por cima de tudo isso e encontrarmos uma plataforma de trabalho com todas as instituições e no qual todas sintam confortáveis. E é isso que nós vamos procurar fazer, é isso que o Vereador Ricardo Robles fez na criação da plataforma, é isso que nós vamos fazer, e vamos no fundo, dialogar com todos para encontrarmos a base para que o maior número de instituições de trabalho na plataforma, é isso que nos interessa! Queria-lhe deixar esta palavra, a Câmara não vai entrar em nenhuma batalha, nenhuma afronta ideológico ou conceptual, diminuindo assim a capacidade de intervenção junto daqueles que mais precisam. Por isso estou bem consciente das sensibilidades, das divergências conceptuais, e políticas, que os diversos setores atribuem à expressão, acho que dará esse crédito à Câmara de Lisboa, que para nós nunca esteve em causa a centralidade da dignidade da pessoa humana e a necessidade de concentrarmos a prioridade no trabalho junto das vítimas, e não abdicar de parceiros e, por isso, é nessa base que vamos trabalhar e com o Vereador Ricardo Robles irá trabalhar na resolução desta matéria. -----

----- Relativamente à questão colocada sobre o Plano de Investimentos, relacionado com o Lisboa Cidade de Todas as Idades, as verbas não expressam a totalidade nem a

maioria das intervenções que vão ser feitas, é normal que aquelas verbas são as verbas mais significativas, são as de investimento, porque a grande maioria das verbas de funcionamento não estão contempladas no programa. Todo o trabalho de apoio à atividade dos centros de dia, toda a contabilização do apoio domiciliário corrente que atualmente é feito pela Santa Casa pelas outras instituições, todo o trabalho no domínio da atividade de investimento em atividade que é feito pelas Juntas de Freguesia. Tudo isso não está contabilizado nas verbas que estão no programa como aliás, pode constatar pelo quadro, como não estão contabilizados toda a verba que as associações e as entidades recebem dos acordos de cooperação da Segurança Social nos vários domínios. Nada disso está contabilizado nos 100 milhões por isso, os 100 milhões a uma verba indicativa do investimento mais significativo do novo, para aumentarmos a capacidade! Nem sequer inclui as verbas que vão decorrer do funcionamento dos equipamentos, a partir dali, porque aqueles equipamentos, uma vez construídos, vão ter anualmente despesas de funcionamento que muito rapidamente vão ultrapassar aquele valor de 100 milhões, que está colocado, aqueles 100 milhões representam, diria eu, o investimento de reforço da capacidade do programa, não representa nem de longe, nem de perto o total de investimento que fazemos, nem sequer a maioria do investimento que a conjugação destas instituições junta a este a este programa. -----

----- Relativamente à rede de bicicletas, a rede tem vindo a conhecer a sua expansão, acho que é hoje reconhecidamente um caso de sucesso na política de mobilidade da cidade, quer pelo número de aderentes, o número de viagens, o número de passes anuais que já estão em circulação, o padrão de utilização concentrado em horas de ponta, o que faz com que se demonstra que é um instrumento de mobilidade e não como meio de lazer, que se vai alargando progressivamente a novas zonas da cidade. Hoje mesmo foram alargadas, foram abertas novas estações que fazem a ligação da zona de Telheiras até à Frente Ribeirinha e, por isso vai fazer um grande incremento do que são os percursos de mobilidade que as pessoas vão usufruir. E sim, também naturalmente, como alguns dos Senhores Vereadores, colocavam aqui em voz de fundo, naturalmente, há mais bicicletas, há muito mais pessoas a andar de bicicleta, há pessoas a andar de bicicletas elétricas, coisa que não acontecia e a cidade vai ter que se adaptar a esta nova cultura, que não tinha, há uns anos atrás que era pessoas andarem de bicicletas e a nova convivência entre carros, peões e bicicletas. É normal que haja numa cidade, que durante muito tempo não teve ciclovias, que não tinha pessoas a andar de bicicleta, quando cria ciclovias é que vão aparecer as bicicletas e as pessoas as utilizar, começam a utilizar há aqui uma aprendizagem entre peões e bicicletas, que vai demorar o seu tempo e que vai ter que sendo adaptada, mas isso são “as dores” normais do crescimento de um sistema, acho que o fundamental hoje nenhum Senhor Deputado aqui consegue contestar. O sistema é um sucesso, o sistema está a responder às necessidades concretas das pessoas e o sistema está a assumir o seu papel como instrumento na política de mobilidade, não é em si a resposta, mas não é preciso recuar muito para ter ouvido nesta Assembleia, muitos descrentes que

diziam, mas que disparate numa cidade de tantas colinas como é que se apostam em bicicletas que isto não vai servir para nada! -----

----- Hoje já todos constataam que afinal serve e serve para muito, serve para complementar, em particular aquilo que é a razão pela qual os sistemas de bicicletas foram feitas em várias cidades do mundo, que é completar no fundo, o último troço do transporte público para o trabalho, para a escola, para a zona de comércio, para a própria residência e os números todos demostram que é essa a razão fundamental da sua utilização. -----

----- Ainda sobre mobilidade, agradeço a questão colocada pelo Senhor Deputado do LIVRE, acho que as melhorias na Carris são claras, do ponto de vista da procura, do ponto de vista da qualidade da oferta, do ponto de vista da estabilização da empresa, que hoje tem uma capacidade de resposta muito superior à que tinha. E é para mim claro que o grande salto que nós vamos ver, até na própria imagem da Carris, começará quando chegar as remessas dos primeiros concursos de autocarros que chegarão a partir de setembro, a uma cadência muito significativa e em que mês após mês, semana após semana, o que nós vamos ver a uma frota maior, uma frota mais jovem, uma frota de autocarros capazes de assegurar muito mais oferta, porque tem muito menos avarias, passam muito menos tempo na manutenção com muito melhor qualidade, muito maior conforto e passarmos de uma, eliminando depois progressivamente os autocarros de idade mais avançada, que hoje já não deveriam estar em circulação.-----

----- Por último, Senhora Deputada Aline Beuvink lamento, uma vez mais, desiludi-la de a deixar sem resposta, mas se calhar, isso também é a minha forma, que me permite voltar a ouvi-la nesses termos tão simpáticos! Não será, não será todas as vezes que acontecerá ao longo deste Mandato, estou certo, vou informar já o Secretário-geral do Partido Socialista que deve o seu lugar ao facto de não ter aceiteado o meu convite de entrar na lista, mas também lhe vou informar que não foi para motivar essa reação que eu a convidei. Convido-a porque acho que se justifica e acho que mostrou muita sintonia com o Partido Socialista e, como lhe digo, o que tem que ser tem muita força, e vamos ver até ao fim do Mandato onde é que acabará. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Há uma interpelação à Mesa, microfone à Senhora Deputada Joana Alegre Duarte.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre Duarte (IND),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente. Queria apenas manifestar a minha indignação pelo espetáculo degradante a que acabei de assistir, não só pelo tom da intervenção da Deputada Aline Beuvink, mas também pela reação desta Assembleia e até na própria condução dos trabalhos por parte do Senhor Presidente. -----

----- Penso que os meus colegas estão comigo, queria apenas deixar bem expressa esta indignação pelo tom da intervenção, pela reação descontrolada, infantilizada, sexualizada desta Assembleia e pela própria condução dos trabalhos, que acabou por validar essa mesma reação. Fica o meu desagrado, manifesto a minha indignação juntamente com os meus colegas. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Tomamos boa nota da sua indignação generalizada para todos os protagonistas, mas entendemos nós, mas respeitando a opinião da Senhora Deputada, que nenhuma dessas reações, que tão bem adjetivou, se verificaram e que por vezes a política sem algum bom humor também não tem assim tanta piada!-----

----- Mas muito bem, vamos passar ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, referente às perguntas à Câmara. -----

----- Foi dada a devida nota em tempo que o CDS-PP irá utilizar meios-audiovisuais, nos termos regimentais, que foram comunicados à Mesa e que foram comunicados. ----

----- Também que foram acordados na Conferência de Representantes, aquilo que é plasmado no Regimento em termos de fazermos estas perguntas à Câmara por rondas, em relação àquilo que está inscrito, apelando nós ao consenso que foi estabelecido de alguma razoabilidade, naquilo que é a gestão dos tempos, e naquilo que são as inscrições e assim tem estado a ser feito. E também porque quer a matéria de Informação Escrita do Presidente, quer a matéria das perguntas à Câmara, que, por vezes tem sido objeto algum debate sobre como é que devemos fazer isto, também ficou acordado que será uma matéria a visitar no Grupo de Trabalho do Regimento que, naturalmente, retomou os seus trabalhos e que procurará de um modo mais definitivo, para não estarmos sempre a ter o mesmo debate sempre que temos estas figuras regimentais, procurar uma solução consensual que possa ser adotada.” -----

----- Ia só aproveitar aqui para pedir as folhas à Senhora Segunda Secretária para fazer aqui uma leitura em voz alta das várias inscrições que recebemos, de modo a que depois se faltar alguém, ou porque temos tido várias alterações daqui dos Grupos Municipais a alterarem nomes, para ver se está tudo certo para arrancarmos se houverem alterações a fazer, já sabe que contactam aqui a Primeira Secretária Patrocínio Vale César, até agora temos inscritos para quatro rondas, embora a esmagadora maioria dos Partidos só para duas rondas. -----

----- **PONTO -2 – PERGUNTAS À CÂMARA – ESTA SESSÃO FOI, AINDA, DEDICADA A PERGUNTAS À CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATOS INCLUÍDOS NO ANEXO À CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42.º DO REGIMENTO;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “A Segunda Secretária, vai proceder a uma leitura rápida das inscrições que nós temos até agora.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Para a primeira ronda, temos a Senhora Deputada Cristina Júdice do CDS, o Senhor Deputado Luís Newton do PSD, a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM, a Senhora Deputada Carla Madeira do PS, a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias do Bloco de Esquerda, a Senhora Deputada Inês Real do PAN, a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV, o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP. -----

----- Para a segunda ronda temos o Senhor Deputado Rodrigo Mello do PSD, o Senhor Deputado André Couto do PS, o Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV, o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS, o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP. -----

----- Para a terceira ronda temos a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS, a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP, o Senhor Deputado Francisco Domingos do PSD.-----

----- Para uma quarta ronda, temos Senhora Deputada Luísa Aldim do CDS, a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Temos só aqui duas indicações que foram transmitidas entretanto, à Senhora Primeira Secretária Patrocínio Vale César, no caso do PAN na primeira ronda é o Senhor Deputado Miguel Santos em vez da Senhora Deputada Inês Sousa Real e registou-se a inscrição do MPT que estava em falta. -----

----- E recebemos agora a inscrição dos Deputados Municipais Independentes para as três rondas, portanto, já vão ser inscritos, podemos arrancar, a Câmara Municipal responderá no final de cada uma das rondas. -----

----- Portanto Senhora Deputada podemos começar pela lista dos inscritos”. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Cristina Júdice do CDS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Júdice (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina, Senhores Vereadores, Senhores Deputados minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Pedi para falar com um *PowerPoint*, quase em inspiração com aquilo que ouvimos na última Sessão do Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- Vou fazer uma pergunta ao Senhor Presidente relativa à Proposta n.º 327/2018, sobre a qualificação de um conjunto de vias da cidade, como estruturante para efeitos da gestão do arvoredo. -----

----- Li com atenção a proposta, e gostaria de trazer informação que me leva a propor que não só o arvoredo das vias estruturantes passe de novo para a gestão da Câmara, mas toda a floresta urbana, para a possibilidade de valorizar. E com isso peço a vossa paciência para ouvir só aqui um bocadinho sobre o que é o valor das árvores na

cidade, matéria de uma tese de doutoramento já com 10 anos, mas que apresentei a certa altura, ao Senhor Presidente António Costa, na altura, Presidente da Câmara, para dar a notícia de que todo este trabalho tinha sido feito, no sentido de se valorizar e de se perceber a importância do valor deste património arbóreo da cidade de Lisboa.-

----- Quais são as vantagens das árvores na cidade? Primeiro o conforto urbano para a redução da temperatura, algo que já falei da última vez. Depois temos áreas técnicas do sequestro do carbono que dizem respeito diretamente a problemas de ambiente e quantificação de ambiente. -----

----- Gostava de chamar atenção para o facto de haver uma postura bem diferente a partir do ano dois mil, não se trata de, desculpem-me a expressão coloquial “bio bocas”, mas passámos a fazer ao nível da Universidade, e em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, trabalho de quantificação, para ter a certeza que o valor das árvores é da maior importância. -----

----- Portanto o sequestro do carbono, a resistência da cidade às alterações climáticas aumenta com a presença das árvores, a sociabilidade no espaço urbano, isto é muito importante, o sítio onde as pessoas se encontram é por baixo das árvores, nos parques e jardins, a biodiversidade e evidentemente, os correspondentes benefícios só recentemente foram objeto de estudos de quantificação. -----

----- Mas será que as árvores urbanas representam realmente benefícios para a sociedade, apresentar esses benefícios como entidades mensuráveis. Foi o trabalho desta tese que eu de alguma maneira sintetizei aqui, de maneira a explicar que foram realizados inquéritos para conhecer os benefícios sociais proporcionados pelas áreas arborizadas da cidade, foram recolhidos dados relativos à influência do copado, portanto das sombras das árvores, sobre a temperatura e o conforto bioclimático. Da última vez que falei sobre isto, são nove graus de temperatura de diferença que se conseguem registar em alguns sítios da cidade e a aplicação de modelos tratam isto é já excessivamente técnico.-----

----- Mas queria só reforçar o facto de se terem feito inquéritos à população, mil inquéritos é muito significativo, e temos como sempre um ponto importante, o pensamento de Francisco Caldeira Cabral, o grande mestre do Arquiteto Ribeiro Telles que hoje aqui homenageámos. -----

----- E que vale a pena pensar e dizer-lo que inegavelmente, os espaços verdes devem ser o ponto de encontro de toda a gente, de todas as idades, há outros pontos de encontro, mas estes são os de mais importância porque neles as pessoas encontram um ambiente natural e à escala humana. -----

----- Destes inquéritos, chegou-se à conclusão que 762 respostas positivas, considerando a importância destes espaços para a sustentabilidade em espaço público.-

----- Os espaços verdes oferecem à população local de ocupação, como sabem. Foi tudo estudado, portanto, os dias da semana com atividades de rotina, foram estudados os encontros sociais e a razão destes encontros no espaço urbano.-----

----- O espaço verde oferece à população local para ocupação de tempos livres e enfim, várias pontos que eventualmente conhecem, não conhecem, provavelmente é a sua quantificação. -----

----- Os jardins mais frequentados nesta altura, agora já mudou, foram o Jardim da Fundação Gulbenkian e depois também a Expo.-----

----- O estudo que se fez a fundo destas áreas da cidade, os 11% do Parque Florestal de Monsanto onde ocorrem todas estas atividades, como bem, sabem. Reparem que por outro lado, a influência sobre a temperatura e, sobretudo esta fotografia é bem clara, sobre a impossibilidade de se estar mais do que cinco minutos ao sol em Lisboa, no verão. E, portanto, a necessidade que as pessoas têm de encontrar sombra portanto, em a importância das árvores na cidade. -----

----- Foram feitos locais de medição, em que se puseram termopares entre eles, a Rua Ferreira Borges, que consegue reduzir a temperatura da cidade, 8,4 graus centígrados, o que é notável, sobretudo no verão. Mas realmente, quem ganhou a palma foi as árvores do arruamento da Sacadura Cabral aqui muito próximo, com 9 graus de temperatura diferença entre estar à sombra e estar ao sol, por baixo das tílias que a compõem. -----

----- Este modelo da Universidade Davis aplicada à evolução das árvores de arruamento da cidade, traz-nos aqui alguns elementos importantes, um número total de árvores de arruamentos são 32 mil, o número total de espécies são 78 mil, não vou tomar o vosso tempo demais sobre estas matérias técnicas. -----

----- Mas é importante que a relação benefício e custo da floresta urbana tem uma estimativa de valores dos benefícios, que é calculada desta forma, onde o valor da quantidade de energia, o valor ano da melhoria da qualidade do ar, e depois a parte toda dos custos, as árvores, a plantação, a poda, a remoção, tudo aquilo que são os trabalhos que a Câmara Municipal de Lisboa tem feito, desde o seu início, na manutenção deste património notável que são as nossas árvores. -----

----- A recolha de folhagem, até à administração e inspeção, ponto importantíssimo, eu julgo que falta, neste momento, uma equipa de inspeção na Câmara que vai identificar a situação atual das árvores que podem eventualmente cair, não só pela sua história como pelas suas fitossanidades.-----

----- A aplicação deste modelo poupou-vos evidentemente, mas queria só dizer que foram estabelecidos extratos de constituição de amostras em todos os espaços verdes da cidade, foram identificadas e medidas 3033 árvores como amostra, com resultados muito significativos do ponto de vista do custo, sendo que cada árvore custa por ano 45,6 euros, nesta altura ainda eram escudos que foram utilizados.-----

----- A relação benefício, custo das árvores de arruamento na cidade, é portanto, uma relação de um para cinco, ou seja, os benefícios são cinco vezes superiores àquilo que é o custo das árvores e isto está feito, utilizando o método de Buckley, São Francisco e depois Lisboa, todas elas cidades de clima mediterrânico com muitas pareências. ----

----- As nossas quatro espécies mais importantes são o Lódão-bastardo-*Celtis australis*, o Plátano, a Tília e o Jacarandá, aqui temos os estudos feitos, que não vos vou maçar com isso, mas importa saber que estão feitos.-----

----- Portanto, toda a parte remoção de CO2 e todas as partículas foram aqui estudadas, cada uma das espécies já atua de forma diferente nessas partículas e na poluição urbana.-----

----- Umas mais eficientes, outras menos o que importa realmente é que temos um património arbóreo que não é só pela sua beleza, só pelo seu conforto mas é um património de grande valia. -----

----- Agora passemos ao problema que é matéria da minha pergunta ao Senhor Presidente. Os problemas do arvoredo em Lisboa, a gestão do arvoredo e os trabalhos fitossanidade, de poda que aqui vimos, migrou da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia sem que os técnicos as acompanhassem. -----

----- Os técnicos da Câmara Municipal cujas funções se prendem com este património deveriam ter passado para as Juntas de Freguesia? Pergunto eu, Senhor Presidente? ----

----- Consultei o mapa de pessoal da Câmara para 2018, nas profissões que se especializam nas áreas de arvoredo, a arquitetura paisagista e engenharia florestal e encontro quarenta e oito arquitetos paisagistas e dois florestais, dos quais seis paisagistas migraram para as Juntas de Freguesia de Freguesia. -----

----- As Juntas de Freguesia não dispõem, portanto, de técnicos que assegurem a gestão e manutenção do património arbóreo que têm a seu cargo e, portanto, aquilo que julgo que estão muitos Presidentes de Junta, certamente me confirmam, que isto é uma realidade ou estarei eu errada.-----

----- Portanto a minha proposta é a criação de um gabinete técnico responsável pelo arvoredo de Lisboa, a minha enfim, não é minha é a da minha bancada, utilizar para a gestão do arvoredo, o conhecimento acumulado dos técnicos da Câmara, que é notável, e a base de dados todas as árvores, e tornar responsabilidade do gabinete técnico dentro da Câmara, a elaboração de planos, que abranjam uma fitossanidade das podas. Reduzindo através de uma economia de escala a multiplicação de funções nas Juntas de Freguesia, não faz sentido as Juntas todas, cada uma ter a maquinaria toda, para resolver os múltiplos problemas do arvoredo. -----

----- Eu não estou a falar dos espaços verdes, jardinsinhos, rotundas, estou a falar essencialmente do arvoredo e da floresta urbana. O controlo de qualidade da execução destas funções deve caber à Câmara, como responsável último destes seres vivos. -----

----- Perguntei-me sempre, se cai uma árvore, a culpa é da Junta de Freguesia, ou se morrem pessoas de quem é a responsabilidade civil, é do Senhor Presidente da Câmara, é da Junta de Freguesia e do Senhor Presidente da Junta? É um ponto que também gostava de ouvir.-----

----- A execução das tarefas pode caber à Junta, como braço executivo da Câmara, mas sujeita a um plano florestal em que cada trabalho deveria ser programado.-----

----- Eu trabalho com árvores e, portanto, sei bem que tudo aquilo que se planeia para as árvores é uma coisa que se passa quase como uma grande ópera em câmara lenta, em que os atores entram devagar e saem devagar, portanto, tem que ser pensado com muitas décadas de antecedência.-----

----- Há árvores neste momento com duzentos anos, que deviam ser retiradas e identificadas e eu julgo que esse trabalho não está a ser feito sendo, portanto, um perigo para a cidade.-----

----- Cada árvore que cair é da responsabilidade de quem? É esta a minha pergunta.-



----- Portanto, um sistema programado, fiscalizado e monitorizado pela Câmara Municipal que tem técnicos, e tem um regulamento de árvores notável muito bem feito, seria talvez uma forma de criar resposta a este património vivo com tanta importância.-----

----- Há uma base de dados que acabou de ser feita, em conjunto com Universidade de Lisboa e com a Câmara Municipal, essa base de dados chama-se *LX Gardens*, é uma base de dados com cerca de 27 mil árvores. Esta base de dados tem a georreferenciação de todas as árvores, a georreferenciação é das partes mais importantes, foi feita em conjunto com a Câmara.-----

----- E eu gostaria só de lembrar que as árvores de arruamento não estão georreferenciadas, mas poderiam vir a estar seguindo as mesmas metodologias.-----

----- As entidades colaborantes por exemplo, desta tese foram exatamente a Câmara Municipal de Lisboa, as faculdades e as universidades, portanto, eu julgo que seria possível, mas deixo no ar esta pergunta e agradeço a vossa atenção.”-----

----- (O *PowerPoint* apresentado pela Deputada Municipal Cristina Júdice fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada Cristina Castel-Branco pela intervenção, tem sido uma matéria bem debatida aqui nesta Assembleia Municipal que, em breve voltará cá, e portanto, todos os contributos são bem-vindos.-----

----- A Senhora Deputada Virgínia Estorninho esteve aqui a rever a lista das inscrições e, portanto, esperamos que agora esteja tudo correto e vamos dar sequência às intervenções.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- O primeiro tema de perguntas que Os Verdes trazem é sobre a remoção de amianto. Como se sabe, as fibras de amianto podem constituir perigo para a saúde pública e, nesta matéria, o princípio da prevenção e da precaução deve ser sempre tido em conta.-----

----- A resolução deste problema tem sido uma longa batalha do Partido Ecologista Os Verdes, desde sempre e tanto a nível nacional como local.-----

----- Em 2014 esta Assembleia aprovou uma proposta de Os Verdes para que a CML procedesse ao levantamento de todos os edifícios, infraestruturas e equipamentos municipais que contêm amianto.-----

----- Em Setembro de 2017 a Autarquia fez-nos chegar esse levantamento e, entre intervenções em vias de resolução ou ainda em estudo, havia 14 edifícios onde funcionam serviços municipais, 9 escolas, 3 equipamentos desportivos e 4 cemitérios

com amianto. Ou seja, há oito meses havia ainda 30 situações identificadas pela Câmara por resolver. -----

----- O que pretendemos saber hoje é: dessas situações quantas foram entretanto resolvidas de facto? Ou seja, quantos edifícios que contêm amianto e que precisam de ser intervencionados, continuam ainda à espera que o problema seja resolvido? E qual a calendarização para isso ser finalmente feito?-----

----- Passando ao segundo tema, sobre a colocação de pilhões nos novos ecopontos ----

----- A recolha de pilhas usadas deve ser uma prática corrente pois permite-nos diminuir significativamente o risco de deposição descontrolada das pilhas prevenir a possível poluição que daí pode resultar. A sua reciclagem permite-nos também reutilizar materiais que voltam a ser usados, sem que seja necessário retirá-los da natureza. -----

----- Perante a importância da recolha e posterior reciclagem de pilhas, gostaríamos de questionar o executivo por que razão há, hoje em dia, vários ecopontos sem pontos de recolha para reciclagem de pilhas, também conhecidos por pilhões?-----

----- Sabemos que a sua instalação deve obedecer a determinados critérios e regras, mas a verdade é que nalguns sítios da cidade foram retirados e, ao ser colocado um novo ecoponto, este não tem recetáculo para a recolha destes resíduos. -----

----- Ora, se o própria página oficial da autarquia refere que a Câmara assegura a recolha de pilhas através dos pilhões instalados junto dos ecopontos, em eco-ilhas ou acoplados a vidrões e se este tipo de recolha deve fazer parte do nosso dia-a-dia para que haja uma consciência cada vez maior sobre o encaminhamento a dar a estes resíduos, não se entende por que razão estes pontos de recolha não estão a ser devidamente disponibilizados onde fazem falta, para que possam ser usados, uma vez que o objetivo é precisamente o da sua recolha para posterior reciclagem. -----

----- O terceiro tema que trazemos nesta intervenção está relacionado com o Pombal contratetivo do Parque Silva Porto.-----

----- Há cerca de um ano começou a funcionar o pombal contratetivo no Parque Silva Porto e a intenção é alargar este projeto a vários locais da cidade e implementar uma rede de pombais em, pelo menos, mais sete freguesias.-----

----- Este pombal contratetivo em Benfica tem sido gerido por voluntários, e é responsabilidade da autarquia a manutenção das instalações, a sua limpeza, a disponibilização de ovos falsos e o fornecimento de alimentação. -----

----- Recentemente, Os Verdes fizeram uma visita a este pombal e reuniram com as duas voluntárias que estão a assegurar o seu funcionamento e há um conjunto de questões que gostaríamos de ver esclarecidas: -----

----- A CML confirma a falta de fornecimento de ração por parte da autarquia? Perguntamos isto porque temos informação que desde dezembro a ração não é fornecida pela Câmara, assim como tem falhado a disponibilização de produtos de limpeza. -----

----- Gostaríamos também de saber quando serão implementados os restantes pombais que integram a rede, uma vez que seriam para implementar até ao fim de 2017. -----

----- É igualmente importante sabermos se é ainda possível ter em conta algumas propostas que poderão vir a melhorar o funcionamento dos pombais a implementar, partindo da avaliação feita no projeto- piloto em Benfica, nomeadamente em relação à dimensão das estruturas. -----

----- Isto, porque quanto melhores forem as condições destas estruturas, melhores serão os resultados e é isso que se pretende. -----

----- Pretendemos também saber se o executivo considera viável e correto que, uma vez que a rede esteja implementada, estes projetos funcionem exclusivamente com voluntariado? -----

----- Gostaríamos também que a Câmara nos informasse sobre o ponto de situação da realização dos censos em relação aos pombos e se está previsto que a Direção Municipal de Higiene Urbana venha a ter um veterinário no quadro de pessoal?-----

----- Por último, uma vez implementada a rede, qual o destino a dar aos ovos retirados dos pombais? -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito Obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado, Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente de Mesa, restante Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.-----

----- O PSD traz hoje aqui um conjunto de propostas, que iremos distribuir pelas rondas.-----

----- E iremos começar por colocar em primeiro lugar, algo que já tínhamos falado no âmbito da última intervenção da Informação Escrita do Senhor Presidente, mas para o qual ainda na altura, não tivemos resposta e não o lográmos tê-la hoje também. -----

----- Que é relativamente às matérias relacionadas com os espaços que foram protocolados com o Ministério da Saúde para a implementação dos quatorze centros de saúde na cidade de Lisboa.-----

----- E perguntar ao Senhor Presidente, se confirma que, neste momento, a Câmara Municipal está a reavaliar os espaços que estavam definidos em protocolo com Ministério da Saúde para fazer alterações, e se sim, porque motivos se considera relevantes.-----

----- A segunda questão, Senhor Presidente coloca-se relativamente à ciclovia e neste caso, as bicicletas “Giras”, são giras mas também pelos vistos são perigosas Senhor Presidente. E a questão que se coloca aqui é no âmbito dos acidentes que têm ocorrido. Que levantamento e que relatório existe sobre essas ocorrências? Que impacto é que isso tem tido no âmbito do próprio contrato que existe? E de que forma

é que a Câmara entende relevante ou não proceder a qualquer tipo de alteração ou revisão desse mesmo contrato.-----

----- Depois também ainda no âmbito destas matérias relacionadas com a mobilidade, a questão inevitável dos *tuk-tuk*, facto que temos vindo a discutir já há muitos anos, e a verdade é que a nível do funcionamento, aguarda-se pela implementação de um regulamento que permita disciplinar esta utilização, evitar os excessos e enquadrar o modelo de funcionamento. -----

----- E a pergunta que fazemos, e a disponibilidade também do PSD nesse sentido, Senhor Presidente, é para quando é que podemos ter uma proposta de regulamento para a utilização de *tuk-tuk* na cidade de Lisboa.-----

----- Outra questão também que nos parece particularmente importante, e que está muito na ordem do dia, aliás, era importante compreendermos de que forma é que todos estes processos jurídicos têm também contribuído de alguma forma para, eventualmente deixar limitar aqui a capacidade negocial da Câmara de Lisboa e a sua capacidade de obtenção de receitas. Refiro-me especificamente às questões relacionadas com o contrato de mobiliário urbano, publicidade no mobiliário urbano. --

----- Esta questão tem vindo a conhecer vários contratemplos, tem sido notório e público os vários momentos em que há alterações ao resultado final do contrato, neste momento, está tudo em situação de indefinição jurídica por causa dos vários processos que tem sido colocados a nível de tribunal. -----

----- Daqui resultam imediatamente duas perguntas, uma é de que forma é que a Câmara pode estar eventualmente a ser prejudicada, porque esta situação do novo contrato era naturalmente, uma oportunidade de reorganizar e renegociar o espectro da receita. -----

----- Também tem uma dimensão de contrapartidas, a publicidade também tinha um conjunto de contrapartidas, do ponto de vista de implementação de mobiliário urbano na cidade e, neste momento, de que forma é que isso pode não estar prejudicado? -----

-----E uma segunda dimensão, que tem a ver com uma reflexão sobre se estes modelos, do ponto de vista da Câmara Municipal ainda são os mais adequados, tendo em vista aquilo que também se pretende no âmbito da própria gestão da cidade, que é uma agilização da capacidade de obtenção de receita e as dificuldades que resultam neste momento pelos processos estarem completamente parados. -----

----- E para terminar esta ronda fazer só uma última questão, Senhor Presidente e aqui dirijo-me especificamente às matérias relacionadas com as carreiras de bairro. -----

----- Das cinco carreiras já implementadas, três já existiam o 759 nos Olivais, a carreira A da Carris-Tours no Parque das Nações e o 757 da Quinta das Lavadeiras Charneca-Lumiar. Depois existem as duas carreiras novas, a de Chelas-Marvila, Bairro dos Alfinetes, o 31B e 32B.-----

----- A questão agora, Senhor Presidente, quando é que chegam os novos autocarros, estavam inicialmente previstos em setembro, outubro se confirma, de facto, que se mantém esta previsão inicial de chegada dos autocarros em setembro, outubro.-----

----- Senhor Presidente, também uma reflexão sobre estas cinco carreiras de bairro, se existe já um levantamento sobre a sua eficácia, de que forma é que a Câmara entende

que pode ser reforçado, implementado, melhorado a implementação ou se entende que em determinadas situações, esta solução pode não ser a mais adequada. -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir com as intervenções.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “A Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----  
----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa obrigado pela palavra.-----  
----- Antes de fazer as minhas questões ao Senhor Presidente e ao Executivo gostaria de fazer aqui uma pequena introdução.-----  
----- “Ironia” expressão ou gesto que dá a entender em determinado contexto ou contrário ou algo diferente do que significa, atitude de quem usa expressões ou gestos que dão a entender o contrário, ou algo mais do que aquilo que parecem significar. Atitude, ou dito em relação a algo ou alguém que serve para fazer rir ou é assim entendido, escárnio, sarcasmo, troça, zombaria.-----  
----- O tranta é uma tradição esotérica que se baseia no desejo para conseguir a realização espiritual. O tema pode-se traduzir-se como tecido ou urdimento já que se refere a uma continuidade, existem variantes do tranta no budismo, hinduísmo e noutras religiões. Segundo alguns historiadores o tranta surge de uma série de escritos do Século IV a.C. por Buda.-----  
----- Ou seja os preconceitos, Senhora Deputada, são fruto da ignorância e a ignorância nem sempre é uma bênção, e eu como professora de história, história da arte, ciência das religiões, terei todo o gosto em dar-lhe algumas aulas, assim deixará de manifestar a sua ignorância dessa forma. E já agora da próxima vez que disser o meu nome aprenda como é que ele se diz, obrigada.-----  
----- Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----  
----- Com o Senhor Presidente habituou-nos até ao dia de hoje, pelos vistos histórico para algumas virgens ofendidas, a não responder diretamente às nossas dúvidas, resolvemos mandar as nossas perguntas à Câmara com todo o descritivo, de forma mais completa possível que é para termos a certeza que, pelo menos uma vez, seremos respondidos.-----  
----- Portanto depois dos considerandos sobre a contradição com o plano de salvaguarda da Baixa Pombalina.-----  
----- Primeiro, como explica a aplicação dos azulejos na Praça da Figueira e que providências vão tomar para evitar este atentado ao património?-----  
----- Segundo, tendo em conta a nossa recomendação aprovada a 20 de março, sobre a boca de escoamento do Terreiro do Paço, quando serão realizados os trabalhos projetados para a estação Sul e Sueste e doca da Marinha?-----

-----Terceira, o polémico projeto do Largo do Rato, afinal, em que ponto está? E de que forma a segurança da Sinagoga de Lisboa pode ficar garantida?-----

----- Quarta pergunta, em que ponto se encontra a implementação do projeto “Pavimentar Lisboa” e já agora, como se vai salvaguardar a calçada portuguesa? -----

----- Quinta pergunta, como se encontra a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil? -----

----- Sexta, e o que se passa com o plano de acessibilidade pedonal?-----

----- Sétima, por dois momentos em destaque no dia 1º de dezembro de 2017, o Senhor Presidente da Câmara prometeu a recuperação, a reabilitação do Palácio da Independência Sociedade Histórica de Portugal. Quando começarão os trabalhos e se já houve algum concurso, ou em que moldes esse processo será desenvolvido?-----

----- Por último, quando ficará pronto, o regulamento para os *tuk- tuk* e se a associação representativa destes operadores foi ouvida nesse procedimento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado pede a palavra para que efeito? Microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Eu gostaria, tal como a minha colega Deputada que infelizmente, não está aqui neste momento para se poder expressar, de voltar a referir que nos parece que a condução destes trabalhos e que as expressões utilizadas não dignificam esta Assembleia. -----

----- O humor não é sexismo, ainda que caiba obviamente à Senhora Deputada a escolha de usar as palavras que quiser e de tomar as atitudes que quiser. E a ironia para nós é uma expressão de inteligência e não uma expressão de ignorância, e por isso gostaríamos de deixar novamente expresso, que nos parece pouco dignificante para esta Assembleia, que os termos deste debate estejam a tomar este curso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não vemos bem em que é que a Mesa foi interpelada, mas registamos a sua expressão e fica registado em Ata, aquilo que o Senhor Deputado que exerce o Mandato como Independente Miguel Graça, também tem a dizer sobre este assunto. E vamos continuar com as inscrições.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Senhora Deputada, Carla Madeira do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----  
----- A minha pergunta é dirigida à Senhora Vereadora Paula Marques. -----  
----- A habitação tem sido nos últimos anos, uma das maiores preocupações dos Autarcas do centro histórico da cidade de Lisboa. -----  
----- Uma lei do arrendamento cruel a que se vem juntar o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local tem expulsado a população mais vulnerável do centro da cidade. -----  
----- Diariamente somos confrontados com as enormes dificuldades de quem luta por se manter no território e com a saída de quem não consegue lutar mais. Muitos dos que desistem mantêm a esperança de regressar ao bairro onde viveram e cresceram. ----  
----- Nestes últimos anos, os piores atendimentos que os Presidentes de Junta do Centro Histórico têm feito, são os de moradores que entre lágrimas nos trazem as cartas de despejo, de aumento de renda por parte dos senhorios. -----  
----- Não tenho qualquer dúvida em afirmar que de todos os problemas existentes nas nossas Freguesias, este é que toma contornos mais gritantes e que traduz a realidade mais injusta e desumana. Não há nada mais cruel do que obrigar uma família abandonar o seu lar. E não há nada mais frustrante do que assistir a esta realidade e ser impotente para a resolver, e isso tem acontecido demasiadas vezes no nosso território. -----  
----- Do centro histórico foram expulsos, nos últimos anos, milhares de moradores nos últimos quatro anos e meio, as Freguesias da Misericórdia, Santa Maria Maior, São Vicente e Santo António perderam cerca de seis mil moradores, e estes números irão continuar a aumentar se nada se fizer, pois a pressão exercida por muitos dos proprietários é diária e permanente. -----  
----- Por isso, temos que travar esta tendência, temos que continuar a insistir na urgente revisão da legislação nacional, protegendo os moradores com mais idade e mais vulneráveis, e criando mecanismos que incentivem o arrendamento de longa duração e que limitem o alojamento local no centro da cidade. -----  
----- Temos também que continuar a insistir, na criação de mais mecanismos municipais que aumentem a oferta habitacional. -----  
----- Procurando mitigar este problema a Câmara Municipal de Lisboa tem lançado alguns programas, um deles foi o Programa Municipal “Habitar o Centro Histórico” que abrangeu as Freguesias da Misericórdia, Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente, disponibilizando cem habitações à população residente nestes bairros que perdeu ou que está em risco de perder a sua habitação. -----  
----- Com este programa, a Câmara pretende reforçar a coesão e justiça sociais, requalificar o parque edificado, fomentar a permanência dos residentes nos bairros históricos e garantir o direito à habitação. -----  
----- A Câmara não sendo responsável direta por esta situação, tem procurado criar medidas que a colmatem, porque para esta Câmara, as pessoas contam, e contam muito. -----

----- O direito à habitação é um direito consagrado na Constituição e do qual não abdicamos, queremos que a cidade de Lisboa seja uma cidade inclusiva, uma cidade acessível a todos e não só alguns. -----

----- Neste sentido, pergunto, qual é o balanço que a Câmara Municipal de Lisboa faz do Programa “Habitar o Centro Histórico”, dado que o prazo de candidaturas terminou no passado dia 5 de maio. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Carla Madeira, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Gomes Dias (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. -----

----- A questão que me traz é relativa à habitação. Portanto, nós estamos a viver momentos dramáticos para inúmeros lisboetas, pessoas que estão a ser despejadas das suas habitações. Nós fizemos visitas à Freguesia da Estrela e de Marvila e nessas duas Freguesias, as pessoas com que nós falámos disseram-nos que estavam em situação de grande dificuldade, porque não encontravam uma habitação que pudessem arrendar, famílias cujos senhorios não vão renovar os contratos de arrendamento. -----

----- Mas também temos pessoas que vivem há décadas em determinadas habitações naquele bairro, têm toda a sua rede social lá, e querem se manter nas suas habitações e que querem ficar na casa onde sempre viveram. -----

----- Estas situações são situações que nos revelam o estado de emergência que esta situação alcançou. Hoje são inúmeras as pessoas que veem a sua vida alterada, de uma forma que não podem rapidamente solucionar e rapidamente resolver. -----

----- As situações de *bullying* imobiliário que passam por ações como assédio permanente para que o inquilino resolva o seu contrato, corte de luz nas escadas do prédio, abertura das janelas e das frações deteriorando as condições de habitabilidade. O início de obras nas frações próximas do inquilino e sem aviso prévio e sem consideração pela pessoa que vive no prédio. -----

----- Ameaça de corte de energia e de gás, nós vimos isso nalgumas casas da Freguesia da Estrela, intimidação para a assinatura de documentos, de forma imediata sem conhecimento prévio dos inquilinos, e portanto sem uma solução para estas pessoas. -----

----- Estas situações continuam, temos como exemplo a Vila Ana e a Vila Ventura, que são dois imóveis na Estrada de Benfica número 634, em que o proprietário pediu licença para fazer obras de recuperação dos edifícios, e o que fez, foi retirar as janelas e as portas, todas as janelas e todas as portas dos diferentes edifícios, de modo a poder, dizendo ele, iniciar as obras de reabilitação. Mas o que aconteceu na realidade



é que as obras ficaram por fazer, apesar de ter a licença atribuída pela Câmara, este proprietário deixou os prédios sem nenhum tipo de proteção, potenciando e promovendo a sua degradação, ou seja as obras de destruição do edifício. A última inquilina que lá habitava deixou a casa ontem. Isto mostra-nos o estado de pressão a que os proprietários têm colocado os inquilinos, e também a forma como não tem respeitado os acordos que tem com a Câmara Municipal e também as licenças que recebem para fazer obras nos edifícios.-----

----- Isto tudo para poder responder à especulação imobiliária e poder também fazer negócios que sejam bastante rentáveis.-----

----- A nossa pergunta é relativamente a duas recomendações que foram apresentadas na Assembleia Municipal, relativamente à implementação da linha “SOS Despejo”, nós queríamos saber como é que está a implementação, pela urgência destas situações, não podemos adiar mais a criação desta linha que possa a responder às dificuldades das pessoas que vivem na cidade.-----

----- E também queremos saber como é que está a correr o programa de formação para a Polícia Municipal, de modo a sensibilizar para estas questões, para que possam dar uma resposta célere às pessoas que estejam nesta situação.-----

----- Também queríamos colocar a pergunta sobre a possibilidade de alargar o Programa “Habitar o Centro Histórico” às Freguesias da Estrela e à Freguesia de Arroios, aonde há situações de despejo em curso e, de modo a poder também encontrar uma solução para estas pessoas.-----

----- “Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir com as inscrições nesta 1ª Ronda.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, imprensa, público em geral.-----

----- Na Assembleia Municipal de 11 de julho, o Senhor Presidente Fernando Medina lançou a hipótese de ser criado um concurso de ideias sobre a utilização a dar ao equipamento do Panorama de Monsanto.-----

----- Tendo sido prometido no ano passado um concurso de ideias para o Panorama de Monsanto, poderá a Câmara atualizar esta Assembleia quanto ao ponto de situação deste assunto?-----

----- Quinze locais em Portugal ultrapassaram o nível máximo de partículas finas inaláveis PM2.5, que a Organização Mundial de Saúde determina não dever ser superior a 10 microgramas por metro cúbico de ar. Mostram os dados mais recentes

do Organismo, Lisboa é um desses locais e ocupa os primeiros lugares, então o que tem sido feito até agora? -----

----- As “Zonas de Emissões Reduzidas – ZER”, criadas em 2011 pela Câmara Municipal de Lisboa, com intuito de proibir a entrada no centro da cidade dos veículos mais poluentes e dessa forma garantir uma melhor qualidade do ar, não tem estado a cumprir com o objetivo. Portanto, para quando o cumprimento desse objetivo nas zonas de emissões reduzidas e a sua fiscalização? -----

----- Na Sessão Ordinária de 25 de novembro, o PAN apresentou recomendação “Cobertura de proteção chuva-sol para parques infantis” na qual sugeria a colocação de coberturas da proteção chuva-sol em alguns parques infantis da cidade, e que fora aprovado por unanimidade. Tendo em conta que os dias de chuva já lá vão e os calores estão a chegar, gostaríamos de saber se irão aproveitar a recomendação e para quando?-----

----- Seguidamente, temos uma questão relacionada com os jardins, genericamente. Utilizámos aqui, como exemplo, o Jardim Fernando Pessa, sabemos que não podemos fazer perguntas às Freguesias, mas, portanto, considerem por favor que isto é uma pergunta genérica para os jardins da Câmara e é utilizado como exemplo. -----

----- Constatou-se recentemente que foram colocadas duas placas nos dois relvados maiores do Jardim Fernando Pessa, nas traseiras do Fórum Lisboa, com a indicação Freguesia do Areeiro, “este espaço foi feito a pensar em si, colocar o lixo no lixo, proibida a circulação de animais” com pictograma de cão, conforme fotos que se junta em anexo. -----

----- Os Municípios e utilizadores do referido jardim queixam-se de que o parque se encontrava literalmente às moscas aqui há uns anos, até que meia dúzia de pessoas, todas elas donas de cães começaram a frequentar e juntando-se aqui, sobretudo nas noites mais amenas e passando longas horas agradáveis, tendo os animais ajudado a dinamizar um espaço votado ao abandono durante anos. Vindo agora, neste caso a Freguesia a proibir a sua circulação. -----

----- De acordo com os mesmos parece uma medida bastante redutora, se não injusta para quem faz do Jardim Pessa o que ele é hoje. E de novo, considerando que se trata de uma questão genérica. -----

----- As proibições quando aparecem estas placas referem-se aos relvados ou a todo o jardim? As proibições referem-se à circulação de cães sem trela, uma vez que o pictograma nas placas não apresenta trela. Qual a fundamentação desta proibição? -----

----- Sendo certo que as Câmaras Municipais poderão, no âmbito das suas competências e ao abrigo do disposto no número 4 do artigo 7º do Decreto-lei n.º 314 de 2003, de 17 de dezembro, criar zonas ou locais próprios para permanência e circulação de cães e gatos, estabelecendo as condições em que esta se pode fazer sem os meios de contenção previstos neste artigo. Não podendo contudo, agravar as condições legais, sob pena de padecerem as normas regulamentares de vício de violação de lei, ou seja, nem a Câmara nem as Freguesias podem simplesmente interditar zonas a animais, no caso em que os mesmos utilizam os meios de contenção exigidos pela lei. -----

----- Relativamente à questão do amianto, que já foi também hoje referida, durante a Sessão de Perguntas à Câmara, em 2016 em julho, o Vereador do Urbanismo, Manuel Salgado afirmou que em outubro de 2014, foi feito um levantamento exaustivo de todos os edifícios com cobertura de amianto.-----

----- Afirmou-se na altura quando foi feito o levantamento, foi estimado o grau de urgência das situações, ficando definido que seriam intervencionados primeiro os locais onde se verificassem os estados de prioridade, nomeadamente o estado de conservação dos materiais que afetassem crianças, doentes ou idosos e o nível de contacto das pessoas com amianto. -----

----- A questão é qual é o ponto de situação, neste momento desta matéria, qual o número de edifícios e que edifícios municipais se encontram ainda com coberturas de amianto?-----

----- Tínhamos também uma questão, que não vimos ainda concretizada a resposta, nas estatísticas relativamente aos pombos, qual o número ou a estatística de pombos que não nasceram desde a implementação do método de substituição de ovos e estamos a falar, obviamente da substituição dos ovos no pombal contracetivo no Parque Silva Porto. -----

----- Outra questão tem a ver com a habitação municipal, o acesso a pessoas com animais de estimação a todas as habitações municipais, está garantido?-----

----- Relativamente ao “Veículo de Emergência e Socorro Animal” do Orçamento Participativo já está a ser usado? E a formação aos bombeiros e aos técnicos responsáveis pela recolha de animais em primeiros socorros e cuidados básicos de animais, já começou?-----

----- Relativamente ao Departamento de Estrutura Verde e à gestão de 49 espaços concessionados, gostaríamos de saber quais são os restantes, sabemos que existem 106 talhões de cultivo para desenvolver agricultura urbana biológica e sustentada, mas parece-nos que existe informação insuficiente, se isto puder ser complementado agradecemos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

-----“Boa tarde a todos.-----

----- Trazemos questões da Freguesia de Benfica e de Carnide. -----

----- Uma das primeiras questões que íamos colocar, o Bloco de Esquerda já colocou. E portanto, ficamos por colocar então relativamente ao número 584 na Freguesia de Benfica, na Estrada de Benfica, que é um prédio devoluto há muitos anos constituído por rés-do-chão e 1º andar e águas furtadas. Apresenta-se bastante degradado,

inclusivamente aparenta perigo desprendimento e queda de elementos estruturais, ou mesmo desmoronamento parcial.-----

----- É de salientar que esse edifício confina com outros de tipologia semelhante, que constituem um quarteirão compacto, intocado pela voraz construção e especulação imobiliária, numa das zonas mais antigas da Estrada de Benfica, de onde emergiram os primeiros núcleos habitacionais desta Freguesia.-----

----- Urge assim, tudo fazer para travar a sua continuada degradação e tomar todas as medidas ao alcance da Câmara de forma a impedir, naturalmente, o desmoronamento e a perda deste edificado e, por outro lado, garantir a segurança de quem passa por lá dos moradores e dos lojistas vizinhos dado que, apesar da situação descrita não existir qualquer aviso ou barreira de segurança parece-nos que, de facto esta situação representa perigo. -----

----- Assim perguntamos se este edifício está referenciado pela Câmara, qual a sua situação e que medidas já tomou ou pensa tomar a Câmara, face ao exposto.-----

----- Por outro lado, trazemos também questões relacionadas com a Freguesia de Carnide, no âmbito da Escola EB-2-3 do Bairro Padre Cruz. Questões na área da saúde e do orçamento participativo.-----

----- Portanto, relativamente à EB 2-3 do Bairro Padre Cruz e, apesar de não ser da responsabilidade direta da Câmara Municipal está em Lisboa e, portanto, naturalmente a Câmara também terá aqui uma palavra a dizer.-----

----- Portanto, aquilo que questionamos é para quando o cobrir do polivalente, do espaço polivalente desportivo, uma vez que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares tem vindo a adiar a construção desta cobertura total do polidesportivo. E as crianças e jovens, aquilo que têm de fazer é, ou vários quilómetros até ao pavilhão desportivo do bairro, a pé, muitas das vezes sem qualquer tipo de vigilância por parte dos adultos ou então em alternativa à chuva e ao sol. -----

----- Por outro lado, uma das questões relacionadas com a área da saúde tem a ver com o aumento de um médico de família na “Unidade de Saúde Familiar Carnide Quer”. Portanto, que há vários anos é reivindicada pela população de Carnide e que não tem qualquer tipo de resposta, nem por parte do Governo nem por parte da Câmara.-----

----- Portanto o que questionamos é, de facto, se a Câmara pensa pressionar o Governo para resolver o problema das instalações e para contratar mais um médico para a “Unidade de Saúde Familiar Carnide Quer.” -----

----- Por outro lado, trazemos, naturalmente a questão tal e qual como os outros Grupos já colocaram, do Orçamento Participativo de Lisboa. -----

----- O ano passado em 2017, a cidade celebrou os 10 anos do Orçamento Participativo de Lisboa. Mais ou menos, nesta altura, entre 18 de abril e 11 de junho estavam abertas a apresentação de propostas, neste momento, seria a celebração dos 11 anos do Orçamento Participativo, e nada se sabe sobre o Orçamento Participativo e, portanto, aquilo que questionamos é efetivamente se a Câmara desistiu deste processo?-----

----- E naturalmente aproveitamos a oportunidade também, para questionar se o projeto vencido em 2014 da Requalificação do Centro Histórico de Carnide, se existem mais dados relativamente ao ponto de situação da execução das obras.-----

----- Por outro lado, está previsto para o centro histórico de Carnide, a implementação de um parque de estacionamento no plano de atividades e orçamento 2018 da EMEL. -

----- Aparentemente, o processo está parado no Departamento de Património da Câmara, pelo que solicitamos também igualmente ponto de situação.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Restante Público Presente. -----

----- Para esta Sessão de Perguntas à Câmara, o Partido da Terra coloca à consideração do Plenário dez temas, que no nosso entender são de elevada relevância e sobre os quais pretendemos obter os devidos esclarecimentos.-----

----- Curiosamente, algumas das nossas temáticas são igualmente abordadas por outras forças partidárias, o que revela, no nosso entender, serem factos a merecer esclarecimento na Governação deste Executivo Socialista. -----

----- Para esta primeira ronda de perguntas o Partido da Terra aborda cinco temas:-----

----- O primeiro tema refere-se às Salas de Prevenção de Overdose e Doenças Infeciosas na população consumidora de substâncias aditivas não legais, ditas Salas de Chuto. Em Março do corrente ano, o Senhor Vereador Ricardo Robles anunciava que Lisboa iria ter três salas ditas de chuto, em que uma delas teria uma equipa móvel. -----

----- Os locais anunciados para a instalação das respetivas salas seria a zona da Alta de Lisboa-Lumiar, Vale de Alcântara -antigo Casal Ventoso, e zona ocidental de Lisboa. Nesta última estaria uma equipa móvel, enquanto as outras poderão ser consideradas postos fixos. -----

----- Ficamos também a saber que os toxicodependentes terão, para além do consumo assistido por técnicos, apoio médico e psicológico, acesso a complementos alimentares, vestuário e serviços de higiene e a respostas de empregabilidade e de habitação. -----

----- E haverá, também, uma vez que grande parte destes consumidores não têm a sua documentação em dia, a possibilidade de fazer ou atualizar o cartão de cidadão. Ora, o MPT pretende saber as diligências que a Câmara Municipal de Lisboa está a adotar para reunir os recursos humanos para as ditas salas de chuto, de forma a prestarem apoio nas mais variadas valências aos consumidores? -----

----- Outra questão pertinente que colocamos é a do horário praticado. Teremos o consumo assistido das 9 horas às 17 horas como um qualquer balcão de atendimento ou informações, ou terá as ditas salas de chuto um horário que corresponda à realidade do consumo aditivo de drogas? -----

----- Para terminar cumpre deixar nesta temática uma outra questão. A Câmara Municipal de Lisboa pode e deve ter uma tarefa bastante importante no campo da Educação para a Saúde, nomeadamente na sensibilização ao consumo de drogas em particular nos mais jovens. O que tem sido feito, Senhor Vereador Ricardo Robles, nesta área que está na sua tutela? -----

----- O MPT como partido de fortes convicções ambientais, pugna por uma *Lisboa* cada vez mais sustentável. -----

----- Apesar de a Câmara Municipal de Lisboa ter assumido o desafio de protagonizar políticas consistentes de sustentabilidade ambiental, a verdade é que muito há a melhorar vejamos: -----

----- Após a Agência Europeia do Ambiente ter alertado para a qualidade do ar que se respira em Lisboa, colocando em risco a saúde dos lisboetas, a Câmara Municipal de Lisboa implementou em 2011 as Zonas de Emissões Reduzidas, as ZER. -----

----- Passados sete anos, ainda é possível identificar algumas falhas neste plano, nomeadamente no que diz respeito à fiscalização destas zonas de trânsito condicionado. -----

----- De que forma tem a Câmara Municipal de Lisboa feito o controlo dos veículos que circulam nas Zonas 1 e 2 das ZER? Como se tem garantido que, nestas zonas, circulem apenas veículos posteriores a 2000 e 1996, respetivamente? -----

----- E, posto isto, tem a Câmara Municipal de Lisboa feito a monitorização da qualidade do ar, de forma a verificar a eficácia da implementação das ZER? -----

----- Também as Bicicletas Partilhadas, um terceiro tema, após vários anos sem sair do papel (2009), de três meses de fase piloto (junho a setembro de 2017) e em apenas 8 meses de implementação, estão a causar vários problemas, em particular aos seus utilizadores. -----

----- O Partido da Terra sempre elogiou e continuará a fazê-lo e a defender a promoção do uso da bicicleta em meio urbano, bem como as ciclovias destinadas a este meio de locomoção. Porém, não podemos deixar de ficar apreensivos quanto aos relatos de acidentes, doze dos quais terão resultado em fraturas. -----

----- Senhor Vereador Miguel Gaspar, não obstante ser no mínimo caricato que, no dia anterior à publicação da notícia em jornais e na TVI24 sobre travões das bicicletas, ter sido publicado um *vídeo* no Grupo do *Facebook*, que tem como administrador um assessor da EMEL, sobre como travar uma bicicleta, o Partido da Terra gostaria de obter os seguintes dados: -----

----- 1- Porque é que as bicicletas elétricas têm vindo a ser recolhidas apresentando assim rácio de exploração inferior ao contratado? Está relacionado com acidentes? Apresenta alguma inconformidade preocupante? Se sim, qual? -----

----- 2- Qual é a tipificação estatística dos acidentes? Quantos foram reportados? De que tipo foram? -----

----- 3- Qual o número de acidentes reportados que têm a questão do travão da frente? Será o atual modelo do travão da “Gira”, o adequado? Não será estranho caírem tantas pessoas, mesmo ciclistas experientes, em tão grande número? -----

----- 4- Que diligências foram efetuadas pela EMEL sobre os incidentes relatados? Quem assumirá a responsabilidade, a EMEL ou a Orbita? -----

----- Sobre este assunto cumpre relembrar que o facto da “Gira” ser utilizada com uma frequência muito alta atingindo rapidamente os 25km/h, implica que os intervalos de manutenção (óleo lubrificante nos travões) sejam obrigatoriamente mais curtos do que os de uma bicicleta normal. Neste seguimento gostaríamos de saber com que periodicidade é feita uma inspeção bicicleta a bicicleta. -----

----- Na vertente da Higiene Urbana, apresentamos o quarto tema que diz respeito às Instalações de Sanitários Públicos. -----

----- Por duas vezes, neste Plenário, foram aprovadas Recomendações, em boa hora trazidas pelas mãos do CDS-PP, que visavam colmatar a falta de sanitários públicos, nomeadamente em locais de maior concentração populacional. -----

----- Da Câmara chegou a informação de que está prevista a instalação de trinta sanitários públicos, com recurso a fundos obtidos através da implementação da Taxa Turística e em articulação com a Associação de Turismo de Lisboa. -----

----- Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, o Grupo Municipal do Partido da Terra gostaria de saber se foram já identificados os locais onde a colocação destes trinta sanitários públicos é mais urgente, e em que ponto se encontra o seu processo de aquisição e instalação. -----

----- No mesmo ofício, o seu Gabinete informou que caberá às Juntas de Freguesia a gestão, conservação e limpeza destes equipamentos. Considerando que, para garantir a salubridade, tanto dos sanitários como das zonas envolventes, é necessário que a sua higienização seja diária e regular, gostaríamos também de saber se o orçamento para a Higiene Urbana estas Juntas de Freguesia será reforçado, e de que forma a manutenção dos sanitários públicos não fique comprometido por falta de verbas. -----

----- Como último tema desta ronda, o Partido da Terra traz o Património. -----

----- No passado dia 31 de janeiro, a Câmara Municipal de Lisboa através da Proposta 20/2018 aprovou a “Constituição do Conselho Científico como Estrutura Consultiva com vista à Revisão da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico”. -----

----- A este propósito impõem-se as seguintes questões:-----

----- 1- Até ao presente quantas vezes foram tidos em conta os pareceres do Núcleo Residente da Estrutura Consultiva (NREC) do PDM? -----

----- 2- Com a constituição deste Conselho Científico, quem “dita as regras”, isto é, quem manda, o Conselho ou a Estrutura Consultiva? -----

----- 3- Por que razão a Câmara Municipal de Lisboa perante os pareceres do Património opostos aos do Urbanismo, acaba por optar por estes últimos?-----

----- Considerando que a carta em questão integra o Anexo III do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDML), seria natural que essa revisão sucedesse apenas daqui a três anos, uma vez que o PDM em vigor será revisto em 2022. -----

----- Assim Senhor Vereador Manuel Salgado, qual o motivo desta celeridade, quando nem um ano de Mandato passou? -----

----- Não obstante o Partido da Terra reconhecer a necessidade de identificar e classificar os bens de imóveis de interesse arquitetónico, histórico e paisagístico, e a revisão da Carta Municipal do Património ser um meio para atingir esse propósito, vemos com alguma surpresa esta preocupação, que em nosso entender poderá transformar a Carta Municipal do Património numa espécie de Plano de Pormenor ou de Urbanização, garantindo as “condições de elegibilidade” em termos de PIP e licenciamentos sobre os imóveis elencados nesta Carta.-----

----- Muito Obrigado! Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça Independente a seguir a esta e termina a primeira ronda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Senhores Vereadores, Meus Caros Colegas Deputados.-----

----- Da parte dos Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa, gostaríamos de deixar aqui também um conjunto de dez perguntas. Falaremos em duas rondas.-----

----- Irei eu colocar as cinco primeiras. -----

----- A primeira pergunta refere-se ao Regulamento de Gestão do Património Imobiliário de Lisboa, esta é uma matéria que começou a ser discutida no Mandato anterior precisamente pela aproximação do final do Mandato foi uma matéria que foi, no fundo retirada da agenda e da discussão para um período pós eleições, já passaram mais de seis meses, julgamos que será lógico também da nossa parte perguntar à Câmara Municipal de Lisboa quando é que pretende trazer este Regulamento de Gestão do Património Imobiliário de Lisboa para discussão a esta Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente a questões da mobilidade gostaríamos também, obviamente de pedir um ponto de situação na implementação do projeto “Gira” das bicicletas partilhadas, e obviamente, também perguntar relativamente à viabilidade operacional alargamento do horário das bicicletas partilhadas depois das 24 horas, de forma a funcionar como alternativa ao transporte noturno.-----

----- Sabemos entretanto que desde que colocámos esta pergunta até agora, poderão ter também havia desenvolvimentos sobre este tema e por isso, gostaríamos de saber mais sobre esta pergunta em particular. -----

----- Também decorrente de um debate temático que houve nesta Assembleia sobre a “Segurança e Qualidade de Vida Noturna na Cidade”, colocámos na altura uma



questão, que nos pareceu bastante premente relativamente à possibilidade de poder melhor articular os ritmos diurnos e noturnos da cidade de Lisboa, que seria a criação da figura de um provedor da noite, ou *night mayor* como é conhecido noutras cidades, enquanto elemento centralizador da gestão de conflitos e conciliação entre vários ritmos da cidade. E, portanto, perguntamos também à Câmara, dado que esta é uma proposta que nos parece viável e que é utilizada também noutras cidades se pretendem ou não a criar uma figura semelhante. -----

----- Por fim, relativamente a dois outros temas, relativamente às questões também da economia social e promoção da empregabilidade Lisboa, foram criadas um conjunto de expectativas por um programa municipal criado especificamente para esta área, e estas expectativas foram, obviamente, criadas também junto de entidades e organizações do setor e, portanto, perguntávamos qual era o ponto de situação do desenvolvimento deste programa municipal para a economia social e promoção da empregabilidade em Lisboa. -----

----- E ainda relativamente uma questão simples, mas que gostaríamos também de ter no fundo, um ponto de situação era sobre a aplicação do Regulamento Geral da Proteção de Dados pela Câmara de Lisboa, e, naturalmente, a proteção dos dados dos utilizadores das várias aplicações do Município.-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Encerrámos as inscrições na primeira ronda, vamos passar a palavra à Câmara, ao Senhor Presidente da Câmara, naturalmente para responder diretamente ou para gerir a palavra pelos Vereadores, conforme entender, uma vez que tivemos várias perguntas e também conforme referimos na intervenção inicial com as limitações de tempo regimentais. Senhor Deputado Miguel Graça esqueceu-se de alguma parte da sua intervenção? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

-----“Senhor Presidente se me fosse permitido corrigir um pequeno lapso, esqueci-me de uma pergunta que deveria também colocar se fosse possível ainda nesta ronda e ainda dentro do tempo estabelecido.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Com toda à vontade, Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta -----

----- “Peço desculpa pela interrupção dos trabalhos. -----

----- Era relativamente às questões da estrutura verde, perguntar também o ponto de situação da implementação da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, peço desculpa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Estava eu a dizer que íamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para gerir por ele próprio e pelos Vereadores, com as limitações inerentes ao tempo que a Câmara tem face às múltiplas perguntas que são feitas e naturalmente, que é uma matéria que vamos ter que acabar por rever na Reunião de dia 6, no Grupo de trabalho de revisão do Regimento.-----

-----Senhor Presidente da Câmara e depois pode distribuir com autorização da Mesa, pelos Senhores Vereadores, conforme entender.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu quero em primeiro lugar, dar só uma nota sobre a condução dos trabalhos no sentido de registar a minha total discordância com o modelo deste tipo de debates e com o absurdo que se gera.-----

----- Foram colocadas mais de cem questões à Câmara sobre todos os temas e mais alguns da vida da Câmara, nem sequer devidamente sinalizados nas perguntas e sobre os quais a Câmara tem para responder trinta e seis minutos.-----

----- E, por isso o que eu irei fazer é distribuir os trinta minutos. Estamos na primeira ronda e há mais duas, por isso o que eu vou pedir ao Senhores Vereadores é distribuí-lhes a palavra, e a Câmara vai se confinar aos trinta e seis minutos que Regimentalmente tem para responder na primeira ronda às mais de cem questões que foram colocadas, desde a questão estratégica da gestão do arvoredo, à questão micro numa determinada situação de uma determinada rua, de um determinado parque. É assim que estão as regras enquanto a Assembleia Municipal não as mudar.-----

----- Por isso eu peço para responder às várias questões para um número global de trinta e seis minutos para as três rondas, peço que comece o Vereador José Sá Fernandes e depois o Vereador Miguel Gaspar, e depois darei ordem aos restantes Vereadores. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vou tentar ser rápido. Em relação à última pergunta que agradeço o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas vem à reunião da Assembleia Municipal, espero que seja aprovada na próxima Reunião Pública da Câmara e depois virá logo aqui dia 5 de junho à Assembleia Municipal para discussão e aprovação, assim espero. E, portanto, está bem encaminhado é um plano de ação, portanto, acho que vai ser muito bom para Lisboa, termos um plano de ação de adaptação as alterações climáticas. -----

----- Em relação à intervenção da Senhora Deputado do CDS, é muito interessante este relatório de 2003. As árvores de 2003 para hoje duplicaram, são neste momento, 60 mil, entretanto foi aprovado um plano de biodiversidade que explica muito bem a evolução desta e o que queremos em relação à biodiversidade onde as árvores são um elemento significativo, a evolução do que queremos fazer em relação a esta matéria. ---

----- Vem aqui um plano de adaptação às alterações climáticas, precisamente quando um dos eixos mais fortes é precisamente as ondas de calor, o que se prevê um aumento da onda de calor, portanto, o combate ao calor é precisamente com a plantação de mais árvores porque é isso que se combate o calor, aliás, foi explicado aqui é este o raciocínio que foi aqui apresentado de 2013 é o que hoje ainda ocorre. Quanto mais árvores, mais sombra quanto mais sombra desce a temperatura e, portanto, a onda de calor tem que se combater. Uma das maneiras de se combater é esta. -----

----- Existe um núcleo de arvoredo na Câmara Municipal de Lisboa e que, portanto, que tem as árvores georreferenciadas. O que nos falta fazer é no fundo, transpor esta georreferenciação mesmo as árvores de alinhamento para um método que seja aberto a toda a gente, incluindo às Freguesias e às pessoas normais e, portanto, um georreferenciação que indique, não só a localização das árvores, mas também o estado delas, as alturas em que teve intervenções, para que todos tenhamos conhecimento o que é que se passa com cada árvore específica, aliás, programa que, neste momento está a ser desenvolvido. -----

----- Existe um regulamento de árvores que acho que é um regulamento em termos de normas técnicas é o correto, foi aprovado aqui por esta Assembleia Municipal as partes técnicas. -----

----- Em relação aquilo que a Câmara faz, o que as Juntas de Freguesias, fazem, eu acho, que em conjunto, podemos fazer um bom trabalho. Há coisas que temos que articular, portanto, esse trabalho de articulação que estamos a tentar acelerar agora nos últimos tempos. -----

----- Não se deve confundir esse trabalho com uma medida estratégia que tem a ver com Avenida da Liberdade e eixo central que atravessa várias Freguesias e que são árvores que tiveram uma intervenção recente e que, portanto, tem que ter uma visão também diferente. -----

----- Julgamos que o trabalho que a Câmara fazia antes da passagem das árvores para as Juntas de Freguesia foi melhorado com essa passagem, temos é que, de facto, ter melhor articulação, melhor georreferenciação, melhor estudos fitossanitários e é isso que estamos a tentar trabalhar com as Juntas de Freguesia, para que isso resulte melhor. -----

----- Eu não sou dogmático em relação a estas matérias, sou sempre adepto que as coisas podem mudar, acho que não é este o momento, acho que estamos a trabalhar em conjunto, podemos depois fazer uma análise profunda sobre esta matéria no fim deste Mandato, o que eu quero mesmo é trabalhar em conjunto para que estas matérias sejam bem-vindas. -----

----- Agradeço de qualquer maneira a apresentação feita pela Senhora Deputada, fico contente porque no fundo, parece que estamos a dar resposta às sugestões que foram dadas por este trabalho de 2003. Porque o trabalho que foi desenvolvido desde 2003 ou principalmente a partir de 2005 ou 2007, até hoje vai ao encontro e até suplanta e bastante as coisas que foram aqui referidas. -----

----- Eu lembro que nós, só nos últimos 10 anos, fizemos mais 200 hectares de áreas verdes novas, estamos neste momento em obra em mais cerca de 50 hectares e esperamos terminar o Mandato com no total com mais de 150 hectares de áreas verdes novas. -----

----- Isto vem ao encontro de tudo aquilo que foi aqui apresentado, mais árvores, mais retenção de água, mais biodiversidade, mais sequestro de carbono, melhores condições térmicas para a cidade e, portanto, parece que estamos no bom caminho. ----

----- E, portanto, os trabalhos não são feitos por um Executivo, são feitos por estudos que vem, este estudo foi importante em 2003, outros têm sido feitos ao longo destes anos, acho que estamos no bom caminho, e no fundo, a apresentação deste trabalho é que são importantes estes trabalhos. -----

----- Estamos a fazer um trabalho, nomeadamente em relação à onda térmica neste momento, para percebermos exatamente como é que devemos combater essa previsão de aumento da temperatura na cidade de Lisboa, para além de outras coisas que vão ser aqui discutidos, quando formos apresentar o plano de atuações climáticas. -----

----- Por fim, uma referência ao Palácio da Independência é um assunto que estamos a trabalhar com a Sociedade Histórica Portuguesa, o projeto está quase pronto, quem está a fazer o projeto é evidente que são os responsáveis pelo Palácio da Independência. -----

----- Está iminente o parecer favorável da Direção-Geral de Cultura, que trata sobre esta matéria é um edifício classificado, julgo que, em breve, estaremos em condições de fazer um protocolo com a respetiva Sociedade, para depois ser possível lançar o concurso, provavelmente pelo próprio Palácio ou pela Sociedade Histórica, com a entrega de verbas pela própria parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Falta saber qual é também a parte museológica que se pretende colocar ali, nomeadamente, referente à Restauração, mas isso também ficou encarregue a Instituição de apresentar uma proposta à Câmara, que ainda não fez. -----

----- Portanto, deste lado, estamos em conversações francas com os responsáveis por este edifício, é um edifício histórico, emblemático de grande história e de grande representatividade para a cidade de Lisboa e para o 1 de Dezembro e portanto para a nossa Restauração e, portanto, estou contente com isso. -----

----- Em relação ao Panorâmico julgo que aqui a Vereadora Catarina Vaz Pinto vai dizer sobre qualquer coisa, sim? Em breve lançaremos o concurso de ideias sobre a matéria. -----

----- Eu julgo que respondi às perguntas.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Sobre as questões que foram colocadas e tentando responder em global nas questões do “Gira. -----

----- O sistema do “Gira” continua a crescer, ainda hoje foram abertas mais nove estações, principalmente ali na zona ribeirinha, portanto, na Praça do Município, do

Cais Sodré, de Santos, de Santa Apolónia. Abriram mais nove estações também na Rua da Palma, Santa Apolónia que já referi.-----

----- Vão abrir em breve mais oito estações que no essencial, vão reforçar a rede onde ela já existe. A Expo, o topo Norte, Telheiras e no Areeiro, portanto, nestes dias, estão a abrir mais dezassete estações que acrescem às cinquenta e seis estações que já existiam.-----

----- Neste momento, em termos de utilizações temos vindo a rebater novos máximos com muita frequência, neste momento, o máximo está entre 3898, portanto 3900 viagens de grosso modo, o que mostra que este é um sistema cada vez mais utilizado. -

----- Sim, nós temos conhecimento daquilo que foram as notícias, sobre a questão dos travões e da segurança do “Gira”, eu diria porventura, que talvez as notícias tenham sido um pouco exageradas.-----

----- Para terem uma noção, nós temos cerca de 282 mil viagens realizadas e destas a EMEL tem registo de vinte e três casos de utilizadores que, de facto, tiveram acidentes com a bicicleta. E destes acidentes, onze estão relacionados com atravessamento indevido de ciclovias por peões, e oito envolveram colisões com automóveis.-----

----- O que é mais importante destacar aqui, eu acho que isso é muito importante, é que estes acidentes que têm acontecido, não têm aumentado em número absoluto, não tem aumentado o número de acidentes à medida que as viagens aumentam muito. O que eu quero dizer com isto, também há uma adaptação dos utilizadores ao sistema ou seja, à medida que as pessoas se vão também habituando, muitas se calhar também já não andavam de bicicleta há algum tempo, sim há utilizadores experientes, também há aqueles que não o são, e também há fatores externos com ciclistas experientes que nem sempre controlam. E o que nós temos vindo a trabalhar é sensibilizar com o policiamento de proximidade, boas regras de utilização das ciclovias, temos vindo a trabalhar na questão da sensibilização e da sinalização das ciclovias para criar zonas seguras, esse é um trabalho que temos vindo a fazer para aumentar a segurança.-----

----- Sobre a mecânica da bicicleta é inequívoco que, na nossa opinião, que não existe qualquer situação que mereça maior atenção. E passo a esclarecer, o contrato que a EMEL tem é um contrato de disponibilidade, portanto, o que a EMEL diz é que queremos “x” bicicletas a funcionar bem, e depois, a empresa “Órbita”, é que é responsável pela sua manutenção.-----

----- A manutenção é feita de acordo com o manual do fabricante das várias componentes, também dos travões, e os travões que são usados, acho que é muito importante destacar isto, são da marca “*Shimano*” e que são usados em vários sistemas de bicicletas partilhadas do mundo.-----

----- Só para terem uma ideia o sistema “*Jump*” que é um dos grandes operadores privados destas bicicletas tem este sistema de travões, o sistema “*Urbi*” em Amesterdão tem este sistema de travões, “*For global bike*” em São Francisco usa estes travões. “*Santander Cycles*” em Londres usa estes travões, Madrid “*Bicimad*” usa estes travões, Dubai, Malta, o sistema da “*JCDecaux*” em Viena, Paris, Liubliana, Sevilha entre outros usam estes travões.-----

----- Portanto, travões de roletes são os travões mais adequados para este tipo de bicicleta exatamente pelo seu uso intensivo e meio urbano, e é este sistema de travões, que é usado numa bicicleta. -----

----- O que está aqui em causa, muitas vezes são situações de travagem de emergência por parte da ciclista e por vezes uma travagem mais forte com o travão da frente, de fato é uma bicicleta tem duas rodas, pode levar que as pessoas tenham incidentes. -----

----- Ora naturalmente a nossa preocupação é na prevenção, quer garantindo a manutenção do sistema, quer nas ações de sensibilização e, nesse sentido, sabendo que nestes utilizadores que já temos mais de 8 mil passes vendidos de bicicletas, estão muito utilizadores que nem sempre ou já há muito não andavam de bicicleta. -----

----- Eu, francamente, acho uma boa prática os vídeos que a EMEL tem vindo a fazer de sensibilização de utilização do sistema “Gira”, se calhar, senão os tivéssemos feito, perguntavam-nos porque é que não fizemos vídeos para os utilizadores que não estavam habituados andar de bicicleta, portanto, eu neste caso prefiro fazer a mais do que fazer a menos. Se os Senhores Deputados acharem que os vídeos foram a mais, não os vejam. -----

----- Portanto, acho que é importante que nós façamos tudo o que está ao nosso alcance para mostrar como são as melhores formas de usar o sistema, quem for um utilizador experiente, talvez não precise ver isso, fica como opção de cada um. -----

----- Relativamente à questão das responsabilidades, exatamente, já foi tema até a propósito da idade, todos os utilizadores do “Gira” são utilizadores registados, credenciados juntos da EMEL, portanto, registados com o Cartão de Cidadão, sabemos quem são, a idade. -----

----- E isso habilita a que o sistema é seguro, portanto, é assegurado, existe uma apólice de seguro para os utilizadores do sistema, portanto neste sentido todas estas situações são salvaguardadas pelo seguro, está contratualizado também pelo sistema. --

----- Portanto, resumindo e em síntese na nossa opinião não existem questões de segurança com os travões da bicicleta. Em todo o caso, a sua gestão, a sua manutenção é da responsabilidade da operadora a quem este serviço está contratado.---

----- Vindo aqui à questão das carreiras de bairro, a pergunta é feita e reafirmo aquilo que já disseram, a resposta é sim, reafirmamos o que já dissemos, portanto que os autocarros começam mesmo a chegar em setembro, outubro e que as carreiras de bairro começam mesmo a chegar no final do ano, princípio do próximo. -----

----- Aliás, alguns Presidentes de Junta vão começando a ter reuniões com a Carris exatamente para revermos uma última revisão, àquilo que são os percursos das carreiras do bairro para que, no momento que houver condições para arrancar em cada bairro com estas carreiras, estar tudo articulado com as Juntas de Freguesia. -----

----- Relativamente aos *tuk-tuk* temos vindo a trabalhar, exatamente, no sentido de consolidar os despachos que já existem, a proposta de regulamento já exista num único documento, temos tido já reuniões com a ACAP, com a APECATE, com a AHRESP com a “*Fadi Food Group*”. -----

----- Não estamos a mudar o que já existe, estamos a fazer melhoramentos, ao que já existe, não há ali nenhuma revolução é no essencial melhorar pequenos aspetos, já que

tivemos o tempo para os melhorar estamos a melhorar, e também estamos neste momento a ultimar o regulamento, como todos os regulamentos terá o seu processo discussão e terá o seu processo de aprovação.-----

----- Relativamente às “Zonas Zero” e para terminar, este tema, eu vou citar outra vez aquilo que já citei aqui. Há um relatório, a Câmara Municipal de Lisboa acompanha o desenvolvimento das “Zonas Zero”.-----

----- Há um relatório que é realizado por uma entidade independente, pela FCT-UNL que faz a monitorização das “Zonas Zero” e passo a citar: “Podemos afirmar que os resultados da avaliação da qualidade do ar ambiente, para as partículas em suspensão atmosférica de dióxido de PM 10 e dióxido de azoto, não acompanham a mesma tendência crescente de crescimento do tráfego. É mesmo de destacar que os anos que se cumpriram os valores limites estabelecidos para uma exposição diária e anual do poluente PM 10 na Avenida da Liberdade tenham sido os anos com zero em vigor, em particular os anos de 2014 a 2016, portanto, é inequívoco que o instrumento da “Zero” tem contribuído para a melhoria da qualidade do ar, em particular naquilo que concerne às partículas”.-----

----- Também já tive oportunidade aqui de dizer que há duas medidas associadas ao “Programa Zero” que são absolutamente estruturais, uma era a renovação dos táxis na cidade de Lisboa. Eu peço desculpa de estar a falar de cor, mas se a memória não falha, são 85% dos táxis de Lisboa tem menos de 6 anos, portanto, houve uma fortíssima renovação dos táxis nos últimos anos e para terminar, também havia outra medida que estava prevista, que era a renovação da frota da Carris, estamos a tratar disso.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Portanto, primeira questão o programa de retirar o amianto.-----

----- Foram identificados em 2014, cinquenta e um edifícios com amianto entre serviços municipais, equipamentos escolares, equipamentos desportivos e cemitérios.-----

----- À medida que são feitas obras de reabilitação destes imóveis é retirado o amianto. Neste momento estão resolvidos vinte e três casos, onze estão em resolução e dezassete estão em projeto para ser retirado o amianto.-----

----- Pergunta seguinte: sobre os Centros de Saúde.-----

----- Neste momento, estão em fase de projeto de execução e de contratação da revisão: o Centro de Saúde de Alcântara, Alto dos Moinhos, Alta de Lisboa, Ajuda, Beato, Restelo, Marvila, Fonte Nova, Sapadores e Parque das Nações. Este último a ser realizado pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- Está em fase de preparação da empreitada o do Areeiro, ainda não está definitiva a localização do de Telheiras e o projeto de Arroios que é na Maternidade do Hospital da Estefânia, aguarda-se que seja concluído o acordo quadro para a contratação de projetos.-----

----- Pergunta seguinte: Azulejo na Praça da Figueira.-----

----- O Azulejo da Praça da Figueira o projeto é muito anterior, ao plano da Baixa quando foi feito o plano da Baixa, já havia pleno conhecimento deste projeto, este projeto teve o voto favorável do Conselho Superior de Cultura e tem a adesão dos seus proprietários.-----

----- Estação Sul Sueste Doca da Marinha.-----

----- Neste momento, estão a ser feitas as demolições da Doca da Marinha. Em relação à Estação Sul Sueste aguarda-se a entrega de um relatório pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que está a analisar a interferência das obras de consolidação da muralha com o túnel do Metropolitano de Lisboa.-----

----- Descarregador de superfície na Praça do Terreiro do Paço, é uma obra que foi feita na altura pela Simtejo e, portanto, é um descarregador para casos de intempérie, de excesso de águas pluviais, e tem que ter aquela proteção por questões de proteção dos utentes, mas não é uma obra municipal.-----

----- Edifícios em ruína, na Freguesia de Benfica.-----

----- Na freguesia de Benfica existem 2965 edifícios, dos quais 4,3% estão em mau ou péssimo estado de conservação. Temos também quarenta e seis processos de intimação para a realização de obras de conservação, e em relação a edifícios devolutos, temos vinte e dois edifícios totalmente devolutos e setenta e nove edifícios parcialmente devolutos. Nos edifícios devolutos tem sido feito o agravamento do IMI.-----

----- Quanto à pergunta sobre os terrenos para a realização do Projeto do Centro Histórico, há um terreno a adquirir ao Grupo Bernardino Gomes com 15240 metros quadrados, está neste momento a ser feita a avaliação deste terreno, bem como há uma faixa de terreno do Instituto de Gestão da Segurança Social, que também tem uma avaliação já feita e está em fase de obtenção da autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para reverter para o Município de Lisboa.-----

----- Por fim Carta do Património.-----

----- A Carta de Património, foi constituído um Conselho Consultivo, esse Conselho Consultivo foi aprovado em Câmara e já tem a maior parte dos seus membros nomeados. E a função deste Conselho Consultivo é passar em revista toda a Carta do Património e definir critérios para futura aplicação.-----

----- Quanto à revisão do PDM, chamo a atenção que o PDM tem previsto uma primeira alteração, cinco anos após a sua conclusão, ele foi editado em agosto de 2012, portanto, a partir de agosto de 2017, dever-se-ia fazer este trabalho.-----

----- Este trabalho está a ser feito, está bastante adiantado e, portanto, não sei, teremos que ver depois, quando é que o PDM virá à Assembleia Municipal após consulta pública.-----

----- Regulamento do Património por decisão e acordo da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no Mandato anterior foi decidido não trazer à Assembleia o Regulamento do Património. O Regulamento do Património, neste momento, está em consulta pública, portanto, foi aprovado em Câmara e foi colocado em consulta pública.-----



----- A consulta pública termina no dia 5 de junho próximo, posteriormente será elaborado o relatório de ponderação que irá à Câmara e depois de votação em Câmara, se a Câmara assim o entender será enviado à Assembleia Municipal, para que a Assembleia se pronuncie -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Anotei dois Grupos Municipais com questões, primeiro o PCP sobre a Escola Básica 2-3 Bairro Padre Cruz e a Unidade de Saúde Familiar de Carnide. -----

----- Nós já conhecemos os temas, a preocupação, partilhamo-la, já aqui o dissemos, já abordámos esta questão com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, naturalmente e disse-o na sua intervenção a Câmara Municipal de Lisboa não tem a autoridade e responsabilidade sobre estas escolas 2-3, nem sobre este Centro de Saúde e, portanto, apenas podemos partilhar a preocupação, partilhar a necessidade de intervenção na escola a nível do pavilhão e de reforço de meios da Unidade de Saúde Familiar de Carnide. E, portanto, juntamo-nos como poder local a Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia nessa pressão que podemos fazer junto do Governo central.-----

----- O MPT colocou uma questão relacionada com o Programa de Consumo Vigiado. Os processos estão a decorrer, estamos a preparar os programas, estamos em condições de até ao final do ano, termos pelo menos a Unidade Móvel preparada, as duas salas, uma no Lumiar e outra no Vale de Alcântara, porque envolvem uma intervenção mais de engenharia, de preparação dos espaços, poderão decorrer durante mais algum tempo.-----

----- Os horários e as valências serão afinados em função das necessidades, mas o que os relatórios de diagnóstico apontaram, seria um horário de funcionamento entre as 8 da manhã e as 20 horas mas, naturalmente estes são horários que estavam no relatório diagnóstico, mas que devem ser afinados em função das necessidades e dos recursos disponíveis para este efeito. -----

----- **O Senhor Vice- Presidente Duarte Cordeiro,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Caras e Caros Deputados responder então às questões que foram colocadas.-----

----- Em primeiro lugar à Senhora Deputada Cláudia Madeira, relativamente aos pilhões nos ecopontos. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa está a colocar pilhões, onde havia, portanto, nos ecopontos e nas eco-ilhas onde existiam pilhões, a Câmara Municipal tem mantido. De todo o modo, existe uma rede de pilhões, especialmente nos supermercados da cidade e, se tal for necessário estaremos disponíveis a alargar.-----

----- Isto aqui é uma matéria que tem que ser sempre vista com quem, no fundo, gere esta fileira, porque nós, por exemplo, na questão dos óleos usados, estamos a

trabalhar, depois até poderemos dar nota à Assembleia Municipal, no alargamento de forma muito significativa, porque estamos a trabalhar na solução nomeadamente de que forma é que nós podemos trabalhar com os produtos que são gerados através dos óleos usados, neste caso não estamos a diminuir a rede.-----

----- No que diz respeito aos pombais contraceptivos foram questões que foram colocadas pela Senhora Deputada, mas também pelo Senhor Deputado do PAN.-----

----- Dizer que, não se confirma qualquer tipo de falta de milho, de ração ou mesmo de materiais. Nós vamos dando os materiais com alguma regularidade, vamos fazendo estimativas de necessidades, nomeadamente nas rações e não tem falhado qualquer tipo de necessidade.-----

----- Depois temos previsto instalar até ao terceiro trimestre deste ano, não instalar, adquirir até ao terceiro trimestre deste ano, todos materiais para alargar a rede dos pombais contraceptivos.-----

----- Não sentimos nenhuma necessidade para já de ter um veterinário na Direção Municipal que tem esta área, porque nós recorremos aos veterinários da Casa dos Animais, se for necessário equacionaremos, assim que a rede tiver instalada, neste momento, não sentimos essa necessidade.-----

----- O que é que fazemos aos ovos? Os ovos já agora que a pergunta foi feita pelo Senhor Deputado do PAN, até agora foram 122. O que nós fazemos é, tratamos e recolhemos como orgânico, é o que fazemos com os ovos que recolhemos dos pombais contraceptivos.-----

----- No que diz respeito a esta matéria, penso que está tudo respondido.-----

----- No que diz respeito aos sanitários públicos questão que foi colocada pelo Senhor Deputado do MPT.-----

----- O Senhor Deputado, já deu nota da resposta que foi dada por nós ao Senhor Deputado, nós temos já identificadas as zonas de instalação, aliás, quando nós fizemos a estimativa dos sanitários, quer para a possibilidade de nós irmos à taxa turística para financiar estes sanitários esta emergência de trinta, quer uma estimativa mais alargada que fizemos no que diz respeito ao concurso da publicidade da cidade.-----

----- Nós já temos mais ou menos uma noção dos locais onde nós devemos colocar os sanitários, e portanto acredito que nós estamos a aguardar pelo desenvolvimento concurso publicidade da cidade, mas, no imediato, vamos tentar acelerar com a colocação dos trinta que referiu, e agradeço-lhe a questão e ter dado a resposta que demos da parte do gabinete.-----

----- No que diz respeito à viatura de socorro dos animais está em procedimento. Portanto, está em procedimento, está em processo de definição, porque é uma viatura como imagina não há em série, é uma coisa nova e portanto estamos a trabalhar na parte relativa as especificações para poder adquirir, mas está em curso.-----

----- No que diz respeito às perguntas que foram colocadas pelo Senhor Deputado Miguel Graça, quanto ao “*night mayor*”, nós estamos muito bem informados sobre o tema, inclusivamente já temos participado, através, ou da minha área, ou da área da cultura em encontros internacionais que têm existido.-----

----- Nós organizámos de uma determinada forma e, portanto, criámos uma Unidade Técnica de Controlo de Ruído, e estávamos concentrados numa primeira fase na adaptação dos bares e das discotecas, à questão do ruído. -----

----- A questão dos “*night mayor*” tem sido muito mais desenvolvida, não tanto na dimensão da que nós temos abordado que tem muito a ver com o controlo do ruído, da moderação dos efeitos negativos da noite, mas até mais numa dimensão da promoção da própria dimensão cultural da noite, e nós ainda não chegámos lá. Não temos isso excluído, temos trabalhado com o setor, o setor já nos falou disso, estamos abertos a essa solução, é uma questão que surgirá depois de nós sentirmos que as questões relacionadas com o ruído, com as condições, digamos assim da vida noturna, serem sustentáveis, avançaremos, eu acho com toda a naturalidade para essa dimensão. -----

----- Em quase todas as cidades o “*night mayor*” vem do setor, não é nomeado pelas Câmaras Municipais, portanto, só para dizer que é uma matéria que nós estamos perfeitamente identificada, não fechamos a porta, mas ainda não sentimos, ainda não demos esse passo. -----

----- No que diz respeito às questões de economia social, é uma matéria que eu tenho estado a acompanhar e que, obviamente, naturalmente, depois partilharei toda esta dimensão com o meu colega o Senhor Vereador Ricardo Robles, para dizer que os programas que o Senhor Deputado identificou estão em implementação. -----

----- Nós em breve, vamos fazer uma apresentação integrada das matérias da empregabilidade, onde nós vamos abordar aquilo que está, nomeadamente no Programa da Economia Social e de Empregabilidade, mas também outras dimensões, nós estamos a trabalhar e estamos a querer trabalhá-las em conjunto. -----

----- Mas para dizer que não há razão nenhuma, para nenhum dos parceiros do projeto ter qualquer tipo de preocupação porque os projetos vão ser implementados, nos termos em que foram apresentados no programa que foi aprovado na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Muito rapidamente as questões colocadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Em relação à questão colocada pela Deputada Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, naturalmente, associar-me às palavras, à intervenção que fez sobre as várias matérias, mas, em particular, associar-me à necessidade absoluta, e estamos no momento de o fazer, de fazermos uma alteração profunda estrutural daquilo que é matéria de legislação do arrendamento urbano, para que, de uma vez por todas possamos ter um regime que proteja, de facto o direito à habitação, e que proteja os inquilinos e a vontade das pessoas de ficarem nas suas casas, e não o contrário como temos vindo a assistir e portanto juntar-me às suas palavras. -----

----- Em relação, e rapidamente, ao concurso do Centro Histórico encerrou no dia 5. Do dia 5 até agora, os Serviços de Habitação estiveram a fazer a análise das 110

candidaturas que foram submetidas e, quando eu digo a análise, é a análise profunda de cada uma das candidaturas. -----

----- Há candidaturas que não têm questão nenhuma, que estão completas, que não têm problema nenhum, há candidaturas que estão incompletas, há candidaturas que têm falsas declarações, por exemplo, há um conjunto alargado de situações, porque não queremos deixar ninguém de fora e porque queremos e dissemos sempre que o nosso empenho aqui era respondermos articuladamente e diretamente com as Juntas de Freguesia e com os cidadãos.-----

----- Aquilo que estamos a fazer durante esta semana é contactar os pontos focais de cada uma das Juntas de Freguesia, identificando quais são as dificuldades e no dia chamando cada uma das famílias, cada um dos agregados na semana subsequente para que possam completar aquilo que não está completo e clarificar as incongruências que há nas candidaturas. -----

----- É um processo que acontece em qualquer processo concursal, mas nós não podemos deixar ninguém de fora, portanto, é isso que estamos a fazer em matéria do concurso do centro histórico.-----

----- Em relação à questão da linha “SOS Despejo”. A linha “SOS Despejo” que vem de uma Recomendação do Bloco de Esquerda aprovada, não na sua totalidade, mas em duas das suas vertentes na Assembleia Municipal, é integrada, por proposta que eu fiz na altura, numa unidade de intervenção integrada de acompanhamento aos despejos e que implica ter um ponto focal direto, em cada um dos serviços que podem intervir nesta matéria, serviços municipais, em cada uma das Juntas de Freguesia, com os parceiros sociais, nomeadamente com a Santa Casa da Misericórdia, com a Polícia Municipal e, portanto, esta unidade conforme eu tinha dito, está na fase final de implementação.-----

----- A linha é uma linha gratuita, é de atendimento telefónico, terá dois técnicos associados a este atendimento, dedicados únicos e exclusivamente a esta linha e que entrará em funcionamento no dia um de junho. -----

----- Em relação aos outros pontos focais estão operacionalizados, em relação à Polícia Municipal está já articulada com o Senhor Comandante e com o Senhor Vereador Miguel Gaspar, a forma de proteção especialmente às situações de maior vulnerabilidade, no fundo de pressão, ou de comportamento indevido por parte dos senhorios, dando forma a protegermos em particular, a população que tenha mais fragilidades que esteja mais isolada, e em particular a população mais idosa.-----

----- Mas portanto a linha entrará em funcionamento, como linha de atendimento telefónico, não há atendimento presencial no dia um de junho, e depois todo este leque de intervenção integrada é articulada com cada um dos serviços e em particular com cada um dos parceiros, que no terreno possam responder pelas suas competências em particular na matéria que a Câmara não pode e não deve, que é fazer apoio jurídico direto aos munícipes. -----

----- Eu gostaria só deixar claro para toda a gente que esta unidade e a linha em particular a linha, fará informação base a cada uma das pessoas que telefona, digamos, para acima de tudo prevenir algumas situações de um cidadão que esteja numa

situação de proteção jurídica, por um ato de irreflexão ou por desconhecimento possa ficar numa situação de desproteção -----

----- Essa informação base é dada, o apoio jurídico, não é. É dado por parceiros com quem nós estamos a protocolar, de maneira a que possam dar o apoio jurídico que cada um dos cidadãos necessitar. -----

----- Esta linha não pretende fazer atribuição de habitação, e era uma coisa que eu queria deixar claro para todos e para todas, é uma unidade de intervenção integrada àquilo que é o acompanhamento às pessoas que estão em situação de despejo decorrente por oposição de renovação de contrato, no fundo decorrente desta situação de pressão da lei do arrendamento, mas não pretende ser uma linha de atribuição de habitação e eu acho que isso era preciso ficar clarificado para toda a gente. -----

----- Obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Questão do PPM, relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil, como sabem havia 22.3454 contribuintes para serem reembolsados no valor de 58.5 milhões de euros. Já está executado 85% deste valor, já foram reembolsados cento e oitenta e nove mil e novecentos contribuintes no valor de 48 milhões de euros, pouco mais. -----

----- Os reembolsos ainda não efetuados, cerca de 7200, 3,2% do total estão pendentes de realização do encontro de contas com dívidas existentes, para com o Município em execução fiscal, mas trata-se de situações em que os contribuintes não vão ser ressarcidos de qualquer valor monetário em seu benefício, de forma a parar aquilo que é o processo de execução fiscal. -----

----- Relativamente aos valores não levantados e há situações em que os municípios não procederam ao levantamento dos vales, o Município vai proceder a uma reemissão de 7326 situações, no valor de 1,1 milhões de euros, estando abrangidos todas as pessoas que contactaram o Município e que manifestaram essa intenção, isso vai acontecer até ao dia 15 de junho. -----

----- Relativamente à questão da proteção de dados, o Município está a fazer um conjunto de processos que vão conduzir a um desenvolvimento deste processo, de forma a cumprimos o Regulamento, o que aconteceu até agora, tem a ver com o levantamento dos dados pessoais, portanto uma grelha de diagnóstico das situações de utilização de dados pessoais. -----

----- A revisão adequada dos formulários e minutas nos múltiplos formulários e minutas do Município. A aquisição de serviços a uma entidade que nos ajude a desenvolver esse diagnóstico, esse plano de ação, a elaboração do Plano de Formação e Sensibilização sobre esta matéria, a constituição de uma equipa de projeto, a nomeação do encarregado de proteção de dados do Município de Lisboa, e a introdução de conjunto de medidas similares, àquelas que já foram definidas na resolução do Conselho de Ministros 41 de 2018. -----

----- A organização como sabem é muito grande, tem muitos procedimentos, muitos processos, este processo está um pouco atrasado, mas contamos tê-lo dentro de dois meses a correr em velocidade de cruzeiro. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos prosseguir com as intervenções da segunda ronda, menos do que a primeira ronda penso que temos sete inscritos para esta segunda ronda.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rodrigo Mello do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- O tema da segunda ronda, que o PSD traz aqui é o tema da habitação e mais concretamente a questão do procedimento de arrendamento que foi levada a cabo pela SRU no início deste ano de 2018. -----

----- Permitam-me apenas um ponto prévio, um ponto de enquadramento e depois deixarei as perguntas. O ponto prévio para dizer que estamos todos de acordo, e isso foi expresso na última Assembleia Municipal, numa recomendação que foi aprovada por unanimidade, que todas as forças políticas e o Executivo Camarário estão de acordo com o facto de não haver novas atribuições de casas por método do leilão, daqui para a frente e enquanto durar a atual conjuntura específica que a cidade atravessa. -----

----- Feito o ponto prévio, a questão do enquadramento. Temos o procedimento que foi lançado pela SRU e que foi suspenso numa primeira fase, pela Câmara Municipal designadamente pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. Disse o Senhor Vereador nesta Assembleia no dia 26 de abril que, “em 9 de janeiro, que a SRU tinha comunicado, à Câmara que ia lançar o concurso, e que tinha respondido que não eram aceitáveis os valores propostos pela SRU e que deviam ser adotados os valores do PRA (Programa Renda Acessível). Avaliação feita pela SRU que adotou o intervalo superior dos valores previstos no PRA (Programa de Renda Acessível).” Declarações do Senhor Vereador nesta Assembleia. -----

----- Referiu depois ter havido um mal-entendido, que a SRU tendo acatado os valores do PRA (Programa de Renda Acessível) e tendo-se inclusive articulado com o responsável do PRA (Programa de Renda Acessível) lançou o concurso com base em proposta de carta fechada. -----

----- E por isso e anunciou nessa tarde, nesta Assembleia, tinha mandado suspender o procedimento com vista à sua anulação, e tinha formalmente comunicado, esse facto à SRU. -----

----- Mas, nessa mesma Sessão da Assembleia Municipal no dia 26 de abril, o Grupo Municipal do Partido Socialista, numa intervenção do Senhor Deputado André Couto, veio contradizer estas afirmações.-----

----- Porque disse o Senhor Deputado Municipal, que nada do leilão da SRU foi assumido pela Câmara como sendo de renda acessível. Disse ainda que a política de habitação é definida, não pelas Empresas Municipais, mas pela Câmara, e que quem define o que é ou não a renda acessível é a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Uma Assembleia, um Executivo, uma maioria, mas dois discursos.-----

----- Na Assembleia Municipal do dia 15 de maio, novamente com este tema na agenda. Foi dito pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que o processo da SRU estava suspenso, que estava a Câmara Municipal em diálogo com as pessoas que tinham licitado, que o leilão não é a prática e tinha sido interrompido.-----

----- E falou, uma vez mais, num lapso, e numa falta de entendimento entre as orientações dada pelo Município, que constam das suas Grandes Opções do Plano e aquilo que foi a prática encetada pela Empresa Municipal.-----

----- Mas é aqui que os argumentos não pegam. Nós já sabemos que a gestão do Partido Socialista, seja no Governo, seja na Câmara, está aparentemente cheia de percalços, de lapsos e de outras coisas que tais.-----

----- Mas, se formos atender àquilo que são os documentos estratégicos da SRU, e podemos ir ao Relatório de Contas de 2015, página 12, podemos ir ao Plano de Atividades de 2016, página 21, podemos ir ao Relatório de Contas de 2016, página 11, podemos ir ao Plano e Orçamento 2017, página 22 e, finalmente, podemos ir ao Plano e Orçamento de 2018, página, 23.-----

----- Em todos eles é referido, pela Administração da SRU que os procedimentos de arrendamento mediante o qual, após definição de uma renda base para cada fogo, os fogos são atribuídos aos interessados que apresentem para cada um, e através de carta fechada a proposta de renda mais elevada. Isto está expresso nos cinco documentos estratégicos de planos de atividades e relatórios de contas, que a Administração da SRU fez, e que a Câmara Municipal de Lisboa em Reunião de Câmara aprovou com os votos do Partido Socialista.-----

----- Mas, não contentes com toda esta situação, a Câmara Municipal de Lisboa resolve avocar a si o procedimento e emitir um despacho, com base no relatório, em que procede à anulação do procedimento. Não se sabe com que base legal, porque a SRU apenas se limitou a cumprir aquilo que estava no seu orçamento e plano, devidamente aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Diz o Senhor Vereador Manuel Salgado, no despacho que “o procedimento de arrendamento adotado Por Lisboa Ocidental – SRU, ao assentar o critério de seleção na proposta de valor mais elevado, não era consentâneo com as políticas prosseguidas pelo Município.”-----

----- Não era consentâneo, mas foi votado pelo Executivo Camarário ao longo dos últimos anos, porque este, recordemos é o quarto procedimento de arrendamento da SRU.-----

----- Feito este enquadramento, importa ainda realçar que, na última Reunião de Câmara, curiosamente, no momento em que o país adota nova legislação, na questão da proteção dos dados, a Câmara faz distribuir um relatório em que a vida privada dos candidatos às casas da SRU é completamente devassada. -----

----- Ficamos a saber quem é que mora com os pais, quem é que trabalha em Lisboa, quem é que trabalha fora, quem é que vive com os amigos, quem ficou sem casa, quem continua com casa, é absolutamente lamentável. -----

----- Finalmente, a pergunta, Senhor Presidente e Senhores Vereadores. -----

----- Não acha a Câmara Municipal de Lisboa, que face a tudo isto, mais vale assumir o erro, reconhecer o erro e levar este procedimento até ao fim, atribuindo as casas a quem tinha licitado e a quem tinha de boa-fé concorrido neste programa lançado pela SRU?-----

----- Não acha a Câmara Municipal de Lisboa, que ao ter esta atuação, está a violar um capital de confiança, que uma Autarquia é suposta gerar junto da sua comunidade? Não acha a Câmara Municipal de Lisboa, ainda por cima pelo número de pessoas que estão envolvidas neste procedimento, mais valia, de facto, concluí-lo e daqui para a frente, como, aliás, foi votado unanimemente nesta casa, não proceder a mais leilões? -

----- Já muito foi dito aqui, e temos as pessoas com um capital de queixa, algumas das quais anunciaram já a intenção de processar a Câmara, por violação de direitos adquiridos e de expectativas.-----

----- Perguntamos à Câmara, se está ou não disposta a terminar de uma vez por todas com esta telenovela, e entregar as casas às pessoas, que de boa-fé, acreditaram na palavra da Câmara e concorreram no seu concurso? -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, vamos continuar.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado André Couto do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Antes de mais dizer, embora não me possa referir aquilo que disseram as outras forças políticas que, quando se vem aqui citar aquilo que um Deputado Municipal disse, convém dar, também, o contexto e informação que estava disponível na altura. Porque a minha intervenção, obviamente, naquele dia não foi feita com as informações que mais tarde vieram a ser disponibilizadas pela Câmara.-----

----- Senhor Presidente e agradecendo a sua tolerância, o Grupo Municipal do Partido Socialista queria deixar uma pergunta à Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente ao Vereador Duarte Cordeiro, Vice-Presidente Duarte Cordeiro, digo. -----

----- Em cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos a Câmara Municipal de Lisboa, como temos visto já colocou e eco-ilhas um pouco por toda a



cidade, em especial nas zonas de maior pressão e, de facto, tem sido bem seleccionados os locais a intervir logo de início. -----

----- O que nós perguntávamos é se a Câmara Municipal de Lisboa, já tem dados que permitam avaliar os resultados, e se esta ação está a ter como reflexo, uma melhoria da limpeza geral da cidade, parece-nos que sim, é esta a nossa visão, mas o que gostávamos de saber é se a Câmara Municipal de Lisboa tem dados mais concretos acerca deste assunto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente de Câmara, Senhora Vereadora da Habitação Vereadora Paula Marques, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- E Senhor Vereador Manuel Salgado e começando por si, pela questão da SRU e do leilão das rendas. -----

----- Assistimos agora aqui a um exercício brilhante, brilhante e de uma mente que aliás diga-se, porque eu sou uma pessoa que não é poupada nos elogios, num Deputado Municipal com grande qualidade, como é o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves. Mas hoje veio fazer aqui uma coisa, que eu francamente fiquei atónito. -----

----- Por um lado, já lá vamos à questão, Senhor Deputado fique descansado, mas primeiro tem de ouvir. Por um lado, por um lado, repito, por um lado... Senhor Presidente pode parar o tempo?” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Pode continuar Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posso continuar? Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Por um lado, vem-se aqui criticar o leilão das rendas, foi aqui criticado sobre várias formas, umas, enfim, mais humorísticas outras mais sérias, mas, por outro lado, defende-se a manutenção daquilo que seja o produto do leilão das rendas. -----

----- E portanto, é importante perceber em que é que se fica. E seria importante também... -----

----- Senhores Deputados mas posso falar, posso continuar? Têm todas a regras, já vamos à pergunta. -----

----- Mas continuando o raciocínio, a manutenção do leilão, se for possível optar legalmente por se interromper o leilão, sejam as casas atribuídas de acordo com os critérios do Programa Renda Acessível. Se porventura não o forem, eu quero perguntar à Câmara Municipal de Lisboa, porque isso sim seria uma medida de elementar justiça, se está disponível para alinhar os preços das rendas, caso não seja possível, juridicamente anular o leilão. -----

----- Quero perguntar à Câmara Municipal de Lisboa se está disponível para alinhar os preços das rendas com os critérios que pratica no Programa de Renda Acessível? E essa é a questão que se coloca aqui hoje. -----

----- É que se não nos pudermos livrar da enormidade que foi o leilão, possamos ao menos introduzir critérios de justiça no respetivo resultado, e alinhar as rendas em termos daquilo que é o Programa de Renda Acessível. -----

----- E é esta é a pergunta à Câmara. E como verá Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, a sua intervenção foi de grande valia para isto, portanto, não era preciso ficar tão irritado, por o ter citado e, aliás, tanto mais tive a gentileza, a gentileza sincera de começar por elogiar a sua intervenção. -----

----- Relativamente ao Programa Renda Acessível. É algo que nos preocupa, os números são claros no Programa do Governo da Cidade, fala-se em seis mil fogos no âmbito do Programa de Renda Acessível com recurso à participação de privados, a nosso ver a parceria público ou privada e mais três mil até ao final do Mandato, no pilar público do Programa Renda Acessível. -----

----- Mas confesso Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora Paula Marques, que volvidos estes seis meses, pouco mais de seis meses de Mandato, ficamos apreensivos. -----

----- Foram nos já anunciados mais de 500, não chegando aos 600, no novo Projeto de Entrecampos, que ainda na Operação Integrada de Entrecampos, mas faltam ainda 2400, até ao final do Mandato. -----

----- E o que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda quer saber hoje, é qual é a calendarização desses 2400 e já agora, qual é a calendarização dos outros 6 mil, tanto quanto se saiba apenas o processo de São Lázaro, o procedimento concursal de São Lázaro se encontra concluído e a aguardar o visto do Tribunal de Contas. -----

----- Em boa medida, o sucesso deste Executivo dependerá da execução do Programa Renda Acessível, seja na sua vertente pública para a qual contribuiremos, seja na sua vertente privada ou de PPP, à qual nos opomos. -----

----- A pergunta que se coloca e para finalizar insistindo, pela terceira vez, quais são os *timings* e se podemos contar com o cumprimento integral do Programa do Governo da Cidade, até ao final do Mandato? -----

----- Uma última questão, para a Senhora Vereadora Paula Marques, retomando a questão que foi colocada pela Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias. Queremos saber, se está ou não disponível, e se prevê ou não, a realização de um programa de atribuição de casas, para as situações decorrentes do novo NRAU (Novo Regimento do Arrendamento Urbano), também nas Freguesias da Estrela e na Freguesia de Arroios. Insistimos no sentido de obter uma resposta a esta questão, para nós aliás

importante, e pese embora, os critérios apertados que tinha a proposta nas Freguesias do Centro Histórico, a verdade é que apareceram mais candidatos que vagas, e ainda assim houve a boa vontade de acomodar estas situações.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde, Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas e funcionários.-----

----- “Os Verdes” têm ainda mais dois temas sobre os quais pretendem obter esclarecimentos do Executivo.-----

----- Quinto tema: Abatimentos de pavimentos e derrocadas de muros.-----

----- Na cidade de Lisboa têm ocorrido, nos últimos anos, vários abatimentos de pavimentos e derrocadas de muros. Por exemplo, um buraco de dimensões consideráveis em frente ao nº 104 da Rua Garrett, na zona do Chiado, ou o abatimento do pavimento na Rua de Angola, na zona de Arroios, que obrigou ao corte do trânsito, ou ainda um abatimento de piso na Rua do Arco do Carvalhão, em Campo de Ourique. Também têm ocorrido deslizamentos de terras com consequências sociais, como a que ocorreu perto do Bairro Serra da Luz, na área de Carnide, já na fronteira entre os Municípios de Lisboa e Odivelas, que fez um desalojado e colocou habitações em risco.-----

----- Em fevereiro de 2017, ocorreu um outro deslizamento de terras que originou a derrocada de um muro de contenção, que provocou enormes prejuízos aos moradores e comerciantes da Rua Damasceno Monteiro. O Executivo Camarário realojou vários residentes, tendo procedido a uma intervenção para que a estabilização e reparação do muro, sem, porém, ter esclarecido quem era o proprietário do muro e a quem competia ter procedido à sua manutenção regular.-----

----- Pelo que o Grupo Municipal do PEV gostaria de saber se a Câmara Municipal de Lisboa, já apurou ou não quem é o proprietário do referido muro. Caso não tenha sido apurado, importa saber as causas, pois é imperioso garantir que futuramente não venham a ocorrer quaisquer outros incidentes naquela zona.-----

----- Também junto ao Castelo de São Jorge, há mais de seis meses que um muro com cerca de oito metros vinha apresentando risco de colapso, por se encontrar em mau estado de conservação. O Grupo Municipal do PEV apresentou um requerimento sobre este assunto no dia 30 de abril, ao qual a Câmara Municipal de Lisboa ainda não nos respondeu. Passados poucos dias, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e o

Serviço de Proteção Civil optaram por encerrar uma pensão e colocar barreiras metálicas de modo a criar um perímetro de segurança junto ao referido muro. -----

----- Dado o perigo iminente que poderá por em causa a integridade física dos transeuntes, o Grupo Municipal do PEV questiona se o Executivo Camarário tenciona ou não proceder, com carácter de urgência, a uma intervenção neste muro, com vista a estabilizar a sua estrutura. Se sim, quando e se já falou e tranquilizou os moradores da zona?-----

----- Ainda na Rua da Saudade, também junto ao Castelo, ao lado do edifício com o nº 31, onde estão a funcionar serviços afetos à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, encontra-se um outro muro que contém fissuras observáveis a olho nu e que foi ladeado por barreiras metálicas, para ali também ser criado um perímetro de segurança.-----

----- De novo, o Grupo Municipal do PEV questiona o Executivo Camarário sobre para quando está prevista uma intervenção de estabilização neste muro, de modo a permitir resolver as patologias que aquele apresenta. Ou considera o Senhor Vereador que o problema fica resolvido com a mera colocação de barreiras metálicas *'ad aeternum'*?-----

----- Uma outra ocorrência reporta-se a uma comunicação dos residentes da Rua Elina Guimarães, datada de novembro de 2017, sobre o abatimento de calçada e das escadas que ligam esta via à Estrada do Desvio. Após deslocação ao local de técnicos da Autarquia, estes apuraram que o terreno que suportava a calçada estava instável e sem terra de suporte, o que exigiria uma intervenção profunda da Câmara Municipal de Lisboa para consolidar o subsolo e poderem reparar a calçada que deu de si. Até ao momento, e de acordo com os moradores, não foi efetuada qualquer intervenção para a resolução deste problema.-----

----- Perguntamos: para quando prevê a Câmara Municipal de Lisboa realizar uma intervenção com vista a estabilizar o subsolo e proceder à reparação da calçada nestas escadas?-----

----- Poderíamos dar muitos mais exemplos. Nos últimos anos abriram buracos nas Avenidas Novas, na Rua Egas Moniz e Av. Paris, na Av. Padre Cruz, na Av. de Ceuta no acesso ao Eixo N/S, e todos estaremos lembrados da cratera que se abriu e engoliu um autocarro junto à estação de Campolide.-----

----- Mas, e para concluir este tema, o caso da Rua do Jardim do Regedor que, sendo uma zona bastante movimentada por turistas e transeuntes, apresenta um buraco considerável no pavimento de calçada, que afeta as cargas e descargas dos estabelecimentos de restauração, bem como a circulação pedonal.-----

----- Sabendo-se que aguarda intervenção há mais de dois meses, o Grupo Municipal do PEV gostaria de saber para quando está prevista uma intervenção que reponha o pavimento e tape mais esta cratera.-----

----- Em suma, Senhor Vereador, como o que está em causa é a segurança dos munícipes, pergunta-se: porque ocorrem tantos abatimentos de piso na capital? Será que o Município não fiscaliza as obras no subsolo? E porque se sucedem tantos desabamentos? Qual o planeamento e a calendarização da Câmara Municipal de

Lisboa para periodicamente vistoriar as potenciais ameaças de aluimentos de terras? Está o Senhor Vereador disponível para os apresentar no curto prazo a esta Assembleia Municipal, para esse plano ser acompanhado pela 8ª Comissão, por exemplo?-----

----- Sexto e último tema: Parque do Vale da Ameixoeira junto à Quinta das Lavadeiras.-----

----- Começemos por recordar que em 2015, o PEV questionou o Executivo Camarário sobre uma empreitada da Direção Municipal de Ambiente Urbano de 2012 (nº 70/CP/DEPS/N.D./2012), para a extensão do Parque Urbano do Vale da Ameixoeira junto à Quinta das Lavadeiras. Esta empreitada, inserida na campanha publicitária ‘Obra a obra, Lisboa melhora’, tinha um prazo de conclusão de 150 dias, pelo que, já na altura, deveria estar pronta há quase 3 anos. -----

----- Mais recentemente, o Grupo Municipal “Os Verdes” deslocou-se novamente ao local e constatou que foi lançada uma segunda empreitada pela Direção Municipal de Ambiente Urbano, datada de 2017 (nº E25/16/DMEVAE/DEV/DCREV), conforme consta no painel informativo de obra que terá sido colocado em abril desse ano, segundo informação de moradores, com um prazo de execução de 120 dias e um outro prazo para a manutenção de espaços verdes de 365 dias, ambos já ultrapassados, continuando a decorrer ainda a execução da obra, apesar de lá não termos visto nem trabalhadores, nem máquinas em manobras.-----

----- Por isso, colocamos as seguintes questões: -----

----- Qual a obra que se pretendia executar no âmbito da 1ª empreitada de 2012 (nº 70/CP/DEPS/N.D./2012)?-----

----- Qual a obra que está ainda a ser executada no âmbito da atual empreitada (nº E25/16/DMEVAE/DEV/DCREV)?-----

----- Quais os motivos para em ambas as obras, no âmbito destas duas empreitadas, não terem sido cumpridos os prazos de execução inicialmente divulgados?-----

----- Afinal, para quando está prevista a conclusão das obras atualmente em curso?-----

----- Obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.”-----

----- A primeira questão que nós trazemos aqui hoje prende-se com o Bairro do Alto do Parque.-----

----- O Senhor Deputado do PS André Couto, na minha última intervenção aqui sobre os problemas de estacionamento, segurança e mobilidade no Bairro do Alto do Parque

(junto ao Parque Eduardo VII) disse aqui e repetiu-o que já tinha reunido com a Associação de Moradores e que já estava tudo resolvido. -----

----- Pois eu estive reunido mais uma vez com a Presidente da Associação de Moradores no passado fim de semana, e não corresponde à verdade o que aqui foi afirmado. A Associação chama-se AMBAP, ou o Senhor Deputado falou com outra que eu desconheço?-----

----- O problema mantém-se e não foram atendidas as pretensões dos moradores, nem na criação das bolsas de estacionamento, nem quanto às promessas do Senhor Vereador Manuel Salgado, feitas há mais de um ano e quatro meses em Reunião de Câmara.-----

----- Não criar condições de conforto, mobilidade e segurança é uma forma de pressionar os lisboetas a saírem da cidade. Não se pode confundir o Bairro do Alto do Parque com o Bairro Alto. Aqui há soluções plausíveis e sobretudo há espaço físico que as permite implementar. Há que encontrar uma solução e essa solução o CDS apresentou-a há muito tempo, ouvindo os moradores, principalmente, e com a apresentação de um estudo credível que demonstra a necessidade de criar mais lugares de estacionamento, por exemplo nos separadores centrais das faixas de rodagem entre a Rua da Artilharia 1 e a Rua Castilho. -----

----- O estacionamento em espinha ou transversal no último quarteirão norte da Rua Castilho perto do Estacionamento Prisional de Lisboa, quem sobe a Rua Castilho do lado direito, seria uma solução pertinente, sem retirar nenhuma faixa de rodagem e aproveitando as largas dimensões dos passeios.-----

----- No sentido descendente é exequível a mesma medida com estacionamento longitudinal. Já a classificação de zona vermelha de estacionamento que permite a tal rotatividade entre estacionamento de rotação e estacionamento permanente para residentes, é uma medida que nunca foi fundamental para a Associação de Moradores, segundo a sua Presidente.-----

----- Nem resolve o problema da prostituição noturna. O que resolveria este problema da prostituição seria uma esquadra que está prometida há muito. -----

----- Outra solução para o estacionamento passa pela Avenida Edgar Cardoso, que continua repleta de autocarros nos lugares de estacionamento para ligeiros, autocarros que supostamente iriam para outro local. -----

----- O terminal da Vimeca já passou do Marquês de Pombal para a Artilharia 1 no antigo Hospital Militar, Senhor Vereador? Não, não passou. Em que ponto estamos? --

----- Os residentes querem soluções, querem ação. Um dos poucos moradores que está satisfeito é o Ex- Presidente Jorge Sampaio, que tem lugares privativos à sua porta e mora ali naquele bairro. -----

----- Os outros moradores não podem esperar pelos estacionamentos dissuasores a mais de 10 km do seu bairro, nem por projetos a 10 anos, como aqui afirmou o Senhor Deputado André Couto, “que a solução estaria integrada num plano global”. -----

----- Para quando a criação destas bolsas de estacionamento, Senhor Vereador Manuel Salgado? Onde estão os quarenta e nove lugares que prometeu, há um ano e quatro meses? Quando retira os autocarros da Edgar Cardoso?-----

----- A segunda nota vai para a “Gira”: rede de bicicletas partilhadas. Têm vindo a público inúmeras notícias sobre acidentes com estas bicicletas, alguns deles com gravidade. E segundo os intervenientes devem-se na sua grande maioria a anomalias mecânicas nos travões dianteiros. A que se deve isto? Parece que a EMEL “não tem pedalada” para gerir esta dificuldade na gestão operacional da rede. Designadamente com tão grande avolumar de casos durante tanto tempo e pela gravidade dos mesmos. -

----- Qual é na realidade o número de sinistros que já ocorreram? -----

----- Qual o diagnóstico efetuado e que diligências estão a ser tomadas? -----

----- De quem é a responsabilidade destes sinistros? Dos serviços técnicos da EMEL, do fornecedor “Órbita” ou também é responsabilidade partilhada? -----

----- Esperemos não vir a assistir a um “ping-pong” de responsabilidades, e os sinistrados a custear tudo.-----

----- Por que razão a EMEL, na esmagadora maioria dos casos, não responde nem acompanha as queixas dos utentes? -----

----- Sabemos que a EMEL já mandou arranjar bicicletas, queremos saber quantas mandou, e se o defeito era de fabrico ou se foi por deficiente manuseamento dos utentes?-----

----- Que verba já foi gasta além da que estava prevista inicialmente? -----

----- A rotatividade é fraca e a reposição das bicicletas é deficiente. Está prevista a entrega de mais bicicletas, ou reforço do serviço de reposições entre estações? -----

----- Ainda uma terceira pergunta, em relação ao Mercado do Rato.-----

----- O mercado do Rato teve anos ao abandono, fica situado ao lado de um edifício qualificado o Auto-Palace. Até por iniciativa da Câmara, parte do espaço foi cedido a uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que se chama “A Boa Vizinhaça”, que a pôs a funcionar com grande sucesso, uma loja social, “A Dona Ajuda”. -----

----- Agora em local destes a Câmara “entrega de mão beijada” à EMEL, este espaço nobre da cidade, para construção de um parque em altura. -----

----- Faz sentido, isto Senhor Presidente? Como vão ser acauteladas as centenas de beneficiários, que se vestem, porque aquilo ali é um banco de roupa doada, na “Dona Ajuda”. Porque não dar à estação uma valência social, um âmbito social.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal André Couto que, naturalmente foi várias vezes interpelado, pelo Senhor Deputado. Microfone ao Senhor Deputado André Couto. Pedia-lhe só que identificasse a figura regimental.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Figura regimental Defesa da Honra.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Com latitude da Mesa Senhor Deputado, sendo efetivado não acho que a sua honra tenha sido ofendida, mas acho muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Eu passo a explicar, porque é que acho que foi.-----

----- Estão a chegar os Santos Populares, e acho que nas rifas da direita hoje só sai o meu nome, em especial descontextualizando, aquilo que eu disse. -----

----- O que disse na altura e reafirmo agora, e a Defesa da Honra é exatamente porque me colocaram, me atribuíram palavras que não foram minhas.-----

----- Foi que a solução de estacionamento para o Alto do Parque, que inclui também a Rua de Artilharia 1, que é também Campolide, foi construída pela EMEL em conjunto com a Associação de Moradores do Alto do Parque, eu disse isto na altura e reafirmo e, aliás, há muitas testemunhas, deste facto, porque, inclusivamente isso foi um pedido feito numa reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, naquela zona.-----

----- E se o Senhor Deputado Municipal do CDS não está a participar, ou não participa ou não assiste às reuniões descentralizadas da Junta de Freguesia das Avenidas Novas e não tem conhecimento daquilo que a Associação de Moradores do Alto Parque, pediu à EMEL, e que foi e muito bem concretizado, então isso é um problema do Senhor Deputado, aquilo que lhe pedia é que não me envolvesse nesta questão, porque eu não tenho nada a ver com ela e limitei-me aqui a trazer factos.-----

----- Obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado não sei se o Senhor Deputado do CDS quer usar da palavra? Não prescinde, muito obrigado. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado do PCP Fernando Correia.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Ora mais uma vez, boa tarde a todos.-----

----- A questão que aqui trás tem a ver, uma das, com a estação do metro de Arroios. --

----- A estação do metro de Arroios encerrou em 19 de julho de 2017, quase há um ano, para obras de ampliação do cais, para receber comboios de seis carruagens, à semelhança das restantes estações da rede. Na altura, o Metropolitano anunciava a reabertura da estação em 2019, sem precisar a data.-----

----- Uma obra necessária, adiada pelo anterior Governo e que se manteve e mantém divergente no calendário. Os primeiros tapumes só foram colocados na Praça do Chile, em setembro e os restantes demoraram mais de dois meses a instalar. As obras só terão começado em novembro, por alegadas dificuldades do empreiteiro. -----

----- Desde o começo das obras, terão encerrado uma dezena de lojas e os comerciantes da Praça do Chile, Avenida Almirante Reis e Rua Morais Soares, nas



zonas afetadas pelo estaleiro, queixam-se de elevadas quebras de faturação poderão levar ao encerramento de mais comércio. -----

----- Além da falta dos clientes que utilizavam aquela estação do Metropolitano, as barreiras criadas pelos tapumes, escondem as lojas, e afasta os transeuntes, acresce o aumento de insegurança com assaltos recorrentes entre o estaleiro e os prédios. -----

----- Os comerciantes têm proposto medidas mitigadoras à administração do metro, nomeadamente, reduzir as áreas do estaleiro ou aumentar a visibilidade para as lojas. Sugeriram, ainda, ao metro a colocação de publicidade na rua, mas a solução encontrada não é eficaz, pelo que acusam a empresa de falta de sensibilidade e não revelar interesse em ajudar os lojistas. -----

----- Em 28 de fevereiro, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, uma moção apresentada pelos Vereadores do PCP, João Ferreira e Carlos Moura, que referiu o impacto penoso das obras para a população e comerciantes, e a necessidade de um acompanhamento rigoroso dos trabalhos, para que não se prolongassem para um tempo superior ao estritamente necessário. -----

----- Na moção propunha, também, requerer à Administração do Metro, informação sobre as obras para a conclusão das mesmas e medidas urgentes a ser programadas para minimizar os efeitos negativos, bem como, que o metro divulgasse no seu sítio da internet toda esta informação. -----

----- Já este mês de maio, uma notícia publicada no *site* de notícias: “O Corvo” com o título: “No início ou no fim de 2019”? Metro e Câmara Municipal de Lisboa não se entendem sobre a reabertura da estação de Arroios”, a Administração do Metropolitano anunciou o fim das obras para o primeiro trimestre de 2019. -----

----- O Senhor Vereador Miguel Gaspar, com o Pelouro da Mobilidade referia dias antes em Reunião de Câmara, que a estação de Arroios apenas reabriria no segundo semestre de 2019. Portanto, temos aqui de três a nove meses de divergência da data de reabertura. -----

----- Pergunta, gostaríamos de saber para quando está prevista a reabertura da estação de Arroios e que acompanhamento é que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer desta obra? -----

----- A segunda questão, uma questão pequenina, mas não menos grave. Há muitos anos que a passagem de peões inferior à Avenida Calouste Gulbenkian, representa um perigo para a segurança. O mau cheiro, a iluminação deficiente, as situações de assaltos ou tentativas de assaltos são frequentes, por diversas vezes foi pedido uma solução que teria de passar por uma passagem superior. -----

----- Qual a solução que a Câmara tem para esta situação? -----

----- Boa tarde.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Senhor Presidente, temos duas questões relativas à mobilidade.-----

----- A primeira questão está relacionada com as informações de trânsito que o Município partilha com as aplicações trânsito, como *Google Maps* ou *Waze* ou outras, e aquilo que gostaríamos de saber é se no âmbito destas informações que são transmitidas a estas aplicações se, também, é partilhada a informação sobre a hierarquia das vias trânsito, nomeadamente, sobre as zonas de trânsito local ou outras que possam, por exemplo, evitar que estas aplicações indiquem às pessoas que o caminho mais rápido é atravessando uma zona residencial. -----

----- Por outro lado, também uma questão relativa à linha ferroviária de cintura. Esta linha ferroviária de cintura é uma excelente alternativa para deslocações dentro da própria cidade de Lisboa, e a Câmara Municipal de Lisboa em diversas ocasiões tem referido a vontade de impulsionar junto do Governo a integração desta rede ou uma maior integração desta linha na rede de metropolitano, e aquilo que gostaríamos de saber era qual o ponto de situação, e qual o formato se algum está a ser pensado para esta integração da linha ferroviária de cintura com a rede de metropolitano. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E o último inscrito nesta ronda é o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.”

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Nesta segunda ronda, abordarei os últimos quatro temas que o Partido da Terra entendeu submeter a esta Assembleia. -----

----- Assim, e no seguimento da temática do Património já abordada pelo meu colega de bancada, gostaria de falar sobre o emblemático “Ateneu Comercial de Lisboa”, Instituição de Utilidade Pública desde 1926 e um dos edifícios com mais história na cidade. -----

----- Como certamente saberão, em maio de 2016 este plenário aprovou por unanimidade uma recomendação da 7ª Comissão Permanente, onde expressamente se recomendava à Câmara Municipal de Lisboa que a preservasse o património do antigo Palácio dos Condes de Povolide, acompanhasse as iniciativas tendentes à sua classificação patrimonial ou municipal e apoiasse eventuais projetos que pudessem viabilizar a sua reabilitação física e cultural. -----

----- Passados quase dois anos desde a aprovação desta Recomendação, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em Reunião Pública do Executivo no passado mês de março, também por unanimidade a classificação de cinco entidades como “Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local”, entre os quais o Ateneu Comercial de Lisboa. Com esta distinção visa-se proteger estes espaços “em matéria do regime do arrendamento”, segundo referiu então, nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pergunto-lhe, pois agora, Senhor Presidente: quais são as soluções concretas previstas para a reabilitação física e cultural deste espaço e quais são os efeitos práticos desta distinção? -----

----- Senhor Presidente, O Partido da Terra gostaria, também, de lhe fazer algumas perguntas sobre questões relativas à reciclagem e ao ruído na cidade. -----

----- No que respeita à reciclagem, e a título do esforço a cidade de Lisboa na luta contra as alterações climáticas e cumprimento da agenda 2030 e dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Gostaria de saudá-lo o Senhor Presidente pelo anúncio que fez de que as Festas da Cidade, que se iniciarão já no próximo dia 1 de junho, irão contar com copos reutilizáveis e incentivos à reciclagem dos copos tradicionais, ainda que, nesta fase, se limitem às “organizações de concertos em espaços organizados”. Esperemos Senhor Presidente, que nos próximos anos seja possível alargar esta medida a toda a cidade. -----

----- Para o cumprimento do objetivo de redução do plástico na capital, e especificamente da utilização de copos de plástico no consumo de bebidas na via pública, gostaria agora de perguntar-lhe, Senhor Presidente qual é, até este momento, a taxa de adesão dos estabelecimentos de diversão noturna ao Programa “*Open Innovation*” da Sociedade Ponto Verde, a que a Câmara Municipal de Lisboa se candidatou em parceria com a *Circular Economy Portugal*?-----

----- E, já agora, quais foram os contributos e planos de ação do recém-criado Conselho Consultivo para a Prevenção e Redução de Resíduos para apoiar o cumprimento deste objetivo de redução do plástico na cidade? -----

----- No que toca ao ruído, um dos aspetos mais esquecidos da política ambiental da Cidade, parece-nos que não será necessário um parecer técnico para saber que, em diversas zonas de Lisboa, os valores estabelecidos pelos Planos de Ação de Ruído, no âmbito do PDM, são largamente ultrapassados.-----

----- A verdade, Senhor Presidente, é que qualquer cidadão lisboeta dirá que, por toda a cidade, o ruído proveniente da circulação rodoviária, ferroviária ou aérea afeta o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, e que, neste ponto, há que perguntar: Que dizer, então, da Freguesia de Alcântara onde conflui ruído destas três fontes de ruído em simultâneo? -----

-----É um facto que a Câmara Municipal de Lisboa identificou vinte e nove áreas de intervenção prioritária neste âmbito, mas não deixa também de ser verdade que a fiscalização tem falhado não apenas em zonas noturnas, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos horários de atividade musical e à existência de limitadores sonoros com registo, mas também nas zonas residenciais.-----

----- Refiro-me, por exemplo, à situação vivida pelos residentes dos prédios contíguos aos campos de *padel* do Ginásio Clube Português, cuja qualidade de vida tem sido gravemente prejudicada pelo ruído proveniente dos jogos que se prolongam até à meia-noite, hora a que quatro dos seis campos encerram. -----

----- Senhor Presidente, gostaria de saber que diligências estão a ser tomadas ou equacionadas no sentido de assegurar uma fiscalização mais eficaz da aplicação das medidas de controlo do ruído que possam garantir aos lisboetas o que é o seu legítimo direito e não um mero privilégio o direito ao descanso! -----

----- Relativamente ao tema n.º 9, referente à habitação, verificamos que atualmente em Lisboa se vive uma situação de verdadeira emergência social, agravada pela massificação do turismo e pela especulação imobiliária. -----

----- Como sabemos, com o objetivo de colmatar a falta de habitação a preços comportáveis para jovens e famílias da classe média, a Câmara Municipal de Lisboa optou, e bem, por dar prioridade à reabilitação e arrendamento em detrimento da alienação, através do Programa Renda Acessível (PRA), cujas rendas oscilam entre os 250 e os 450 euros mensais. -----

----- No entanto, e como todos sabemos, a procura é tão elevada e o desespero tão grande, que num leilão de oito apartamentos reabilitados na Zona da Ajuda, promovido pela Empresa Municipal - Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), os candidatos a potenciais inquilinos chegaram a oferecer o dobro do valor base de licitação, ou seja, um T1 de 48 m<sup>2</sup> situado numa cave, e com valor base de licitação de 350€ foi arrematado por uns incríveis 760€, enquanto um T2 Triplex de 77m<sup>2</sup>, passou de 500€ para uns escandalosos 916€! -----

----- Face a este absurdo, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu, a 24 de abril do corrente ano, através de ofício do Gabinete do Vereador Manuel Salgado que passo a citar “Determinar à Lisboa Ocidental, SRU que suspenda imediatamente o procedimento em causa, até que seja determinada a forma juridicamente mais adequada para a respetiva anulação” alegando que “o procedimento de arrendamento adotado pela Lisboa Ocidental, SRU, ao assentar o critério de seleção na proposta de valor mais elevado, não prossegue o interesse público que deve presidir à atuação das empresas participadas deste Município”. Isto é, a defesa do interesse do munícipe. -----

----- Atendendo à seriedade e gravidade deste assunto, o Partido da Terra gostaria que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Manuel Salgado prestassem os devidos esclarecimentos às seguintes questões, que aqui desde já, deixo: -----

----- 1- Por que motivo é que a anulação do leilão que já aqui aludi só aconteceu depois da sua mediatização na imprensa? -----

----- 2 - Quais foram os fatores que estiveram na origem do “mal-entendido”, como foi referido por V. Exas. entre a Câmara Municipal de Lisboa e a SRU, se todos os concursos, sejam eles por via de sorteio ou leilão, obedecem tem que obedecer a um Regulamento próprio? -----

----- 3- Irá a Câmara Municipal de Lisboa indemnizar os ex-futuros inquilinos, dado que o método utilizado foi o do leilão, e de acordo com o Regulamento para este e

cito “o critério de seleção dos arrendatários é o da renda mais alta” e não o da renda acessível?-----

----- 4- O que irá fazer a Autarquia com os prédios em causa? Serão sorteados? Se sim por quem? -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, é por todas estas razões que o Partido da Terra defende que o arrendamento por sorteio é o método mais adequado para combater a especulação dos preços do mercado de arrendamento e assim aumentar o *stock* de imóveis disponíveis para arrendamento de longo prazo e a preços acessíveis em Lisboa.-----

----- Muito obrigado a todos e a todas, pela atenção dispensada!-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Acabámos as intervenções da segunda ronda. Temos cerca de seis inscritos para outras rondas. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara nos mesmos moldes anteriores, podendo gerir as intervenções dos Senhores Vereadores. A Câmara tem vinte minutos e cinquenta e quatro segundos é o tempo que tem disponível.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Peço desculpa, a Câmara tem cinquenta e quatro segundos?”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Não Senhor Presidente tem vinte minutos e cinquenta e quatro segundos. É que a Câmara tem direito a trinta e seis minutos, que era o tempo inicial, mais vinte minutos, conforme pode ver no quadro, que está projetado e é o que está no Regimento, mas, não vamos discutir por causa do tempo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Não, Senhor Presidente acho uma inovação surpreendente, mas acho muito bem, não tenho nada a opor em ter mais tempo para responder.-----

----- Senhor Presidente sem me alongar mais sobre as questões colocadas.-----

----- Primeiro sobre a questão dos acidentes na “Gira”, eu acho que o Senhor Deputado do CDS, conseguiu aqui atingir um novo patamar do ridículo, que é sustentar que os acidentes que acontecem na “Gira” tem três causas: uma é a culpa da EMEL ou é culpa da “Órbita”, no limite a culpa será do Presidente da Câmara e, por isso ficamos a saber que até à entrada em vigor da “Gira” nunca ninguém caiu bicicleta em lado nenhum do mundo.-----

----- Eu acho isso notável e ficamos todos a perceber isso, e é uma novidade que deu à cidade, só foi pena eu aliás não ter percebido antes quando andei na minha própria bicicleta.-----

----- Segundo lugar, a relativamente à questão do concurso da SRU. Houve um erro, porque não deveria, como o Senhor Deputado disse e bem do Partido da Terra, não devia ter sido leilão, devia ter sido sorteio, e esse erro não interessa escarpelizar se foi mais em detalhe da SRU, se foi mais em detalhe da Câmara, por uma razão é um erro

da Câmara, porque a Câmara tutela a SRU e, por isso aquele leilão não devia ter acontecido, naqueles termos.-----

----- Chegados a este ponto, a Câmara fez o que pode fazer para reparar, é do ponto de vista jurídico, não havia vinculação relativamente ao leilão que foi feito o que a Câmara fez, foi avaliar as condições sociais de quem já tinha, aliás, perdido a casa ou abdicado da casa, porque tinha contado com a Câmara, com a casa que estava atribuída, nessas situações foi atribuída essa casa com a renda base, e aproveitou para responder ao Senhor Deputado do PEV, que colocou.-----

----- Isto é, não com a renda do leilão, mas com a renda base que corresponde à do Programa da Renda Acessível, e as restantes habitações foram entregues à gestão do Departamento de Habitação para integração no Programa da Renda Convencionada.---

----- Relativamente à questão das habitações do Programa de Renda Acessível, os *timings* são os que constam no Programa do Governo, e não houve nenhuma alteração a essa matéria.-----

----- Relativamente à integração das Freguesias de Arroios e da Freguesia da Estrela, ela é possível, a dificuldade relativamente a Arroios é a escassez, muitíssimo significativa, são residuais os fogos municipais que existem nessa freguesia, e relativamente à Freguesia da Estrela pode ser avaliada em particular na zona da Madragoa, onde isso se colocar.-----

----- Relativamente aos muros, Senhor Deputado, é surpreendente como é que passados estes meses, o Senhor Deputado ainda tem a dúvida sobre qual é a posição da Câmara sobre o muro da Damasceno Monteiro. Desde o primeiro dia, o muro é privado. Estou a falar para si, Senhor Deputado, o muro é privado, é reconhecidamente privado. A Câmara nunca teve outra posição, ao longo do tempo sempre a reafirmou e nós tivemos que realizar as obras, tomar a posse administrativa e realiza-las, por manifesta ocorrência de um privado não se ter responsabilizado hoje, e a Câmara naturalmente vai pedir o ressarcimento junto do privado.-----

----- Relativamente ao muro do Castelo, à situação do Castelo, Senhor Deputado se tivesse passado lá recentemente via que já está obra em curso. Trata-se de um muro privado, de um edificado privado, que o privado foi intimado para fazer as obras, não fez as obras a tempo. Havendo uma situação de risco, eu dei indicações para todo o edifício ser evacuado, foi imediatamente vedado à rua, a Câmara tomou posse administrativa e está a fazer as obras e a partir daqui, vai se ressarcir do valor relativamente às obras.-----

----- Sobre a estação de Arroios, eu também não percebo dúvida, a estação de Arroios é uma obra do metro, o metro não é gerido pela Câmara Municipal de Lisboa. O que nós podemos aqui fazer é transmitir a informação que a Administração do Metro nos transmite. A informação que está transmitida é primeiro semestre do próximo ano, é essa a informação que nós temos, eu não tenho melhor para lhe a dar, nem posso ir lá acelerar as obras nem atrasar, nem fazer nada porque não dependem de nós. Não vale a pena, estamos sempre a repetir a mesma temática.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Temos seis inscrições e, portanto, vamos juntar estas seis inscrições para que depois possa haver uma resposta final da Câmara e possamos encerrar este ponto.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Nós temos aqui um conjunto de perguntas que têm a ver com o Plano de Ação de Ruído da Lisboa.-----

----- E eu começo por fazer aqui uma pequena introdução, só para dizer que sabemos que o Senhor Vereador Sá Fernandes teve que sair mais cedo, ele teve a amabilidade passar ali ao pé de nós para nos avisar e, portanto, este conjunto de perguntas vai ser formalizada em requerimento, de qualquer maneira, vão ser feitas aqui assim, serão respondidas depois como são respondidos os requerimentos.-----

----- Ora muito bem este Plano de Ação do Ruído de Lisboa que data de julho de 2014. Nós achamos que estão passados mais ou menos, quatro anos, está quase a fazer quatro anos e é altura de darem algumas respostas.-----

----- De maneira que, este plano pretendia os seguintes objetivos: pretendia diminuir o incómodo dos problemas de saúde associados ao ruído, pretendia estabelecer mapas e prioridades, pretendia identificar zonas tranquilas para amplificar, manter e estender e identificar também zonas críticas para as aliviar. Pretendia também rever, atualizar e avaliar o cumprimento deste plano e a evolução ao longo do tempo, e pretendia articular e definir a políticas de redução de ruído com as outras entidades responsáveis pela gestão de tráfego, rodoviário, ferroviário e aéreo.-----

----- Portanto, estamos a falar da Brisa, da Refer, das Infraestruturas de Portugal, a CP, as Estradas de Portugal e da Lusoponte.-----

----- Portanto passados estes quatro anos, o Grupo Municipal do CDS- PP quer saber: que efeitos tiveram as medidas previstas no plano?-----

----- Se as zonas classificadas como tranquilas têm hoje o mesmo desenho e a mesma dimensão, que tinham quando foi feito o levantamento inicial e que consta dos mapas, que aparecem como ilustração no documento.-----

----- Como evoluíram, também, as zonas críticas? Se foram feitas novas medições e no caso de estas terem sido feitas, se estas medições confirmam ou não algum alívio?-----

----- Por outro lado, nós sabemos que as fontes de ruído identificadas em muitas destas zonas críticas, não são da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, mas sim de outras entidades, empresas gestoras de tráfego e de infraestruturas.-----

----- E sabemos, também, que estas empresas têm planos próprios independentes para a redução do ruído, e não são obrigadas a submeter-se à Câmara Municipal de Lisboa.

----- Mas, também, sabemos que a boa governação, depende menos de estruturas obrigações e decretos e mais de inteligência, e de experiência e de habilidade.-----  
----- De maneira que, nesta perspetiva gostávamos de saber o que é que a Câmara Municipal de Lisboa já fez, para se entender com a Brisa, com a CP, com as Infraestruturas de Portugal, com a Lusoponte e com as Estradas de Portugal?-----  
----- E como é que estes vários planos vão ser articulados? -----  
----- Muito obrigada.” -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “O Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em Exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.-----  
----- A Câmara Municipal de Lisboa anunciou recentemente que o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa irá ver construído um novo quartel nos terrenos envolventes ao quartel atualmente instalado na Freguesia de Marvila.-----  
----- Essa construção passa pela ampliação e reforço das componentes operacionais existentes no atual quartel, reabilitando a casa escola, a galeria de treinos, a lavandaria, e pela introdução de uma nova estrutura que incluirá a construção da nova sede do Comando do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, atualmente instalado no quartel da Avenida D. Carlos I, do Quartel da Companhia de Intervenção Especial, da Escola do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, do edifício de estacionamento de meios de reserva, da unidade cinotécnica de resgate, da portaria e da chamada moradia de treinos. -----  
----- A empreitada vai incluir também a construção de campos de treinos para diversos cenários e o investimento será repartido entre os 2019 e de 2021. -----  
----- O PPD/PSD gostaria de perguntar à Câmara Municipal de Lisboa se em face da demolição precoce do quartel que se encontrava edificado junto ao Centro Comercial Colombo, onde se encontrava, também, o Museu do Regimento de Sapadores de Lisboa, e não estando prevista a construção desse museu no novo quartel de Marvila, se nos próximos anos irá ser construído um novo Museu dos Bombeiros em Lisboa?---  
----- Gostaríamos também de perguntar, se com a deslocação do quartel de Comando para o Quartel de Marvila, o Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa deixará de ter um quartel naquela zona da cidade até à construção do novo quartel da Boavista?-----  
----- Na afirmativa, quando está prevista a inauguração do novo quartel da Boavista? --



----- O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) visitou no final do ano passado os Quarteis do Regimento de Sapadores de Bombeiros da Encarnação e da Avenida Defensores de Chaves, tendo elaborado, nessa sequência, relatórios referentes a essas visitas, que foram tornados públicos, onde denunciam as péssimas condições desses dois quarteis. -----

----- O PPD/PSD gostaria de saber se após a realização dessas duas visitas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa e da divulgação pública dos relatórios das visitas, se a Câmara Municipal de Lisboa realizou alguma intervenção nesses dois quarteis?-----

----- Por fim gostaríamos de perguntar à Câmara Municipal de Lisboa, se aquando da abertura do Quartel do Regimento de Sapadores de Bombeiros do Martim Moniz, cuja abertura foi anunciada para o verão de 2017 e que ainda não ocorreu, com a deslocalização dos meios operacionais do quartel atualmente na Praça da Alegria para este novo quartel, que serviços do Regimento Sapadores de Bombeiros ficarão no atual quartel da Praça da Alegria?-----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito boa tarde. -----

----- Nós trazemos aqui três temas, e o primeiro diz respeito ao Posto de Limpeza da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Decorrente da Reforma Administrativa, transitaram vários trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Alvalade, a estes trabalhadores foi prometido que não perderiam os direitos adquiridos, no entanto, até ao momento, estes trabalhadores não têm pagos nem as horas extraordinárias, nem as folgas a que têm direito. -----

----- Perante isto questionamos qual a razão por não terem sido pagas, até ao momento, as folgas? E como e quando serão pagas as horas e as folgas, e onde se encontram arquivados os processos individuais de cada trabalhador, e as respetivas notas de ocorrência?-----

----- O segundo tema diz respeito a serviços de apoio à limpeza de Sete Rios. -----

----- No Posto de Limpeza de Sete Rios encontram-se instalados os serviços de apoio à limpeza e os trabalhadores afetos à recolha de resíduos sólidos. Foi confirmada em visita pelos Eleitos do PCP, o péssimo estado destas instalações e até inclusive a ausência de telefones e internet durante cerca de um ano.-----

----- Estas instalações, além de ser exíguas, não têm nem extração de gases, não têm pisos antiderrapantes, os vestiários para os trabalhadores localizam-se num contentor

no exterior do posto, e para a colocação de um pequeno duche foi utilizado a recuperação de um espaço de arrumos. -----

----- Dada a exiguidade do posto, os serviços estão espalhados por três locais. As chefias ficam em Telheiras, o armazém no Calhariz e o resto em Sete Rios. O fato de, estas instalações não serem da Câmara, e sim serem da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por permuta com o Posto de Calhariz, não pode ser a razão suficiente para um esquecimento e manterem-se sem condições de funcionamento, porque estão em causa 40 trabalhadores entre elas, 15 mulheres que tem a seu cargo 500 mil papeleiras e 14 mil contentores espalhados pela cidade. -----

----- Perante isto, como e quando se pretende encontrar uma solução para os serviços de apoio à limpeza? Para quando estão previstas obras para as atuais instalações, ou outro espaço para acolher este serviço e os seus trabalhadores? -----

----- Existe algum plano de trabalho com vista à concentração destes serviços num só espaço? -----

----- Terceiro tema, o Complexo Desportivo do Casal Vistoso. -----

----- Este com obras sem fim à vista. Dada a importância deste complexo para a prática desportiva, sendo mesmo o único sobre o domínio municipal com estas características, considerando a elevada taxa de utilização do mesmo, a necessidade urgente de uma intervenção de manutenção e conservação, que possa garantir as condições necessárias, para que o mesmo possa continuar a ser um equipamento de qualidade. Tudo isto se mantém, além de que nestas instalações, também pudemos testemunhar que as obras foram iniciadas, mas continuam por concluir mesmo quando se trata de um equipamento único nesta cidade, e com uma elevada taxa de utilização, não se percebe a falta de investimento. -----

----- Além disso, nesta mesma visita foi constatada a existência de trabalhadores em situação de precariedade, os quais deveriam ser integrados nos quadros. -----

----- Perante isto nós questionamos, qual a previsão de recomeço das obras de conservação e manutenção do Complexo Desportivo do Casal Vistoso? Considerando a elevada taxa de utilização deste complexo, saber se está prevista a construção de novos equipamentos pelo Município, que permita colmatar a falta de instalações desportivas e a promoção da prática desportiva? E dos trabalhadores em condições precárias a trabalhar no complexo, quantos estão inscritos, no âmbito PREVPAP.

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Vamos prosseguir estamos na reta final das inscrições” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Teresa Craveiro dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Colegas e ainda público.-----

----- O Grupo de Deputados Independentes do Movimento traz nesta terceira ronda a matéria sobre alguns projetos na temática da saúde, que continuaremos a prosseguir na ideia de que temos que inscrever progressivamente, na intervenção da Câmara e do poder local, operacionalização de matérias que estão já contempladas na Lei de 2013, e no Decreto-Lei n.º 30 de 2015. -----

----- Ou seja, matérias que se relevam, progressivamente, não só aparecem equipamentos de proximidade da saúde, mas também em planos municipais que possam fazer a prevenção da saúde.-----

-----Daí, faríamos três perguntas, uma delas, que saudamos, a questão da alimentação saudável contemplada no plano de desenvolvimento da saúde, qualidade de vida e bem-estar de Lisboa, saber como é que se está a processar, e a calendarização que se prevê que vai ter ligada às escolas? -----

----- Também, a questão de como é que o plano de saúde da população em situação de sem-abrigo se está a efetuar? E a Carta dos Equipamentos de Saúde, a sua revisão de 2009, ela contempla parte dos equipamentos de saúde que se estão a efetuar, mas não esgota, porque tem que se trabalhar a médio longo prazo.-----

----- Como é que essa revisão se está a efetuar, quer com a ARS, quer com o Ministério de Saúde? Porque contempla a situação dos hospitais. -----

----- Depois, relativamente a uma cidade que pôs no seu Plano Diretor, o problema do rejuvenescimento e de ouvir as Comissões Sociais de Freguesia, perguntamos como é que o plano de ação local ligada à cidade amiga das crianças, se está a processar? Não se trata de esgotarem os planos, trata agora, de facto, de efetuar ações concretas com as Juntas de Freguesia. -----

----- E por último, perguntávamos ao Senhor Vereador dos Recursos Humanos, como é que acha os ganhos no portal, que se está a constituir do trabalhador, de articulação com a Câmara Municipal de Lisboa? E também a questão da renovação do parque informático do Município, por vezes tão problemático para os trabalhadores terem eficácia.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Deputados, estimado público. -----

----- Trazemos aqui duas perguntas relativamente à Freguesia da Ajuda. -----

----- Uma primeira tem a ver com as obras no Bairro 2 de Maio. Este é um dos bairros municipais de Lisboa com problemas estruturais há muito identificados, no entanto e apesar da premente necessidade de resposta, esses problemas continuam por resolver. -

----- O PCP apresentou à Câmara Municipal de Lisboa no Mandato anterior dois requerimentos sobre alguns destes problemas, um em novembro de 2014 e o outro em junho de 2017.-----

----- Tal como os problemas, também estes requerimentos nunca tiveram qualquer resposta, até hoje. Os moradores do bairro já se habituaram ao longo dos anos, aos anúncios de obras, aos avisos de melhoramentos, à propalada melhoria nas condições de vida que, nalguns casos serão mesmo de salubridade e dignidade humana, mas nunca chegam a concretizar-se.-----

----- Em janeiro deste ano, os moradores receberam uma carta da Câmara Municipal de Lisboa, informando que as obras de requalificação do bairro se iniciariam no final do mês de janeiro, nada aconteceu.-----

---- Há umas semanas atrás, um andaime foi montado junto à lateral do Lote 1 e das traseiras dos Lotes com 1 e 2 e nada mais aconteceu. Qual será, e esta é a questão que deixamos, uma data verdadeira e fiável para as obras que tem anos e anos de atraso, finalmente avançarem?-----

----- Sobre estas obras, no *site* da Gebalis informa-se que irão ser realizadas reparações em fachadas, coberturas, aumento da segurança nos edifícios e aumento do conforto térmico ao abrigo do Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais.-----

----- Na carta enviada aos moradores, a mesma de janeiro, informava que as obras de requalificação incluíam: substituição de janelas, reparação de empenas, revisão de coberturas e de infraestruturas técnicas, de gás, eletricidade, esgotos e água.-----

----- São informações que coincidem nuns pontos, noutros não. Afinal que obras serão efetivamente efetuadas, um dia no Bairro 2 de Maio.-----

----- A outra questão que trazemos tem a ver com a Estrada de Caselas.-----

----- O Plano de Pavimentação de Lisboa, apresentado para o período 2014-2017 previa, inicialmente, a reparação da Estrada de Caselas, no troço entre a Calçada do Galvão e a Rua Tristão Vaz, no primeiro semestre de 2016. Essa pavimentação não aconteceu nesse semestre, nem nos seguintes, até hoje.-----

----- Na verdade, passaram-se anos desde que o prazo assumido foi vencido, e nada, aparentemente, se passa. Estamos a falar de um troço de via não muito extenso, mas que constitui um elemento essencial para a circulação das Freguesias da Ajuda e Belém, e que se encontra há muitos anos num estado absolutamente lastimável, com piso em péssimo estado.-----

----- Este troço, em particular, é contíguo ao muro do Cemitério da Ajuda, que é visitado semanalmente por centenas de pessoas, bem como, é a partir desta estrada que se entra nos Moinhos de Santana, uma zona verde aprazível e especialmente usada por famílias crianças e jovens. Este troço da estrada de Caselas não tem passeios, nem berma, sendo apenas circundado por um muro, de um lado, e lixo e

ervas altas do outro, impossibilitando que qualquer peão possa circular com o mínimo de segurança naquele espaço. -----

----- Para quando a requalificação da Estrada de Caselas? -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora deputada, Luísa Aldim do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Caros Vereadores, estimados Colegas, Deputados e Público presente boa tarde a todos.-----

----- Em nome do CDS-PP, gostaria de trazer a esta Sessão de perguntas mais três temas que procuramos no âmbito da nossa ação de fiscalização, conhecer o ponto de situação.-----

----- O primeiro tema que aqui trazemos já foi também falado pelo MPT, que está relacionado com a instalação de sanitários públicos, especialmente nas zonas de maior concentração turística. Ouvimos com atenção a intervenção e a resposta do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, relativamente à brevidade, ou a perspectiva de brevidade para que a mesma seja implementada. No entanto, e espero que compreenda Senhor Vereador a resposta da brevidade é algo que nós já temos vindo a ouvir nos últimos tempos, e se agora sabemos que existe financiamento para a execução, gostávamos de ter um bocadinho mais de informação, relativamente aos prazos para instalar estes mesmos sanitários.-----

----- Estamos a falar de dois meses, estamos a falar de dois anos, estamos a falar do quê em concreto? E, portanto, era só colocar aqui mais esta nota adicional na sua resposta, só para podermos saber exatamente do que é que falamos.-----

----- O segundo tema que aqui trazemos tem, naturalmente, a ver com a dita plataforma local do Município na área do trabalho sexual. É manifestamente uma surpresa porque nas grandes ações do plano para este ano de 2018, nada constava sobre esta matéria.-----

----- Como estamos a tratar de uma temática que merece a preocupação de todos, confesso que a abordagem do conceito nos deixou preocupados.-----

----- O PS rendeu-se ao Bloco de Esquerda e ambos julgam que a mera substituição de palavras torna os atos dignos. Já anteriormente assistimos à substituição do aborto pelo asséptico IVG, e agora temos o trabalho sexual a branquear a prostituição.-----

----- Gostava de recordar a Convenção da ONU, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, e para a supressão do tráfico de pessoas e de exploração da prostituição de outrem datada de 1950, e ratificada pela Assembleia da República 1991. Diz no seu preâmbulo: “que a prostituição e o mal que a

acompanha, a saber o tráfico de pessoas com vista à prostituição são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e põe em perigo o bem-estar do indivíduo da família e da comunidade”. -----

----- Ora no campo das designações transformar a prostituição em trabalho sexual é dignificar e tornar aceitável a prostituição, e o mal que a acompanha, como o tráfico de pessoas com vista à prostituição.-----

----- Importa com isto saber se a missão da Câmara Municipal de Lisboa é convergente em todos os artigos com a designada Convenção da ONU. Por outras palavras, Senhor Presidente sente-se em condições de assegurar que a Câmara Municipal de Lisboa cumpre a Convenção? Em caso afirmativo, por que razão já começou a subverter nas suas palavras. -----

----- Aproveito também esta oportunidade para questionar diretamente se a missão da vossa plataforma local na área do trabalho sexual visa a legalização da prostituição? Porque se é trabalho, deve ser legal, é isto?-----

----- Terceiro tema e último, questionamos sobre a estratégia da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à atividade realizada para a manutenção da oferta de creche, jardim-de-infância, pré-escolar existente em Lisboa. É certo que a oferta pública é insuficiente e é sabido que este Executivo anunciou a abertura de novos equipamentos para breve, mas desconhecemos o que procuram fazer com que já existe.-----

----- Não querendo afastar a nossa questão relativamente à estratégia com a oferta existente, partilho com esta Assembleia que a creche e jardim-de-infância da Associação São João de Deus de Lisboa, estabelecida na Avenida António José de Almeida, Freguesia do Areeiro, comunicou recentemente que derivado do término de contrato de arrendamento estabelecido com os proprietários da vivenda, serão forçados a encerrar a atividade, não tendo assim para onde ir.-----

----- Esta Associação Solidariedade Social exerce a sua atividade na Freguesia do Areeiro há mais de 40 anos, e segundo resultados apresentados na Carta Social, dados de 2018, indicam que Associação serve tinta e três crianças na creche, e quarenta e oito no jardim infantil, idade pré-escolar. São oitenta e uma crianças que ficam assim com um ano letivo a terminar sem alternativa a partir de setembro, tendo em conta a inexistência de oferta social para creche e jardim-de-infância na proximidade geográfica. -----

----- São muitas as famílias que em pleno mês de maio, depois dos prazos habituais, de inscrição e renovação de matrículas estarem ultrapassados, são surpreendidas, não só com o encerramento das instalações físicas da escola, mas com o facto de não conseguirem uma alternativa para a colocação dos seus filhos numa nova escola, e a preços igualmente adequados ao que podem pagar segundo os escalões, definidos pela Segurança Social. -----

----- Sabemos que, neste caso concreto, o Senhor Vereador Ricardo Robles realizou um despacho para reconhecimento e proteção da Associação São João de Deus, como entidade de interesse social local. Questionámos quanto à perspectiva para que este estatuto se torne efetivo, e se consegue a Câmara Municipal de Lisboa salvaguardar a continuidade deste serviço social prestado por estas IPSS, em concreto. -----

----- Situações que precisam de apoio no âmbito educacional não faltam, vejamos a Escola Básica São João de Deus do Agrupamento Dona Filipa, que está desde há cerca de três anos atrás, na altura em que foi transferida de uma vivenda também na Avenida António José de Almeida, para contentores colocados dentro da escola. Situação na altura temporária e que está agora a passar a efetiva, tendo em conta a incapacidade de resposta. Passaram-se anos e nem as obras começaram, nem nenhuma alternativa foi criada, para poder dar condições às crianças que frequentam o pré-escolar deste agrupamento.-----

----- Ora, se há necessidades identificadas, se há aparentemente uma intenção deste Executivo em reforçar a oferta do pré-escolar e do jardim-de-infância, questiono quanto à estratégia de conciliação e apoio à rede escolar existente, quer de âmbito público, quer de cariz social privado.-----

----- Consideramos que é importante criar mais oferta, mas é igualmente importante assegurar e apoiar o que já existe.-----

----- Perguntamos à Câmara Municipal de Lisboa, o que está na disposição de fazer para dar uma resposta a esta necessidade imediata.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Nós acabámos as inscrições, mas tínhamos um pedido de palavra, uma interpelação à Mesa, do Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente era só no sentido das perguntas que colocámos ao Executivo, não estamos satisfeitos com as respostas, designadamente no que concerne à questão das rendas, portanto do leilão das rendas e da eventual substituição do valor das rendas, e também quanto à calendarização do Programa Renda Acessível.

----- Nesse sentido disponibilizar também o nosso tempo disponível, para que a Câmara possa, sem qualquer constrangimento de tempo, dar resposta às questões colocadas.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, mas mesmo sem a utilização de qualquer tempo, a Câmara tem dezasseis minutos e cinquenta e quatro segundos e, portanto, vamos dar a palavra ao Senhor Presidente para responder, naturalmente, com a mesma prerrogativa de poder dar a palavra a membros da sua equipa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, a Câmara responderá dentro do tempo a que tem direito dos seus dezasseis minutos e não mais do que isso.-----

----- Começando por esta última questão, não tenho mais a acrescentar sobre a questão da calendarização, é a que consta no Programa do Governo da Cidade e é aquela que nos orienta e é aquela com que estamos a trabalhar.-----

----- Segundo, relativamente à questão da renda da SRU, eu creio ter sido explícito. O que fizemos foi a análise das situações individuais e, naqueles casos em que se detetaram que as pessoas tinham perdido já a sua habitação, em virtude da situação gerada com o concurso, foi feita essa atribuição, ao valor base e não ao valor que resultou do leilão. -----

----- Isto é, nós consideramos que não era aceitável, que não era o método ter-se realizado aquele leilão. Volto a afirmar, é um erro, é um erro que a Câmara Municipal assume, por ter tutela sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana e procuramos desta forma, sanar da forma mais justa e equitativa e não fazemos isto relativamente aos restantes por uma razão, porque houve várias pessoas que ficaram pelo caminho, que não chegaram à lista final, porque precisamente não tiveram capacidade financeira para licitar num leilão, é só por esta razão que não se faz a atribuição das outras, porque não era razoável fazer-se essa atribuição, porque houve pessoas de menores recursos que não puderam licitar valores mais altos. -----

----- Segunda questão colocada, Senhora Deputada do CDS desculpe que lhe diga pôs particularmente mal a questão, porque eu já tive oportunidade de esclarecer o seguinte: primeiro, a Câmara Municipal de Lisboa não toma posição sobre a questão da legalização da prostituição ou não legalização da prostituição, não tomaremos sobre essa matéria. O que tomamos sim, e fazemos há muitos anos, é um trabalho muito importante com as várias instituições associadas à problemática, que atuam em diversos níveis e em diversas faces, e continuaremos a fazer esse trabalho. -----

----- E não entraremos, nem adotaremos querelas, do ponto de vista semântico que, tenham impacto sobre aquilo que é mais importante, que é o trabalho concreto a realizar. -----

----- Agora Senhora Deputada, permita-me que lhe diga, isso não lhe dá nenhuma autoridade ou superioridade moral para vir dizer o que quer que seja sobre alguém que utilize determinada expressão, porque são muitas as instituições internacionais aliás que utilizam a expressão de “trabalho” com o objetivo de dignificação, não com o objetivo de apoucamento e por isso esse seu julgamento moral fica consigo, porque lhe também poderia ter outro julgamento sobre a sua posição que prefiro não o ter, porque acho que ele não é merecedor. -----

----- Acho que todas as pessoas que querem lutar contra a violência, contra a agressão que as mulheres, que os homens, que as crianças são vítimas, quando entram neste circuito, devem unir-se esforços para a trabalhar o mais possível e não se perderem com outras matérias. -----

----- Segundo lugar relativamente à questão da creche a sua intervenção é uma verdadeira delícia, é uma delícia, porque, finalmente, uma Deputado do CDS reconhece os efeitos da lei do arrendamento aprovada pelo CDS, e questiona o Vereador do Bloco de Esquerda, a perguntar-lhe mas será que o seu despacho vai ter eficácia. Não deixa de ser um momento notável na vida política desta cidade, e até do país, que é ver o Senhor Vereador Ricardo Robles confrontados, ao Senhor Vereador quando é que o Bloco de Esquerda estabiliza a situação da creche que tem uma renda que, afinal, ficou precária e que está a ser despejada. -----



----- Senhora Deputada pode crer que faremos o nosso melhor, para podermos dentro daquilo que a lei nos permite agir, na salvaguarda destas instituições. E já que a Senhora Deputada manifestou tanta preocupação quanto à estabilidade e solidez desses estatutos, aliás, aconselho-a que o Parlamento, neste momento, está a debater novas alterações à lei do arrendamento, para incluir lá mais uma exceçãozinha ao princípio da caducidade automática dos contratos e da passagem para os contratos de muito curta duração para outras instituições, que a Senhora Deputada conte relevante. Tenho a impressão que ao nível dos Deputados à esquerda, é capaz de ter bom acolhimento, essa sua proposta.-----

----- Última questão, antes de passar aos Vereadores Duarte Cordeiro e João Paulo Saraiva, e Paula Marques, gostava de responder sobre as questões dos quartéis de bombeiros. -----

----- O que está previsto, em primeiro lugar relativamente à questão do museu, o que está previsto é que o museu seja construído em Santo Amaro, junto ao Museu da Carris, fazendo um Pólo Museológico entre a Carris e os Bombeiros. -----

----- Quanto ao dispositivo, o Quartel em Marvila o que se tratará é da ampliação, da reconstrução integral e da ampliação do atual Quartel de Marvila que vai ter duas valências: primeiro manter-se como quartel, para aquela zona e com instalações novas e ampliadas, e receber as instalações do quartel-general, de quartel central. -----

----- A forma de execução do projeto, que foi há poucos dias apresentado, publicamente, é faseada, de forma a que se mantenha sempre operacionalidade, por isso é construída a nova escola, é feita a demolição da escola antiga, é avançada a construção do novo módulo do quartel, é feita a demolição dos antigos e, sucessivamente, de forma a que se tenha sempre a operacionalidade. -----

----- Relativamente ao Quartel da Boavista, ele iniciar-se-á a sua construção, não vai ser feita a desativação. -----

----- O que está previsto, não há nenhuma desativação de nenhuma unidade operacional, seja o Quartel de Dom Carlos seja o Quartel da Praça da Alegria, sem que estejam finalizados os movimentos operacionais e as instalações novas respetivas.

----- A saber, o do Dom Carlos, a parte operacional irá para o Quartel da Boavista, a parte central, uma parte pode ir para a Praça da Alegria, e outra parte irá para Chelas para Marvila, quando estiver concluída.-----

----- Relativamente ao da Praça da Alegria, só sairão os bombeiros para o Quartel do Martim Moniz, mas aquele edifício vai ficar, desde já, afeto aos bombeiros para permitir a transferência de componentes que atualmente estão no Quartel do Dom Carlos. No fundo, a ideia é no final deste processo, teremos um novo Quartel Central em Marvila, melhor já temos como dispositivos de menor dimensão o Quartel na Alta de Lisboa que cobre a falha do Lumiar, teremos o novo Quartel do Martim Moniz, teremos um novo Quartel na Rua da Boavista, e teremos um novo Quartel Central em Marvila, e teremos o Museu dos Bombeiros em Santo Amaro, quando isto estiver fechado, fecharemos toda a reorganização, e todo o atual dispositivo. Peço desculpa e o novo Quartel da Defensores de Chaves, que vai dar início à reconstrução na obra do

Instituto Superior Técnico, que estava infelizmente atrasada vários anos, mas que agora vai arrancar. -----

----- Só se tocarão nas instalações antigas, uma vez, as instalações novas prontas e operacionais, para não causar nenhuma perturbação no nível de operação dos serviços.

----- Mas agora os Senhores Vereadores para completarem então as respostas e concluirmos.”-----

----- **O Senhor Vice- Presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente tentarei ser telegráfico nas respostas. -----

----- Relativamente à questão do Mercado do Rato, o Senhor Deputado Municipal do CDS está mal informado, porque a Câmara Municipal de Lisboa neste momento, não vai fazer nem um parque de estacionamento em altura, nem a Câmara Municipal de Lisboa deixará de incluir o Projeto da Boa Vizinhança no futuro do Mercado do Rato, aliás já, confirmámos isso com a própria associação, estamos apenas num processo de assinatura de direito de superfície entre a Câmara e a EMEL, para depois a EMEL fazer um estacionamento, mas estão salvaguardados alguns aspetos, entre esse. -----

----- No que diz respeito à questão do Complexo Casal Vistoso, o que aconteceu foi simplesmente que o empreiteiro que teve a obra não terminou, portanto faliu e estamos numa fase de lançamento com urgência, para nova empreitada para este complexo, para terminar a obra. -----

----- No que diz respeito aos copos reutilizáveis e à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado do MPT, dizer que já no ano passado havia copos reutilizáveis nas Festas de Lisboa, portanto, não é uma novidade este ano, mas agradecemos muito que tenhamos sempre, a partir de agora, copos reutilizáveis, que felizmente estamos a trabalhar com a Associação de Cervejeiras, no sentido de generalizar os copos reutilizáveis já no espaço público, não só apenas em festivais e espaços fechados. -----

----- E estamos já com projetos em curso, com uma nas Festas da Cidade de Lisboa com outra, por exemplo, aqui bem perto no Arco do Cego, estamos a estudar projetos-pilotos em alguns estabelecimentos. E, portanto, acreditamos que se estes projetos tiverem sucesso com rapidez, vamos conseguir começar a generalizar para outras realidades da cidade e não apenas em festivais. -----

----- Depois dizer em relação à Senhora Deputada Municipal do PCP, que o Posto de Sete Rios é provisório, é suposto os trabalhadores estarem todos integrados nos Olivais, assim que a obra ficar terminada. -----

----- No Posto de Alvalade desconhecemos necessidades estruturais, no que diz respeito às matérias da Reforma Administrativa, elas foram todas salvaguardadas no devido tempo. -----

----- Em relação à questão dos sanitários que foi colocada pela Senhora Deputada Municipal do CDS, para já não tenho nada a acrescentar em relação aquilo que já disse. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----  
----- Em resposta ao Grupo Municipal do PCP, Senhora Deputada, as obras no Bairro 2 de Maio, que foram aprovadas pelo contrato de programa no Mandato passado, aliás, que mereceu o voto favorável do PCP, tem várias operações em particular o Bairro 2 de Maio, depois de obtermos o visto do Tribunal de Contas que nos permitiu fazer o início das obras. Foi comunicado aos moradores a 17 de janeiro, por mim, a carta foi enviada por mim, que as obras começariam no final do mês de janeiro. Nós, de facto, não conseguimos iniciar os trabalhos como tínhamos previsto no final de janeiro. Foi comunicado aos moradores e à Associação de Moradores, as razões pelas quais e as dificuldades que estávamos a ter para podermos avançar, recebido o visto do Tribunal de Contas, avançámos com a montagem do estaleiro, avançámos com a montagem dos andaimes. -----  
----- E diz-me a Senhora Deputada que os andaimes foram montados e que não aconteceu mais nada. Não, acontece antes de podermos continuar ou antes de entrarmos no processo de intervenção concertada nos edifícios, nestes primeiros lotes, é preciso fazer aquilo que acontece em qualquer obra, é preciso fazer reunião de obra, é preciso fazer o planeamento da intervenção, é preciso fazer aquilo que estamos a fazer, que é fazer teste de materiais nos dois primeiros lotes, quer do revestimento, quer das coberturas, quer da tinta que estamos a utilizar, até porque tivemos bastantes maus resultados em momentos anteriores. E, portanto, é isso que acontece quando se iniciam as obras e, portanto, dizer que montarmos os andaimes e não aconteceu mais nada, não. -----  
----- Agora as reuniões da obra só feitas dentro do estaleiro, têm a participação dos fiscais de obra e da Gebalis, não têm naturalmente a participação da Associação de Moradores, mas têm-se reportado à Associação de Moradores, aliás, nós tivemos no fim de semana passado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda e com a Associação de Moradores, no bairro, exatamente, à acompanharmos a progressão das obras. E, portanto, quando pergunta quando é que nós vamos ver operários de novo nos andaimes, assim que o planeamento, em sede de reunião de obra, estiver finalizado e pudermos recomeçar ou antes, pudermos todos ver os operários, nos andaimes. Agora para começar, é preciso este processo de planeamento e que não pode ser feito antes, tem que ser feito no momento em que se adjudica a obra, em que se monta o estaleiro e que se começam as reuniões da obra. -----  
----- Reuniões de obras dessas que vão continuar ao longo da intervenção, que têm a duração de doze meses, e em relação aos trabalhos que serão executados, não há incongruência entre aquilo que está no *site* da Gebalis, nem aquilo que é enviado na carta aos moradores. -----  
----- Aquilo que está aprovado e que está no contrato de programa são as intervenções nas coberturas, nas fachadas, nas empenas, a revisão das redes, das infraestruturas técnicas, o fecho de vãos, que também está aprovado no contrato de programa, a substituição de caixilharia e de janelas que ainda não foi substituída, portanto nos edifícios ainda não foi substituída. -----

----- E, começamos pelos lotes que são propriedade de 100% municipal, e avançaremos depois para os lotes que têm copropriedade, com a constituição dos que já têm condomínios constituídos, é mais fácil do que aqueles que não têm condomínios constituídos, estamos a tratar disso com os moradores, para que possamos avançar. -----

----- Agora esta estruturação das obras foi comunicada sempre aos moradores, e não foi por interposta pessoa, foi por mim numa Assembleia Geral com os moradores, e depois lote a lote com a Junta de Freguesia e com a Gebalis. -----

----- E, portanto, as obras demoraram, sim, é verdade. Há muito que eram esperadas, sim. É uma intervenção integrada no valor de cerca de 2 milhões de euros, arrancou estamos cá todos e todas para podermos acompanhar a boa execução das obras no Bairro 2 de Maio, assim como, a Associação de Moradores e a Junta de Freguesia acompanharão as obras. -----

----- Obrigado Senhor Presidente” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem e rapidamente então, muito obrigado pelas questões que me foram colocadas pelos Deputados Independentes, ainda bem que fizeram esse conjunto de perguntas. -----

----- A questão do Portal do Trabalhador, ele foi iniciado em dezembro de 2017 e o processo vai decorrer, está planeado até novembro de 2018, ele vai permitir, ele baseia-se numa perspetiva de *self-service* e, portanto, grande parte das questões serão suscitadas pelos próprios trabalhadores, e lá dentro do portal será feito todo o processamento de todos os processos relativos aos trabalhadores, obviamente, gradualmente. -----

----- Processos que têm a ver com o processamento salarial, às faltas, licenças e férias, os processos de progressão nas carreiras, as afetações às diferentes Unidades Orgânicas e à mobilidade, à formação, à avaliação de desempenho, à saúde e higiene e segurança no trabalho. -----

----- Já acabou a parte de integração, digamos a componente, o módulo de desenvolvimento de integração das bases de dados, que eram múltiplas no Município, portanto, uma única base de dados. Foi já há muito iniciado o levantamento dos diferentes fluxos e diferentes processos de informação da área de recursos humanos. --

--- Vai-se iniciar-se um processo de sensibilização e de formação para os trabalhadores que trabalham diretamente com o portal, mas tem para todos aqueles que precisam de usufruir das suas funcionalidades, para poderem trabalhar com ele e, portanto, vamos gradualmente desenvolver, e estamos em bom ritmo e a cumprir os calendários daquilo que é uma nova ferramenta, que vai também ter também outra vantagem muitíssimo grande, que é desmaterializar todos os processos na área dos recursos humanos. -----

----- A outra questão que me foi formulado tem a ver com o parque informático do Município. Nós temos cerca de 6 mil computadores pessoais e 3 mil deles foram

renovados ou estão a ser renovados neste processo, começou no final do ano passado 3 mil computadores e 3100 monitores. -----

----- Neste momento, já doze Departamentos Municipais ou equiparados sofreram, portanto, a modificação e alteração dos computadores mais antigos e a atualização de um conjunto de outros, estão mais dois em processo agora no mês de maio e oito no mês de junho. E com esta fase, concluiremos todo aquilo que é o apetrechamento necessário de renovação do parque informático dos computadores pessoais, para que uma boa parte daquilo que é o processo de desmaterialização que se vai seguir possa decorrer. -----

----- Eu não resisto, Senhor Presidente, a terminar só dizendo que hoje aqui nesta Sessão de perguntas e respostas à Câmara, aconteceu um pouco com o CDS aquilo que acontece com as bicicletas quando se trava a fundo. Quando se trava a fundo e tenta mudar de direção normalmente as pessoas caem, e foi o que aconteceu com o CDS, nomeadamente, sobre a questão das rendas travaram a fundo, e tentam aqui fazer passar a imagem daquilo que não aconteceu, e de uma alteração, e de uma mudança de postura relativamente à lei, quando têm uma postura exatamente contrária anteriormente e agora querem alterá-la, normalmente caem da bicicleta. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Temos um pedido de interpelação à Mesa da Senhora Deputada Maria Luísa Aldim do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

-----“Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Nós fizemos aqui este pedido de interpelação só para clarificar aqui algumas situações, e que não deixamos também de achar de certa forma caricato. -----

----- Primeiro é o facto de estarem a tentar usar a Lei das Rendas, como uma desculpa para tudo e mais alguma coisa do que acontece no que toca à lei do arrendamento. -----

----- Tudo o que é de mau a origem é sempre a mesma, mas eu queria recordar que não só já existiu uma revisão desta mesma lei, e que os senhores que lá estão, não executaram qualquer tipo de alteração, no que toca à caducidade dos contratos. Não querem mexer, exatamente. Mas também sabemos que, neste momento está a ser revisto e também é um tema para o qual os senhores, também, não estão a querer encontrar um enquadramento, e confirmar este tipo de situação.-----

----- Mas mais, aquilo que nós queríamos clarificar, é que aquilo que o Senhor Vereador Ricardo Robles executou, e muito bem, já estava previsto, o que significa que a lei já previa mecanismos de proteção para estas situações, o que só demonstra que a lei que os senhores estavam a tentar argumentar que impossibilitaria qualquer tipo de continuidade da parte operativa desta associação não é uma desculpa, e portanto era só isto que eu queria clarificar.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, naturalmente por intermédio da Mesa quer interpelar a Câmara e o Senhor Presidente também por intermédio da Mesa quererá responder.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente quero precisamente isso. Queria-lhe pedir só para esclarecer o seguinte: não é verdade que tudo quanto é de mau é da Lei das Rendas, claro que não Senhora Deputada, claro que não. -----

----- O CDS fez muita coisa pior que não é só na Lei das Rendas, fez em mais áreas, fez nos cortes das pensões, fez nos cortes dos salários, fez na falta dos contratos de associação para as creches na cidade de Lisboa, muito mais coisa má o CDS fez que não foi só a Lei das Rendas, agora a Lei das Rendas, Senhora Deputada não se escapa, é um completo buraco. -----

----- E não podem à segunda, quarta e sexta querer vir fazer a defesa que, afinal, a lei é boa e que tinha os mecanismos todos de defesa, à terça, quinta e sábado vem dizer mas não, os Senhores já têm maioria, porque já a podiam ter mudado no Parlamento.

----- Os Senhores sabem o que é que têm, Senhora Deputada, o CDS tem má consciência sobre o problema, má consciência, e tenta fazer a defesa política daquilo que é indefensável, e tenta esconder por todas as formas e mais algumas agora, aliás, pasme-se são os campeões das propostas da renda acessível no terreno de Entrecampos. Parabéns Senhora Deputada, mas não escaparão de sem o devido reparo desta maioria.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, temos outro pedido de interpelação à Mesa do Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente e dirigindo-me mesmo à Mesa. Eu solicitava à Mesa que tivesse o cuidado nas próximas Reuniões em que se abordarem a matérias de arrendamento e similares, de disponibilizar à bancada do CDS o melhor tira nódoas que encontrar. -----

----- Se bem que eu duvide que seja possível tirar a auréola da nova Lei do Arrendamento Urbano. Mesmo que apresentem os projetos-lei, que não apresentaram para esta discussão no Parlamento no sentido de solucionar esta questão e, portanto, não adianta querer vir aqui “fazer o mal e a caramunha”, usando uma expressão popular normalmente usada por outra bancada, mas não adianta aqui, vir-se “fazer o mal e a caramunha”, porque o mal está feito, está pesado para a cidade e, de facto, bate a todos, não é só às famílias indefesas, é também às associações das quais o CDS se diz amigo.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, também um pedido de interpelação à Mesa do Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Só para referir que fizemos duas questões sobre as quais não tivemos resposta. Uma relativamente sobre a confeção das refeições nas escolas, e outra sobre um conjunto de questões sobre a área dos direitos sociais, a implantação do plano de ação “Local Lisboa Cidade Amiga das Crianças”, plano de saúde, o sem-abrigo e revisão da Carta Equipamentos de Saúde.-----

----- Nós comunicámos à Mesa que cedíamos o tempo à Câmara para resposta a estas perguntas, portanto, queríamos saber se ainda iriam ser respondidas, se não o forem, naturalmente, faremos o requerimento no sentido, mas queremos este esclarecimento.

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

-----“Não percebi exatamente o sentido da dúvida do Senhor Deputado, a Câmara esgotou o seu tempo.-----

----- Senhor Deputado, eu sei que o Senhor Deputado cede tempo, já assinalou isso várias vezes.-----

----- Mas o Senhor Presidente de Câmara, também, já disse várias vezes ao longo desta Sessão, que a Câmara ia utilizar o seu tempo. Foi o que fez, e esgotou o tempo.-- E nós, de todo o modo, também já tínhamos esgotado todas as inscrições das rondas e, portanto, fica registado, que os Deputados Municipais Independentes, à semelhança de outros Grupos, que transformarão algumas das questões que consideram não ser totalmente esclarecidas, em requerimento.-----

----- É só para informar a Câmara que nós temos mais três pontos na Ordem de Trabalhos e que vamos prosseguir, Senhores Deputados, se quiserem continuar com os pedidos de interpelação, muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “É uma informação à Mesa, nós também ficámos com um conjunto de perguntas sem resposta por parte da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, vamos transformar essas perguntas em requerimentos para depois serem enviados, para que a Câmara se digne a responder.”-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Penso que será comum a todos os Grupos Municipais que, considerando aquilo que não tiverem como resposta, que vão transformar em perguntas escritas.-----

----- Não sei se mais alguém o querará fazer. Também o CDS a mesma coisa, já tinha sido anunciado, penso que são todos. Portanto fica registado que são todos.” -----

----- **PONTO – 3 – APRECIACÃO DOS PONTOS 2 E 3 DO VOTO 023/02 (BE) – PELAS VÍTIMAS DO MASSACRE NA FAIXA DE GAZA, DO DIA 14 DE MAIO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º DO REGIMENTO;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, vamos passar ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos. Eu depois proponho que pontos 4 e 5, se ninguém se opuser, que são, e bem de votos de saudação ao Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, possam ser discutidos em conjunto, se for caso disso. E, portanto, a palavra ao Bloco de Esquerda para apresentar o voto se o quiser fazer.-----

----- Prescinde? Muito bem.-----

----- Temos uma inscrição do Senhor Deputado do MPT.-----

----- Só para referir que temos aqui uma pequena correção no 3º parágrafo de um erro ortográfico que depois ficará, mas nada de substância.-----

----- Senhor Deputado tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, não é nada de especial só para dizer que nós acrescentamos um ponto deliberativo, endereçar...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado, peço-lhe, imensa desculpa, mas nós estamos no ponto da Ordem de Trabalhos do Voto do Bloco de Esquerda.-----

----- Eu depois dar-lhe-ei a palavra para apresentar o seu voto, nos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos, daquilo que tem a dizer.”-----

----- **“VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DO MASSACRE NA FAIXA DE GAZA, NO DIA 14 DE MAIO.”**-----

----- (O Voto n.º 023/02 fica anexado à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “A Mesa não regista inscrições para os pontos 2 e 3 e para o Voto de Pesar “Pelos Vítimas do Massacre na Faixa de Gaza de dia 14 de maio”, apresentado pelo Bloco de Esquerda.-----

----- Querem pedir a votação por pontos? Muito bem, portanto, vamos proceder à votação.”-----

----- Deliberados os **pontos 2 e 3** do presente Voto de Pesar. O **Ponto 1** foi apreciado e votado na Reunião realizada no dia 22 de maio.-----



----- **Ponto 2** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação, votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e 4 IND; -----

----- **Ponto 3** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação, votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e 4 IND. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM e de quatro Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO – 96.º ANIVERSÁRIO DE GONÇALO RIBEIRO TELLES (MPT), AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º DO REGIMENTO;** -----

----- **VOTO N.º 24/01 – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT (RETIFICADO) – “VOTO DE SAUDAÇÃO 96.º ANIVERSÁRIO DE GONÇALO RIBEIRO TELLES;”** -----

----- (O Voto n.º 024/01 fica anexado à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante.) -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 96 ANOS DE GONÇALO RIBEIRO TELLES (PPM), AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º DO REGIMENTO;** -----

----- **VOTO N.º 024/02 – SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PPM E DO CDS-PP- (NOVA VERSÃO) - “ VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 96 ANOS DE GONÇALO RIBEIRO TELLES;”** -----

----- (O Voto n.º 024/02 fica anexado à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, com a concordância de todos, vamos juntar a discussão dos dois votos, o Voto de Saudação apresentado pelo MPT e o Voto de Saudação apresentado pelo PPM e, portanto, vamos dar a palavra aos proponentes do MPT, se quer usar da palavra? -----

----- Portanto, aqui do MPT e depois sim do PPM e do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- O Voto de Saudação do Partido da Terra ao Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. ----

----- Eu penso que vem lá referido o porquê deste voto, ele é o Presidente Honorário do Partido da Terra, é reconhecido a sua postura ao longo dos anos em prole do ambiente, da defesa do ambiente e das questões humanitárias e, portanto, decidimos apresentar este voto merecido, os seus 96 anos. -----

----- Eu queria só referir aqui, que decidimos acrescentar um número 2 na parte deliberativa, em que recomendamos que seja enviado à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia da República, ao Partido da Terra, ao Instituto de Gestão e Reordenamento do Território, bem assim como, à Universidade de Évora. -----

----- E era isto que eu também queria aqui referenciar, que foi acrescentado este ponto deliberativo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, fica feito o registo, nós não costumamos votar a parte dos envios, mas será acrescentado e a ser aprovado, será enviado a todas estas entidades.-----

----- Temos o segundo voto apresentada agora sim, pelo PPM e pelo CDS.-----

----- Não sei se algum Senhor Deputado dos partidos proponentes querem apresentar?-----

----- Prescindem, não registamos mais inscrições e, portanto, vamos proceder à votação dos dois votos em separado.”-----

----- **O Voto de Saudação n.º 024/01 foi aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 4 IND.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM e de quatro Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nestas votações.)-----

----- **O Voto n.º 024/02 foi aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 4IND.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM e de quatro Deputados (as) Municipais da Sala de Plenários nestas votações.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “E damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje.”-----

----- Muito obrigado”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e cinco minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----